



RELATÓRIO E CONTAS

2020

international investment bank

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
2. O BANCO	9
2.1. Capital Social e Estrutura Acionista	10
2.2. Órgãos Sociais	11
2.3. Estrutura de Gestão	13
2.4. Presença Geográfica, Rede de Distribuição e Instalações.....	14
2.5. Recursos Humanos e Responsabilidade Social	15
2.5.1. Recursos Humanos	15
2.5.2. Responsabilidade Social	17
3. Enquadramento Económico 2020	19
3.1. Enquadramento internacional.....	19
3.2. Enquadramento Nacional	23
4. Atividade Comercial	25
4.1. Estratégia e Modelo de Negócio	25
4.2. Atividade Comercial	27
5. Análise do Risco do Crédito	29
5.1. Carteira de Crédito e Imparidade/Provisões	29
5.2. Análise e Gestão do Risco de Crédito	36
6. Análise da Evolução da Atividade	45
6.1. Síntese da Atividade	45
6.2. Balanço	51
6.2.1. Ativo	51
6.2.2. Passivo	54
7. Resultados, Rácios Financeiros e Prudenciais	57
7.1. Resultados	57

international investment bank

7.2.	Rácios Financeiros.....	61
7.3.	Rácios Prudenciais.....	63
8.	Notas Finais	64
8.1.	Declaração de conformidade sobre a Informação Financeira apresentada.....	64
8.2.	Proposta de Aplicação dos Resultados.....	65
8.3.	Agradecimentos	66
II.	Demonstrações Financeiras e Notas às Contas.....	67
1.	Demonstrações Financeiras	67
3.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	145
4.	Relatório da Auditoria Externa	147
III.	Informação sobre o Governo da Sociedade.....	153
1.	Estrutura Organizacional e Governativa	153
2.	Descrição das funções e responsabilidades de cada membro do órgão de administração da instituição	154
3.	Unidades de Negócios.....	155
3.1.	Comercial.....	155
3.2.	Tesouraria	155
4.	Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos.....	157
4.1.	Risco Global.....	157
4.2.	Compliance.....	158
4.3.	Auditoria Interna	160
5.	Suporte ao Negócio.....	162
5.1.	Tecnologias de Informação.....	162
5.2.	Operações.....	163
5.3.	Crédito e Recuperação	163
5.4.	Contabilidade	164
5.5.	Jurídico	165
6.	Capital Humano	166

international investment bank

A. PRINCIPAIS INDICADORES

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
ATIVIDADE (milhares de CVE)			
Ativo Líquido	19 588 642	15 211 770	10 442 186
Crédito a Clientes (bruto)	5 444 853	4 600 352	2 228 417
Recursos ⁽¹⁾	17 815 613	13 695 106	9 169 910
Margem Financeira	464 087	259 365	155 983
Produto Bancário (PB)	514 896	316 993	174 183
Cash-Flow	210 876	67 230	(47 889)
Resultado do Exercício	190 362	147 250	(270 820)
FUNIONAMENTO			
Número de Balcões	02	02	02
Número de Empregados	40	38	27
Número de Empregados/Número de Balcões	20	19	14
LIQUIDEZ			
Recursos no Banco Central (mCVE)	702 301	2 555 769	158 267
Rácio de Transformação de Depósitos em Crédito (%) ⁽²⁾	38	35	24
QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)			
Sinistralidade = Crédito Vencido > 90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	2,49	5,59	11,29
Imparidade/Crédito Vencido > 90 dias	60,55	63,82	68,41
Imparidade/Crédito a Clientes	1,51	3,57	7,72
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA			
Ativo Médio/Número Médio de Empregados (mCVE)	446 159	394 676	382 654
Cash Flow/Número Médio de Empregados (mCVE)	5 407	2 069	(1 807)
Custos de Estrutura/Activo Médio (%)	1,75	1,95	0,02
Cost-to-Income (%)	66,49	88,64	147,05

(1) Os Recursos incluem os recursos de clientes mais os recursos de clientes institucionais

(2) Rácio de transformação é dada pela relação entre o crédito a clientes e os recursos de clientes

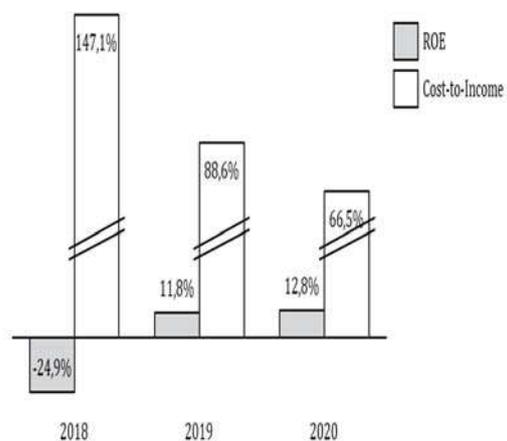
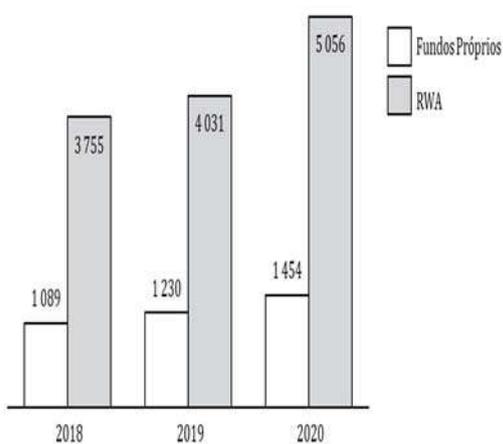
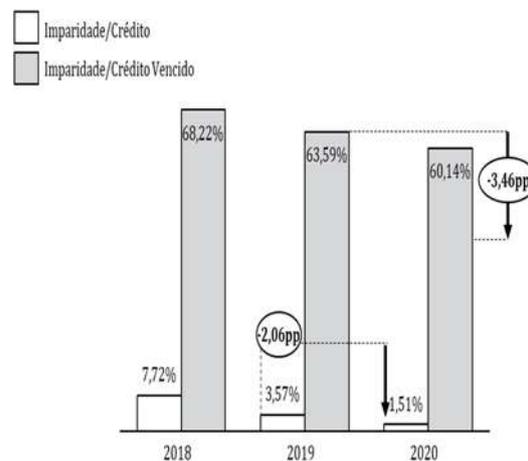
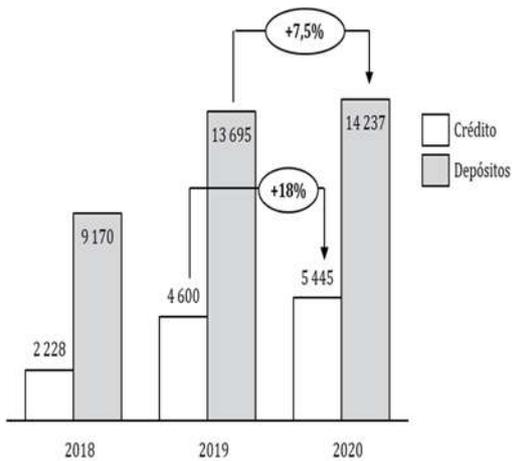
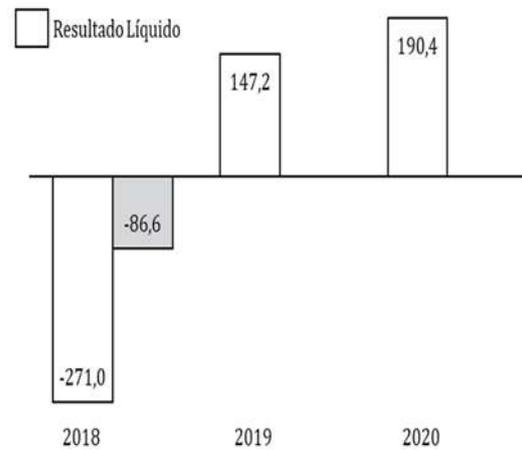
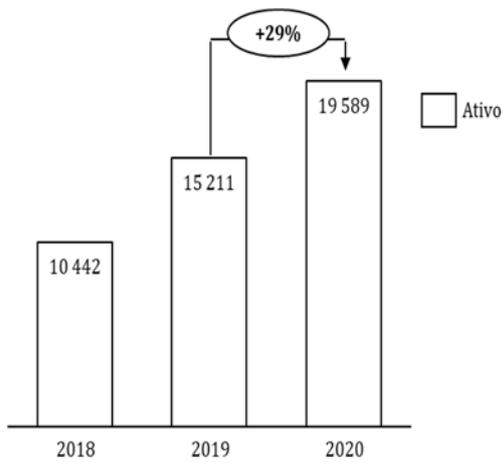
international investment bank

B. RESULTADOS E RENDIBILIDADE

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
BALANÇO (milhares de CVE)			
Ativo Líquido (AL)	19 588 642	15 211 770	10 442 186
Ativos Financeiros (AF)	9 348 673	6 885 730	5 856 329
Capital Próprio (KP)	1 492 561	1 252 092	1 089 988
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhares de CVE)			
Resultado Financeiro (RF)	464 087	259 365	155 983
+ Serviços Bancários a Clientes (SB)	41 200	44 242	23 167
= Produto Bancário Comercial (PBC)	505 287	303 607	179 149
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos (ROF)	9 609	13 386	(4 966)
= Produto Bancário (PB)	514 896	316 993	174 183
- Custos Operativos (CO)	342 358	280 975	256 143
= Resultado Bruto (RB)	172 538	36 019	(81 961)
- Provisões Líquidas de Reposições (PV)	(49 346)	(11 932)	188 664
= Resultado antes de Impostos (RAI)	221 884	47 950	(270 625)
- Impostos (I)	31 523	(99 299)	196
= Resultado Líquido do Exercício (RL)	190 361	147 250	(270 820)
RENDIBILIDADE (%)			
Margem Financeira (RF/AF)	4,96	3,77	2,66
+ Rendibilidade Serviços a Clientes (SB/AF)	0,44	0,64	0,40
+ Rendibilidade Operações Financeiras e Diversos (ROF/AF)	0,10	0,19	(0,08)
= Margem de Negócio (PB/AF)	5,51	4,60	2,97
- Relevância Custos Operativos (CO/AF)	3,66	4,08	4,37
- Relevância Provisões (PV/AF)	(0,53)	(0,17)	3,22
= Rendibilidade dos Activos Financeiros (RL/AF)	2,04	2,14	(4,62)
x Relevância Activos Financeiros (AF/AL)	48%	45%	56%
= Rendibilidade do Activo "ROA" (RL/AL)	0,97	0,97	(2,59)
x Multiplicador das Aplicações (AL/KP)	1312%	1215%	958%
= Rendibilidade dos Capitais Próprios "ROE" (RL/KP)	12,75	11,76	(24,85)

international investment bank

C. GRÁFICOS-RESUMO DOS PRINCIPAIS INDICADORES



I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Estimados

Clientes, Colaboradores e Stakeholders em geral,

Com o término do ano de 2020, verificamos que o mundo que pensávamos conhecer, nas suas dinâmicas e fundamentais, se alterou de forma significativa. Ninguém esperava que logo neste ano, cheio de promessas de advenços de desenvolvimento, com expressão vinculada em Cabo Verde, de repente, o mundo se visse a braços com a ameaça e decorrentes riscos resultantes da propagação pandémica do Covid-19 a uma escala global.

Desta forma, de face com o desafio, foi necessário preparar o iibCV para eventuais cenários de maior resiliência, para assim vencer o momento, enfrentar a tempestade e assegurar o Compromisso de estar ao lado de todas as nossas Pessoas, estas que se compõem no seu agregado pelos nossos colaboradores, fornecedores, os nossos Prestigiados Clientes, bem como todos os outros stakeholders que traduzem o significado da nossa presença.

O contexto nacional viu-se a braços com uma inversão abrupta da tendência de crescimento económico e de confiança que marcou os anos anteriores, refletindo uma interrupção *quasi* absoluta de setores determinantes da economia dependentes de fluxos associados a atividades turísticas e de transportes. Tal, foi acompanhado por uma contração significativa do consumo e investimento interno e externo, traduzindo numa queda do PIB de 14%, aumentando o peso da dívida face ao PIB, que se terá fixado em torno dos 141%.

As condições de emprego degradaram-se no decurso do passado ano, com a taxa de desemprego a perspetivar-se em torno dos 20%, com especial impacto sobre os jovens, catalisando a introdução de estabilizadores automáticos de natureza económico-social, acompanhados por medidas de apoio extraordinárias nesse mesmo âmbito, forçando um posicionamento expansivo da despesa pública e exposição contingente, com decorrente impacto sobre a avaliação externa da Standard and Poor's, que reduziu a notação do país para o nível B- (Estável).

Desta forma, em resposta às condicionantes prevalecentes, o iibCV levou a cabo a execução de um plano estratégico que se pautou pelo reforço das capacidades orgânicas ao nível do controlo interno e de gestão; objetivação de recursos e capacidades nos segmentos de atividade basilares e de maior vantagem competitiva; aumento e melhoria da capacidade

de execução e processamento; incremento dos níveis de liquidez disponíveis e monitorização de níveis de capitais confortavelmente posicionados acima da média e dos níveis mínimos regulamentares; um investimento recorde na capacitação do nosso Capital Humano; e não menos importante a concretização no segundo semestre do programa de Responsabilidade Social participado por todos os nossos colaboradores, intitulado “6 meses / 6 causas”, que visou, com sucesso, disseminar na estrutura do Banco a responsabilidade que as nossas Pessoas devem assumir no seio da comunidade que integram.

Num processo de desenvolvimento contínuo, o iibCV é hoje uma organização mais robusta e preparada para enfrentar mais exigentes desafios e condicionantes económicas, de competitividade e de mercado.

Apesar do contexto desafiante, o compromisso assumido pelo iibGroup em colaborar com os mais relevantes agentes económicos de Cabo Verde, com vista a contribuir de forma determinante para a concretização dos objetivos estratégicos definidos para o país, constitui a base de desenvolvimento da nossa atividade, bem como o reflexo dos resultados atingidos.

O iibCV, mantendo-se fiel à sua estratégia, registou um crescimento do seu balanço de 29%, mediante significativa contribuição de fundos parquados junto do banco por clientes de segmentos diferenciados e do modelo de gestão de tesouraria e portfolio proprietário, que contribuíram para a decorrente diversificação das fontes de financiamento e o estabelecimento de parcerias institucionais com correspondentes além-fronteiras.

No que concerne à carteira líquida de crédito, esta registou um aumento de 22%, mediante uma criterização fiel à estratégia e posicionamentos traçados, ao mesmo tempo que se desenvolveram capacidades adicionais com importante relevância na recuperação de créditos não produtivos (NPLs), cuja proporcionalidade se fixou em 2,5%, significativamente abaixo da média do mercado.

A atividade desenvolvida ao longo de 2020 traduziu um aumento da qualidade dos resultados, com a componente operacional a assumir maior preponderância na contribuição para o resultado líquido de 190.362 milhares de escudos, decorrente de um aumento do produto bancário em 62%, com devido reflexo na melhoria dos principais indicadores de performance.

Por último, não poderia deixar de frisar que, com uma estrutura acionista estável e comprometida com o iibCV, complementada por uma equipa de Profissionais,

international investment bank

competentes, dedicados e honrados, constituímos uma Entidade Económica e Financeira Segura, com capacidade para continuar a crescer e a apoiar a economia de Cabo Verde, mesmo em contexto adverso, com objetivo primário, hoje e sempre, de garantir as poupanças que nos são confiadas.

Confiantes que melhores dias nos aguardam, reiteramos o compromisso de aqui permanecermos para servir Cabo Verde, subscrevendo-nos com a mais elevada estima e consideração.

Muito obrigado!

O Presidente do Conselho de Administração,

Sohail Sultan

2. O BANCO

O International Investment Bank, S.A. (iibCV) iniciou a sua atividade no mercado cabo-verdiano em julho de 2010, enquanto subsidiária financeira, integralmente detida pelo Novo Banco, em Portugal.

Em 11 de julho de 2018, no âmbito da sua estratégia de aquisições, o iibGroup Holding WLL (“iibGroup”) adquiriu 90% do capital do BICV, mantendo-se o Novo Banco como acionista de referência sobre o restante capital, bem como privilegiado correspondente institucional.

De forma subsequente, procedeu-se ao reposicionamento do iibCV no mercado, bem como à atualização da sua designação e imagem, de forma holística e alinhada com os objetivos do iibGroup.

Formado por uma equipa diferenciada de profissionais, o iibCV desenvolve a sua atividade com a ambição de se tornar um banco de referência na captação e geração de valor decorrente de fluxos económicos e financeiros, junto a Instituições Financeiras, Empresas e Particulares, estabelecidos entre Cabo Verde e a região da África Ocidental, com a economia global.

international investment bank

2.1. Capital Social e Estrutura Acionista

O International Investment Bank, S.A. (iibCV) apresenta um capital social de 1.433.000.000\$00 (mil quatrocentos e trinta e três milhões de escudos), representado por 1.433.000 ações, com valor nominal de 1.000\$00 (mil escudos) cada.

A atual composição da estrutura acionista da instituição é a seguinte:

Estrutura Acionista (valores em escudos)

	<u>Nº Acções</u>	<u>Valor</u>	<u>%</u>
IIBG HOLDINGS WLL	1 289 700	1 289 700 000	90,00%
NOVO BANCO África, SGPS - S.A.	143 300	143 300 000	10,00%
TOTAL	1 433 000	1 433 000 000	100%

Nota: O Novo Banco África, SGPS - S.A. é uma entidade detida a 100% pelo Novo Banco, S.A. (Portugal)

2.2. Órgãos Sociais

Os estatutos do International Investment Bank (iibCV) preveem uma estrutura de governo da sociedade, da qual faz parte um conjunto de órgãos com atribuições específicas, designadamente Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal. A composição de cada órgão é, desta forma, a seguinte:

Assembleia-Geral

Presidente

Syed Farhan Alikhan

Secretária

Dina Haikel

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por sete elementos, cinco efetivos e dois suplentes.

Presidente

Sohail Sultan

Vogais

Francisco José Mairos Ferreira (a partir de 06 de Julho de 2020)

José Alberto Monteiro Soares

Syed Khurshid Husain

Filipe Pedro Martin Ferreira

Sérgio Miguel Alves Martinho

Suplentes

Shujjat Alikhan

Dina Haikel

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta por três elementos.

Presidente

Francisco José Mairos Ferreira (a partir de 06 de Julho de 2020)

Vogais

José Alberto Monteiro Soares

Sérgio Miguel Alves Martinho

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por cinco elementos, três efetivos e dois suplentes.

Presidente

Ildo Adalberto Lima – Presidente

Vogais

Eunélia Sousa Freitas

Nair Cecília Pereira da Silva

Suplentes

Alexandre Elísio Moreno Ferreira Querido

Afrodite Leocádia de Sousa Reis Borges Monteiro

international investment bank

2.3. Estrutura de Gestão

A operacionalidade do iibCV é suportada por onze (11) departamentos, sendo dois deles áreas de negócios que, de forma transversal, se ocupam da gestão diária de cada uma das atividades que compõem a sua estrutura. Duas agências, estrategicamente localizadas, apoiam toda a rede de clientes do Banco, nacional e internacional.

Departamentos

Comercial	Mário Fernandes
Financeira e Tesouraria	Aícha Correia
Recursos Humanos	Leida Semedo
Risco Global	Elsa Almada
Operações	Leila Carvalho
Tecnologias de Informações	Hugo Rocha
Contabilidade	Lenira Monteiro
Compliance	Ângela Vaz
Crédito e Recuperação	Carla Melício
Auditoria Interna	Yudel do Rosário
Jurídico	Djasmin Ferreira

Rede Comercial

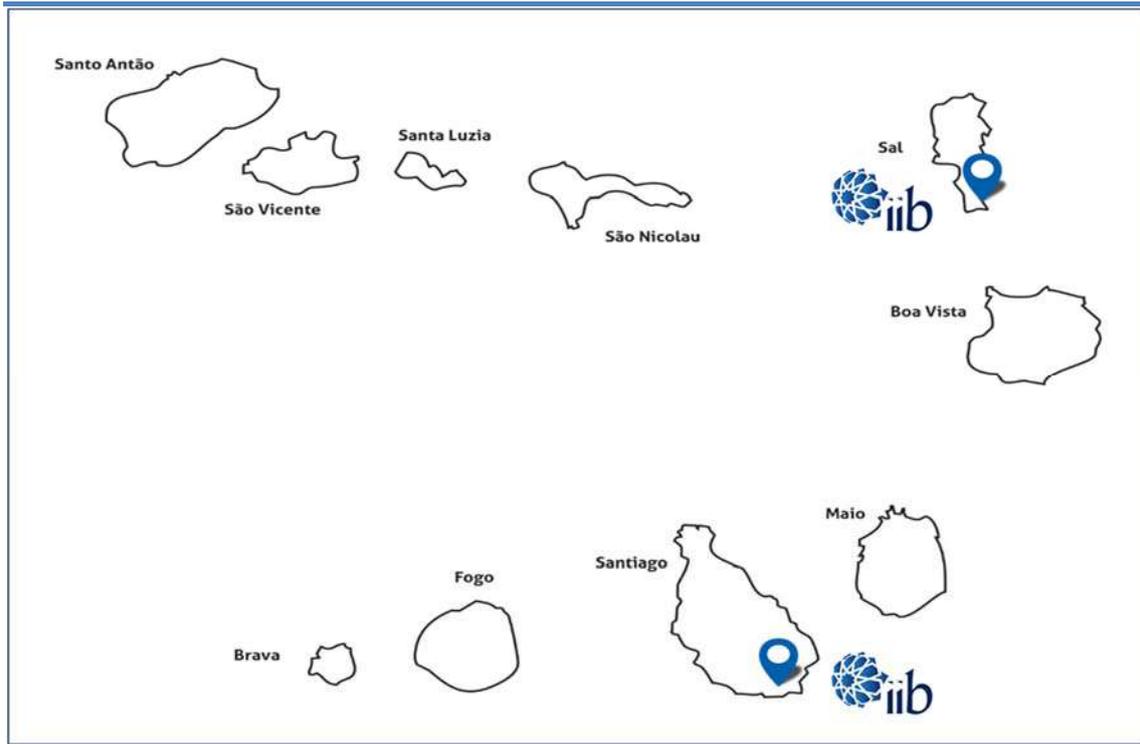
Agência da Praia (Sede)	Nelson Leocádio
Agência do Sal	Jânio Santos

international investment bank

2.4. Presença Geográfica, Rede de Distribuição e Instalações

O International Investment Bank (iibCV) tem sede na Av. Cidade de Lisboa, na cidade da Praia, capital do país, onde funcionam os serviços centrais, assim como a unidade de Negócio Sede. Para além da unidade de negócio na Ilha de Santiago, dispõe ainda de uma segunda unidade, na ilha do Sal.

Presença Geográfica do iibCV



SEDE/UNIDADE DE NEGÓCIO DA PRAIA - ILHA DE SANTIAGO

Av. Cidade de Lisboa, CP nº 35 – Cidade da Praia

Telefone: +238 2602626

Fax: +238 2602630

UNIDADE DE NEGÓCIO DE SANTA MARIA - ILHA DO SAL

Vila Verde Resort, Condolote 01 Bloco D, Loja R CP nº 142

Telefone: +238 2428210

Fax: +238 2428219

2.5. Recursos Humanos e Responsabilidade Social

2.5.1. Recursos Humanos

A gestão do capital humano é um dos pilares fundamentais da gestão do Banco, já que são os seus colaboradores, nas mais variadas funções e níveis de responsabilidade, o fator crítico de sucesso, no sentido de serem assegurados os serviços bancários de excelência aos clientes, para um eficiente funcionamento e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável da Instituição.

A função de gestão estratégica de recursos humanos, em devido alinhamento com a estratégia definida para o Banco, apresenta-se com um dos pilares primordiais de êxito da Instituição, garantindo a identificação, retenção, desenvolvimento e dinamização do capital humano.

O ano de 2020 foi um ano de vários desafios para o iibCV, sendo que o elevado nível de profissionalismo, desempenho e compromisso da sua Equipa foi decisivo para se alcançar os objetivos estabelecidos, mormente no contexto de profunda crise que se viveu.

A gestão estratégica da função de capital humano mereceu, assim, um nível diferenciado de compromisso por parte da Administração do iibCV, visando a promoção e a atualização contínua do reforço das competências dos colaboradores, valorizando e promovendo o seu desenvolvimento pessoal e profissional, a motivação e retenção dos quadros.

Reflexo deste compromisso é o fato de, mesmo num ano atípico como foi o de 2020, a generalidade dos colaboradores, incluindo a Administração, participou em ações de formação, no país e no estrangeiro, visando a sua valorização e melhoria do seu desempenho, medidas essas que continuarão a ser intensificadas nos anos vindouros. De entre as formações, destacaram-se, pela sua pertinência e aplicabilidade, as seguintes:

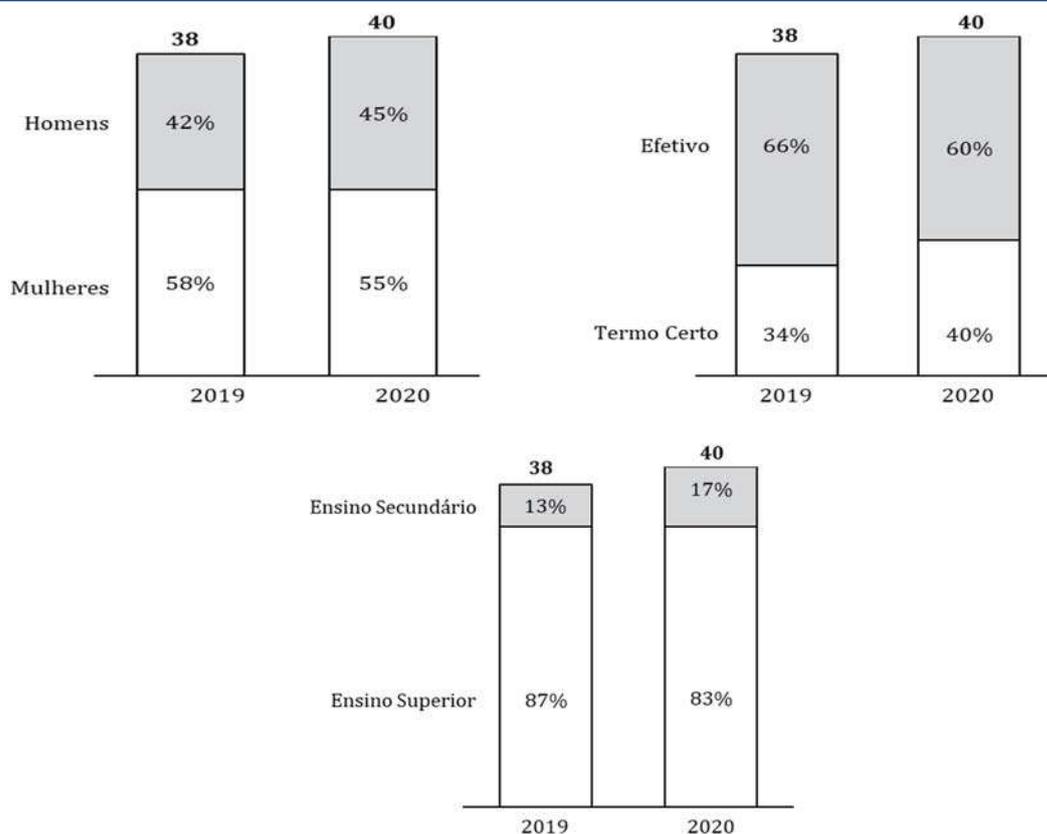
- Risk Management in Banking;
- Auditoria Interna e Controlo Interno;
- Finance of Renewable Energy Projects on an Independent Power Produce;
- Governance: Audit, Control and Compliance;
- AML-FT Prevenção Lavagem de Capital e Financiamento ao Terrorismo;
- Trade Finance;
- elCBA (*Core Banking System*);
- KYC Sphere;
- Módulo Instituição Financeira, Plataforma Paylog;
- ABC Bancário;
- Excel;
- Digital Transformation and Fintech;

international investment bank

- Bancassurance;
- Contabilidade Bancária I e II;
- Bond Capital Market Development;
- Controlo Interno para Instituições Financeiras Supervisionadas pelo Banco de Cabo Verde;
- Credit Risk and Cash Flow Analysis;
- Human Resources Management «People are the Heart of the Business»;
- Inglês.

Em paralelo e no decurso de 2020, o iibCV avançou com um conjunto de iniciativas em matéria de gestão de recursos humanos, dos quais se podem destacar, entre outras: a definição de objetivos globais, departamentais e pessoais; e o desenvolvimento e aplicação de um novo sistema de avaliação de desempenho, baseado em matérias quantificáveis e objetivas; a realização de Town Halls mensais de acompanhamento e troca de ideias com todos os colaboradores e a implementação do Encontro Anual de Quadros.

Estrutura dos Recursos Humanos a 31-12-2019 e a 31-12-2020



O iibCV é uma Instituição que se destaca pelo seu quadro de pessoal altamente qualificado, sendo que 83% dos colaboradores possui ensino superior, dos quais 21% possui pós-graduação ou mestrado.

Apesar da estrutura-base do iibCV ser estável (45% do pessoal está afeto ao Banco desde a sua origem), após mais de dez anos de atividade, a dinâmica da rotatividade de quadros começou a se sentir no iibCV, registando-se entradas e saídas de colaboradores, mantendo-se a perspetiva da qualidade do capital humano, como é visível no perfil dos novos colaboradores contratados ao longo do ano.

O iibCV apresenta um quadro de 40 colaboradores (2019: 38), divididos por 11 departamentos, refletindo 7 entradas (de entre os quais 3 estagiários que passaram a contratados) e 5 saídas, em relação ao ano anterior. A aposta se concentra, invariavelmente, no permanente reforço da capacidade e qualidade dos colaboradores, acima da quantidade, por forma a fazer face aos constantes desafios do setor e às metas traçadas.

O equilíbrio de géneros é uma característica observável ao longo dos anos, sendo que, do total de 40 colaboradores, cerca de 55% é do sexo feminino (2019: 58%), face a 45% do sexo masculino (2019: 42%).

A média da idade dos colaboradores ronda os 36 anos, retrato de um quadro jovem, apesar de experiente, multidisciplinar e comprometido com a missão do iibCV.

2.5.2. Responsabilidade Social

O ano de 2020 marcou o Banco como sendo o ano em que, oficialmente, foi criada uma vertente que se ocupa exclusivamente de ações de responsabilidade social, sob a alçada direta da Presidência da Comissão Executiva.

Em meados do ano, foi lançado um projeto denominado 6 Meses/6 Causas, com o objetivo de apoiar pequenas grandes causas da sociedade, identificadas e indicadas pelos próprios colaboradores, no âmbito das Políticas de Responsabilidade Social desenhadas pelo Banco, tendo por base a atuação em áreas de interesse global, como a Higiene, Saúde e Bem-Estar, a Alimentação, a Formação e Educação, a Responsabilidade Ambiental e Ética nos Negócios.

Higiene Saúde e Bem-Estar

Nesse domínio, a Câmara Municipal da Praia foi apoiada com a entrega de máscaras de proteção para o Lar de Idosos de Castelão.

O maior projeto do ano nesta área, entretanto, foi a edificação de um parque infantil na Pediatria do Hospital Agostinho Neto, acompanhado de entrega de presentes de Natal às crianças internadas nessa ala do Hospital.

Alimentação

Em parceria com os Caminheiros Sem Fronteiras, foram apoiadas mais de 60 famílias, com distribuição de cestas básicas, na Ilha de Santiago. Através da representação do Banco a Ilha do Sal, foi apoiada a Associação Abraçar Sal na concretização do Projeto Cantina Social.

Educação e Formação

Neste domínio, foi preparada, com a Universidade de Cabo Verde, a assinatura de um protocolo de parceria que, de entre outros objetivos, podem ser destacados intercâmbios, formações, bolsas de estudos, possibilidade de realização de estágios no Banco, curriculares ou não, para os formandos dos cursos ligados à área. O protocolo foi assinado no início do ano.

Ainda nessa vertente educacional, foram distribuídos *kits* escolares à Aldeia Infantil S.O.S. Cabo Verde, para as crianças do Ensino Básico das casas de acolhimento da Aldeia.

Foi ainda apoiado o processo de reabilitação de uma escola do Agrupamento Escolar de Porto Mosquito.

3. Enquadramento Económico 2020

3.1. Enquadramento internacional

Segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) relativas ao passado ano de 2020, a Economia Mundial deverá ter registado uma contração do crescimento económico de 3,5%, valor que traduz um cenário mais favorável do que perspetivado em meados do ano, refletindo uma maior resiliência da economia global no segundo semestre. No entanto, o arranque de 2021 decorreu envolto no aumento da incidência da pandemia, incorporando novas variantes do vírus e consequentes novos períodos de confinamento que, associados a problemas logísticos na distribuição e execução do processo de vacinação, poderão condicionar uma recuperação económica em V.

O pior desempenho verificou-se nas economias desenvolvidas, que deverão registar uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) de 4,9%, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento deverão registar uma contração mais modesta, em torno dos 2,4%.

Os Estados Unidos da América, apesar dos efeitos da pandemia e a incerteza que antecedeu ao período eleitoral, deverá registar uma queda modesta em termos relativos (3,4%), enquanto a Zona Euro contrairá de forma mais significativa (7,2%), com as suas principais economias a perspetivarem contrações de 5,4%, 9%, 9,2% e 11,1%, nos casos da Alemanha, França, Itália e Espanha, respetivamente.

É num contexto envolto em incerteza política e económica que a Reserva Federal Americana procurou reagir de forma rápida e agressiva tendo, após reduzir agressivamente as taxas de juro para 0,00%-0,25% e implementar um vasto conjunto de medidas, que incluíram uma expansão muito significativa do balanço através da compra de ativos (120 mil milhões mensais, dos quais 80 mil milhões em *Treasuries* e 40 mil milhões em *Mortgage Backed Securities*), reforçado que a política acomodatória deverá permanecer a prazo (*forward guidance*) e suportará mesmo períodos temporários de inflação superior ao definido limite de 2%, dando espaço à manutenção do programa de compra de ativos pelo menos até final 2021, não considerando introduzir estímulos adicionais. A nível fiscal, o novo executivo,

liderado por Joe Biden, aprovou um pacote de estímulos no valor de 900 mil milhões de dólares, correspondente ao segundo maior pacote fiscal da história e que sucede ao anterior programa anunciado no início da pandemia, no valor de 1,8 triliões de dólares, que incluirá, entre outras medidas, o pagamento através de um cheque de 600 dólares a uma quantidade elevada de cidadãos e 300 dólares semanais adicionais aos beneficiários de prestações por desemprego.

Por sua vez, na Zona Euro, o Banco Central Europeu (BCE) procurou lançar várias medidas de suporte ao processo de recuperação, nomeadamente a extensão das compras líquidas do *Pandemic Emergency Purchase Programme* (PEPP) para 1,85 mil milhões, que se acrescentam às compras líquidas do *Asset Purchase Program* no valor de 200 milhões mensais. Serão também levados a cabo pelo BCE três novas injeções de liquidez, perspetivadas para 2021, com condições favoráveis que se prolongarão até junho de 2022. A nível fiscal, o espaço europeu fecha 2020 com acordos relevantes, que contribuem para mitigar importantes fatores de risco que possam condicionar a já fraca recuperação económica Europeia. A aprovação do novo orçamento comunitário possibilita os desembolsos relativos ao Plano de Recuperação, dentro do calendário previsto. Por outro lado, o acordo do Brexit, apesar de básico, garante que não haverá taxas aduaneiras ou quotas no comércio de bens, cobrindo um alargado conjunto de áreas de atividade relevantes e fixando um mecanismo para resolver litígios que advenham à medida que as condições legais venham a divergir.

As medidas acomodáticas de taxa de juro e de suporte ao crescimento contribuíram para mitigar a volatilidade nos mercados de rendimento fixo, com as taxas de juro e os prémios de risco soberano da Zona Euro a manterem-se a níveis historicamente baixos.

No mercado acionista, a ação acomodática dos bancos centrais e as medidas de estímulo ao crescimento possibilitaram uma recuperação de performance, após as quedas acentuadas registadas no início da pandemia, num ano marcado por momentos de elevada volatilidade. Neste âmbito, o índice MSCI encerrou o ano com uma performance de 16%, com os investidores a descontarem uma esperada acentuada recuperação. Nos EUA, o índice S&P 500 fechou o ano com uma valorização de 16%, em níveis próximos de máximos históricos, enquanto na

Europa, o Eurostoxx 50 fechou com uma queda de 5%, mas 4 pontos percentuais acima do valor médio de 2020. Também os índices dos principais países emergentes fecharam o ano com ganhos significativos, especialmente os ganhos dos países asiáticos, com o MSCI Emerging Markets a registrar uma valorização de 18%.

O dólar norte-americano encerrou 2020 a perder terreno contra o euro e as moedas emergentes. A melhoria do sentimento dos investidores, em dezembro, promoveu a transferência de fluxos de capital a partir de ativos de refúgio, como o dólar ou o iene, para outros ativos com rentabilidades mais atraentes, como as moedas de países emergentes, suportados pelo aumento da procura de matérias-primas. O euro continuou a materializar a tendência de valorização, fixando-se próximo dos 1,23 e registrando os valores mais elevados dos últimos dois anos. A libra esterlina, após um ano de volatilidade, devido ao efeito da pandemia e à incerteza de um acordo para o Brexit, fechou o ano a perder valor, mas com perspectiva de recuperação no arranque de 2021 para níveis próximos do ano de 2020.

Num contexto de quebra acentuada do consumo a nível internacional e com principal expressão nas economias desenvolvidas, o preço da generalidade das matérias-primas registou depreciações significativas em 2020. No entanto, a expectativa da retoma económica, aumento da mobilidade de mercadorias e pessoas inverteram a tendência no último trimestre, abriu espaço a valorizações acentuadas desde os mínimos registados em Abril. O preço do barril de Brent, em específico, recuperou dos mínimos registados abaixo dos 20 usd nesse período, superando a barreira dos 50 usd a fecho de ano, também suportado pelas decisões da OPEP e dos seus parceiros, que decidiram aumentar a produção num valor muito inferior ao anteriormente antecipado.

Perspetivas Económicas para 2020/21

O ano de 2021 tem por base a expectativa de recuperação na economia global pelos agentes económicos, que deverá ocorrer com ritmos e incidências desiguais e desequilibradas.

Segundo as previsões do FMI para 2021, a economia mundial deverá registar um crescimento de 5,5%, traduzindo a melhoria nas expectativas dos agentes

económicos, decorrentes da aprovação de várias vacinas e do início das campanhas de vacinação, em alguns países desde dezembro, o que aumentou a esperança num eventual controlo da pandemia e dos seus efeitos. A Zona Euro deverá crescer 4,2%, abaixo das expectativas iniciais para o ano, como consequência dos novos períodos de confinamento e dos seus impactos, os atrasos na execução dos processos de vacinação e a falta e dificuldade de execução dos apoios estatais a famílias e empresas. O crescimento espera-se suportado pelas economias da região com maior peso, como a Espanha, que deverá apresentar o maior crescimento do espaço da moeda única, com a economia a aumentar 5,9%, acima dos 5,5% de França e dos 4,2% da Alemanha. Por sua vez, os Estados Unidos deverão ter um crescimento económico de 5,1%, refletindo o impacto de um maior pacote de estímulos à economia e de uma abordagem de confinamento mais relaxada. No espectro das economias emergentes, a Índia deverá ser o líder de crescimento, podendo ver o seu PIB aumentar 11,5%, depois de ter crescido 4,2% em 2020. Por sua vez, a China deverá apresentar um crescimento de 8,1%, depois de ter registado um parco crescimento de 2%, mas evitado uma contração económica em 2020, através de uma abordagem descrita como *hard and early*.

Perspetiva-se que o risco de inflação se mantenha controlado, com a maioria das economias desenvolvidas a apresentarem níveis abaixo do objetivado pelos diversos bancos centrais, que se situam entre 1,5-2% até, pelo menos, 2022.

Contudo, apesar das expectativas de crescimento positivo para 2021, a perda de produto, registada em 2020, não deverá ser recuperada totalmente no espaço de um ano e as economias, a nível internacional, estarão substancialmente mais dependentes de fatores associadas a políticas fiscais e monetária. Desta forma, os agentes económicos estarão mais sensíveis a ajustes nas expectativas e, por isso, sujeitar os mercados e picos de incerteza e decorrente volatilidade, com potenciais impactos de dimensão relevante.

3.2. Enquadramento Nacional

Cabo Verde foi severamente afetado pelos efeitos socioeconómicos decorrentes da propagação da pandemia do COVID-19, interrompendo um ciclo de vários anos de desenvolvimentos macroeconómicos significativos. Segundo as projeções do FMI, é esperado que a economia tenha contraído -14%, após ter crescido 5,7% em 2019. Tal resultou predominantemente do colapso nas atividades de turismo e transporte, de uma forte contração em outros setores relevantes, das medidas de contenção domésticas e da contração muito significativa da procura externa.

Espera-se que a recuperação se inicie em 2021, com um crescimento do PIB de 5,8%, traduzindo o resumir da tendência de crescimento a um ritmo acima dos 6% nos anos subsequentes. No entanto, existem riscos substanciais a uma recuperação significativa, decorrentes da incerteza quanto à normalização da economia global, a duração da pandemia e o retorno dos fluxos associados ao turismo.

É neste contexto que a dimensão da dívida pública representará 141% do PIB, como resultado da implementação das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, que se traduziram em programas de proteção social, medidas de política fiscal e monetária. Tais medidas tiveram em vista o reforço do sistema nacional de saúde, a contenção da disseminação da pandemia, o assegurar de níveis confortáveis de liquidez do sistema bancário, o facilitar do acesso ao crédito e a flexibilização do pagamento de obrigações tributárias. Tendo em consideração os níveis elevados de incerteza e decorrentes riscos inerentes, acentuam-se as preocupações em torno de uma progressividade direcionada ao sobre-endividamento público, pelo que a implementação sólida e a monitorização das políticas e reformas deverão traduzir um foco direcionado para a catalisação de dinâmica económica, geração de receitas, persecução de linhas concessionais e estratégias de consolidação fiscais contendo despesas não prioritárias, serão fundamentais no ambiente pós-pandemia.

A evolução de preços manteve-se estável em 2020, com o Índice de Preços no Consumidor (IPC) publicado pelo Instituto Nacional de Estatística a ser fixado nos 0,6%, tendo registado uma variação média negativa nos últimos três meses do ano, o que poderá lançar pressões deflacionistas ao longo de 2021.

international investment bank

Por sua vez, as Reservas Internacionais Líquidas (RIL) deverão ter-se reduzido em 2020 em cerca de 77 milhões de euros, refletindo o aumento significativo do défice orçamental que se deverá ter fixado nos 8,9% do PIB e a deterioração da conta corrente. No entanto, as mesmas representam agora aproximadamente oito meses de importações de bens e serviços.

4. Atividade Comercial

4.1. Estratégia e Modelo de Negócio

O ano de 2020 ficou distinguido, de forma indelével, pela pandemia que assolou o mundo e atingiu Cabo Verde no mês de março, naquela que se espera ser um episódio aterrador, mas efémero.

Considerando a evolução dos principais indicadores de 2019, perspectivava-se, em 2020, um ano bastante positivo para os principais clientes e setores da economia e, conseqüentemente, para o iibCV, na qualidade de parceiro estratégico de vários projetos iniciados nos anos anteriores, a perspectiva era de um ano de consolidação definitiva.

No entanto, a pandemia veio afetar, de forma transversal, todos os setores da economia, com particular intensidade nos setores-chaves, o turismo e a aviação civil. Com os hotéis e as fronteiras aéreas fechadas, os principais clientes do Banco desses segmentos e os ligados de forma direta e/ou indireta às indústrias do turismo e da aviação civil, viram as suas receitas caírem para níveis próximos de zero, tendo o Banco, nesse contexto e de forma imediata, reforçado o seu papel de parceiro financeiro, provendo financiamentos de apoio à tesouraria e financiamentos no âmbito da linha Covid-19, linha essa criada de forma estrutural pelo Governo, em parceria com o setor financeiro nacional.

Foi inevitável a adaptação do setor financeiro a uma nova abordagem ao mercado, adotando as recomendações do regulador e das autoridades sanitárias, no sentido de se evitarem aglomerações nas respetivas estruturas e salvaguardar a saúde dos colaboradores e dos clientes.

A vantagem competitiva criada pelo iibCV como um dos pilares do seu modelo de negócio, consagrada numa relação de proximidade entre os gestores e os clientes, através da prestação de atendimento diferenciado e personalizado através de telefone, e-mail e canais digitais, e que se reverteu numa cultura própria dos clientes do Banco que limitam as suas deslocações aos balcões, revelaram-se uma especial mais-valia em tão conturbado período.

Pela positiva, o ano de 2020 fica marcado por transformações profundas no posicionamento e estratégia do iibCV, no qual o auge foi a implementação de um novo modelo de negócio, resultante de uma eficiente gestão de tesouraria e portfolio proprietário, que veio complementar o tradicional modelo comercial.

Para o ano de 2021, os pilares passam pelo crescimento e consolidação no mercado local, assente na nova realidade socioeconómica através da angariação de clientes e depósitos,

international investment bank

permitindo ao iibCV aumentar, igualmente, no que à concessão de crédito à economia diz respeito, designadamente a setores de atividade primordiais ao processo de crescimento de Cabo Verde.

A estratégia definida assenta na preservação e reforço permanente do ambiente de controlo, assente nas mais recentes práticas e normas internacionais do setor, garantindo que os processos e políticas do iibCV são constantemente atualizados, já que apenas desta forma será possível continuar a contribuir para níveis de desempenho, solvabilidade, liquidez, estabilidade e robustez económica e financeira em linha com as diretrizes definidas ao nível acionista e regulamentar.

Desta forma, o iibCV reafirma o seu compromisso em oferecer mais e melhores produtos e serviços bancários e transacionais aos seus clientes em Cabo Verde e no estrangeiro.

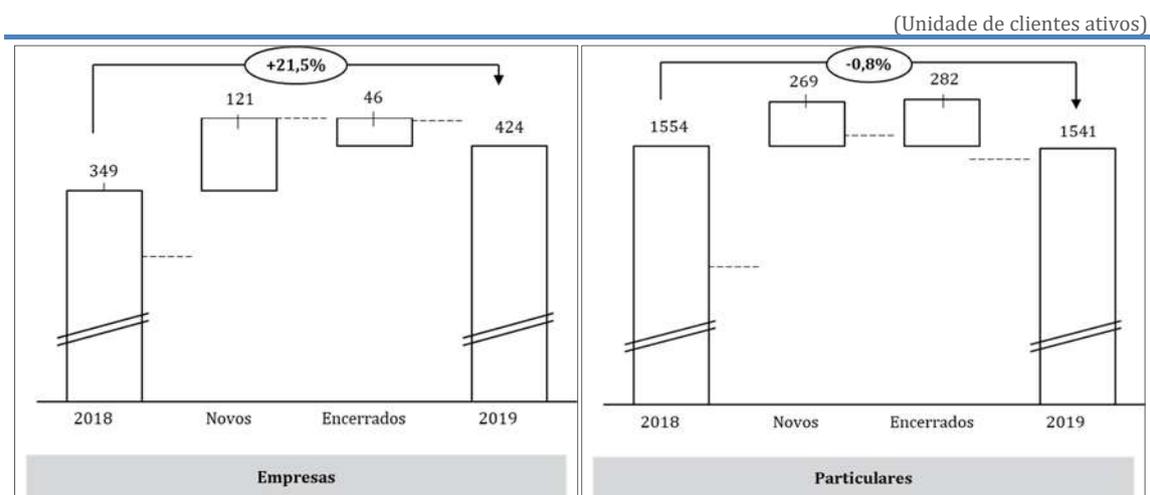
4.2. Atividade Comercial

Em 31 de Dezembro de 2020, o iibCV apresentava uma carteira de 1 965 clientes ativos, dos quais 1 541 particulares (equivalente a 78% do total), residentes e não residentes (incluindo emigrantes), e 424 empresas, nacionais e estrangeiras, estas últimas maioritariamente estabelecidas em Cabo Verde.

O número total de novos clientes representa um crescimento de 20% face ao agregado de 2019, sendo, em especial, de realçar o crescimento assinável verificado no segmento empresa, não obstante a conjuntura que se viveu durante todo o 2020.

A base da carteira de clientes foi alargada, abrindo a possibilidade de se expandir para outros nichos do mercado, destacando o crescimento da carteira de Empresas, que registou crescimento líquido de 21% no ano.

Evolução da Carteira de Clientes Ativos



Essa abertura a novas perspectivas permitiu o estabelecimento de novas relações, assim como a reativação de relações com alguns clientes. A par com o alinhamento e compromisso do iibCV para com o desenvolvimento do segmento empresarial, permitiu um significativo aumento da confiança dos seus clientes, que acabou por se traduzir num crescimento do número de clientes ativos e de depósitos neste segmento, em particular.

Como resultado, no final de 2020, a distribuição da carteira de crédito apresentava o compromisso do iibCV para com o financiamento de empresas nacionais a atuar em setores impulsionadores da economia, visando contribuir, de forma prática e direta, na recuperação nacional.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, a carteira de crédito distribuía-se em 86% ao segmento empresarial (2019: 82%), registando acréscimo de 25%, e 14% de crédito às famílias, ou seja, ao segmento particular (2019: 18%).

international investment bank

A procura das famílias por financiamento registou uma redução assinalável, dada à situação de pandemia, que trouxe muitas incertezas no que toca à manutenção dos empregos ou dos rendimentos, principalmente pelo fato de a economia do país estar dependente, em elevada proporção, ao setor do turismo, direta ou indiretamente: E esse setor foi o que mais se viu prejudicado com a pandemia, que resultou no fecho das fronteiras aéreas. O *stock* de crédito a particulares decresceu, assim, 10%.

Numa conjuntura dominada pela incerteza, o Banco procurou criar soluções inovadoras, visando incentivar a poupança para os tempos vindouros e, ao mesmo tempo, concedendo autonomia e disponibilidade financeira aos seus clientes. Neste sentido, registou-se um acréscimo considerável do volume e do número de aplicações financeiras, gerando um crescimento do valor global da carteira de depósitos a prazo, que cresceu 55% no ano.

Os recursos globais de clientes apresentavam, no final de 2020, igualmente uma composição relativa que evidencia o posicionamento do iibCV e o aumento da confiança de clientes, tanto os particulares como as empresas, a par do seu volume global registar um crescimento significativo. Assim, o segmento de empresas regista um aumento global de 7%, representando 93% do total dos depósitos do iibCV (2019: 93%). Os recursos dos particulares cresceram, por seu turno, 10%, mantendo o mesmo peso de 7% sobre o total.

5. Análise do Risco do Crédito

5.1. Carteira de Crédito e Imparidade/Provisões

Considerando os objetivos preconizados no seu plano estratégico, o iibCV vem aprimorando, sistematicamente, o modelo de avaliação e concessão de crédito, com vista a assegurar as necessidades das empresas nacionais, nomeadamente no que respeita ao apoio aos setores económicos com especial relevância estratégica para o desenvolvimento económico da economia de Cabo Verde.

Durante o ano de 2020, todo o esforço e compromisso colocado na criação de soluções adequadas às necessidades dos seus clientes resultou, em termos efetivos, num crescimento global da carteira de crédito, com especial enfoque no segmento de empresas.

A carteira global cresceu 18%, apresentando no final do exercício, um saldo de 5,44 mil milhões de escudos (2019: 4,60 mil milhões), decompostos como detalhado de seguida:

Distribuição da Carteira de Crédito a 31-12-2020 e a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020		31.12.2019	
	Vincendo	Vencido	Vincendo	Vencido
Por Segmento	5 308 556	136 297	4 342 088	258 264
Empresa	4 644 275	45 479	3 611 458	145 782
Particular	664 281	90 818	730 630	112 482
Por Setor de Actividade	5 308 556	136 297	4 342 088	258 264
Transportes e Comunicações	3 950 974	16 484	2 380 794	15 721
Habituação	617 405	89 600	676 776	111 357
Hotelaria e Restauração	316 332	-	286 301	-
Comércio e Serviços	200 780	28 798	682 462	89 748
Indústria	129 898	-	201 744	542
Consumo	46 876	1 218	53 854	1 125
Construção e Obras Públicas	46 292	197	60 157	39 771
Por Maturidade	5 308 556	136 297	4 342 088	258 264
Médio e longo prazo	4 664 306	98 625	3 709 067	185 665
Curto prazo	644 251	37 671	633 021	72 599
Imparidade do crédito / Cobertura da carteira	81 964	1,51%	164 242	3,57%

A carteira de crédito do iibCV é composta em cerca de 87% de operações de médio e longo prazo (2019: 85%) e cerca de 86% do seu valor global correspondia, no final de 2020, a financiamentos a empresas (2019: 82%), reflexo do investimento realizado no sentido de posicionar o iibCV como parceiro do segmento empresarial.

international investment bank

Resultado de um menor número de operações, atribuído às consequências da conjuntura atual, o segmento de clientes particulares registou quebra no seu volume.

A 31 de dezembro de 2020, o crédito concedido a empresas atingiu um valor agregado de 4,69 mil milhões de escudos (2019: 3,76 mil milhões de escudos), evidenciando um acréscimo de 25%, facto essencialmente resultante do efeito combinado de um posicionamento mais próximo da base de clientes, visando a originação de novas operações de financiamento, assim como do apoio às empresas no âmbito do protocolo da Covid-19 criado para o setor financeiro.

Da análise da distribuição da carteira de crédito por setor de atividade, é possível concluir que o setor dos Transportes e Comunicações representa cerca de 73% da carteira (2019: 52%), seguido do crédito à Habitação com 13% (2019: 17%) e do setor da Hotelaria e Restauração com 6% (2019: 6%).

Distribuição da carteira por tipo de crédito a 31-12-2020 e a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020		31.12.2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Abs.	Rel.
EMPRESA	4 689 754	86,1%	3 757 240	81,7%	932 515	25%
Financiamento Médio Longo Prazo	4 008 957	73,6%	3 000 397	65,2%	1 008 559	34%
Financiamento Curto Prazo	898	0,0%	488 833	10,6%	(487 934)	-100%
Conta Corrente Caucionada/Descoberto	650 892	12,0%	235 767	5,1%	415 125	176%
Outros	29 007	0,5%	32 243	0,7%	(3 235)	-10%
PARTICULAR	755 099	13,9%	843 112	18,3%	(88 014)	-10%
Crédito Habitação	707 005	13,0%	788 132	17,1%	(81 128)	-10%
Consumo	48 094	0,9%	54 980	1,2%	(6 886)	-13%
CRÉDITOS	5 444 853	84%	4 600 352	85%	844 501	18%
EXTRAPATRIMONIAIS	1 048 831	16%	814 469	15%	234 363	29%
Garantias Bancárias	1 048 831	16%	814 469	15%	234 363	29%
TOTAL	6 493 684	100%	5 414 820	100%	1 078 864	20%

O crédito a particulares registou um decréscimo de 10%, tendo o seu peso na carteira reduzido de 18% para 14%, facto que se fica a dever, em grande parte, pela amortização normal e (especialmente) antecipada de operações de crédito à habitação, aliada a um reduzido número de novas operações originadas em 2020.

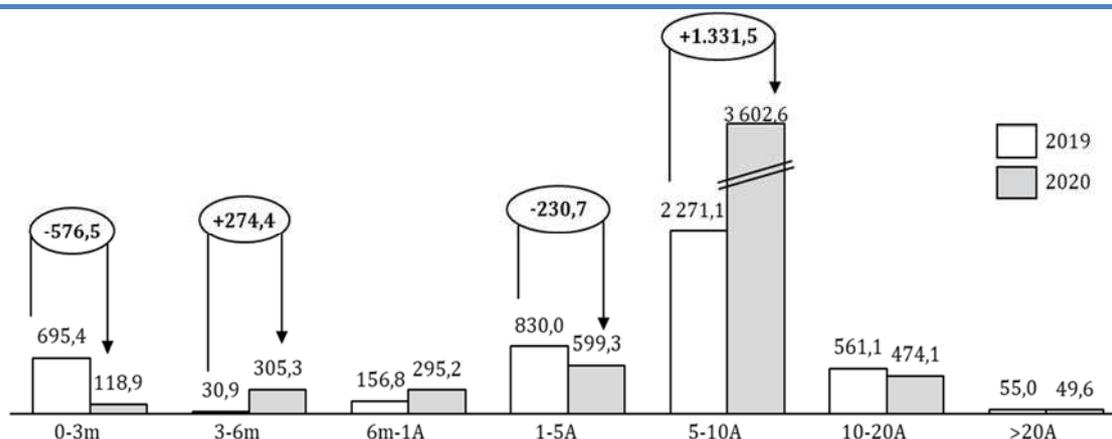
international investment bank

No tocante ao crédito ao consumo, o decréscimo de 13% verificado no ano vai de encontro à estratégia do iibCV, que passa pelo foco em Empresas. Esse segmento representa cerca de 1% do total da carteira (2019: 1,2%).

O iibCV registou um crescimento de 29% na carteira de operações extrapatrimoniais ou compromissos contingentes, sendo que o valor global da carteira, na sua maioria totalidade por Garantias Bancárias, ascende ao valor total de 1,05 mil milhões de escudos (2019: 814 milhões de escudos).

Numa perspetiva de maturidade residual da carteira de crédito, o iibCV projeta a amortização natural de cerca de 24% da sua carteira de crédito num limite temporal que não ultrapassa os 5 anos, horizonte temporal onde também se concentra parte substancial do crédito concedido a empresas, cujo prazo médio contratado, por regra, não ultrapassa, os 5 anos. Assim sendo, cerca de 66% da carteira apresenta maturidade residual dentro do intervalo de 5 a 10 anos.

Maturidade residual da carteira de crédito a 31-12-2020 e 31-12-2019



No cumprimento das normas prudenciais aplicáveis ao setor bancário e das políticas estabelecidas pelo iibGroup e localmente aplicáveis, no que concerne à mitigação do risco de crédito, o iibCV avalia, de forma contínua, a qualidade da sua carteira de crédito, através da determinação e revisão do perfil de risco de cada cliente e das respetivas operações contratadas.

Assim sendo, tendo como pressuposto de base o cumprimento integral dos termos contratuais estabelecidos entre as partes, é efetuado mensalmente o apuramento das imparidades do crédito, assim como do valor de provisões mínimas regulamentares, em estrito cumprimento da regulamentação em vigor emanada pelo Banco de Cabo Verde (Avisos nº 4/2006 e nº 6/2007).

international investment bank

O Banco determina, desta forma, o montante de perda esperada sobre todos os contratos de crédito, independentemente de estes apresentarem ou não indicadores de incumprimento, sendo este valor de imparidade do crédito reconhecida mensalmente em balanço, e consequentemente, em resultados do exercício.

Considera-se que uma exposição de crédito se encontra em imparidade quando há evidência objetiva de perda (ocorrência de determinados eventos ou *triggers* de imparidade) sobre os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

A determinação da imparidade da carteira de crédito é efetuada com base nos pressupostos e orientações estabelecidos pelo IFRS 9. Esta metodologia permite analisar o risco de crédito numa ótica individual, de forma a considerar as variáveis quantitativas e qualitativas dos contratos e dos clientes de crédito, enquanto exposições não incluídas na análise individual são mensuradas por recurso aos modelos de análise coletiva.

Variação da Imparidade da carteira de crédito a 31-12-2020

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Imparidade em 31.12.2019	Imparidade em 31.12.2020			Variação
		Análise Coletiva	Análise Individual	Total	
Empresa	143 154	12 956	55 823	68 779	(74 375)
Particular	21 088	1 388	11 797	13 185	(7 903)
	164 242	14 344	67 620	81 964	(82 278)

As metodologias de cálculo da imparidade para a carteira de crédito incluíram os seguintes critérios:

- **Análise individual** – considera informações qualitativas e financeiras do cliente, bem como a capacidade de recuperação dos colaterais afetos à operação. Em paralelo, procede-se à determinação de cenários de recuperação, considerando o efeito do tempo expetável de recuperação e, como resultado, os fluxos de caixa esperados (e descontados) que servem de garantia à liquidação das responsabilidades de crédito.
- **Análise coletiva** – são utilizados os diversos fatores de risco: Probabilidade de Incumprimento (“PD”), Exposição Líquida (“EAD”) e Perda Esperada em caso de Incumprimento (“LGD”), em conjugação com uma análise *benchmark* (com referência ao mercado nacional), para cada segmento (particulares e empresas).

O montante apurado para a imparidade da carteira de crédito resultou, em grande parte, da aplicação dos parâmetros de análise individual, uma vez que 73% do total da carteira de crédito enquadra-se nesse critério de análise.

international investment bank

A carteira de crédito a clientes apresenta um nível médio de cobertura por imparidades de 1,51%, face a um valor de 3,57% no final do ano anterior, resultante de um total de imparidades de balanço de 82 milhões de escudos (2019: 164 milhões).

Imparidade da carteira global de crédito a 31-12-2020

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Análise Individual			Análise Coletiva			Total		
	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura
Operações de Crédito	3 977 324	67 620	1,70%	1 467 529	14 344	0,98%	5 444 853	81 964	1,51%
<i>Stage 1</i>	3 600 840	6 483	0,18%	1 274 391	12 547	0,98%	4 875 231	19 030	0,39%
<i>Stage 2</i>	301 297	6 661	2,21%	118 022	643	0,54%	419 320	7 304	1,74%
<i>Stage 3</i>	75 186	54 476	72,45%	75 117	1 154	1,54%	150 303	55 630	37,01%
Extrapatrimoniais	-	-	-	1 048 831	37 937	3,62%	1 048 831	37 937	3,62%
<i>Stage 1</i>	-	-	-	827 234	2 482	0,30%	827 234	2 482	0,30%
<i>Stage 2</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Stage 3</i>	-	-	-	221 597	35 456	-	221 597	35 456	16,00%
TOTAL	3 977 324	67 620	1,70%	2 516 361	52 281	2,08%	6 493 684	119 901	1,85%

Desta forma, 89,5% da carteira de crédito do iibCV está classificada em *stage 1*, com uma taxa de média imparidade de 0,39%. As operações classificadas em *stage 2* representam a uma parcela de 7,7% da carteira, com um rácio de cobertura de 1,74%, e, finalmente, a exposição em *stage 3* representa 2,8% da carteira de crédito, apresentando, no entanto, uma taxa de cobertura por imparidades de 27,78%.

Imparidade da carteira global de crédito a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Análise Individual			Análise Coletiva			Total		
	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura	Crédito	Imparidade	Cobertura
Operações de Crédito	2 388 897	135 380	5,67%	2 211 455	28 862	1,31%	4 600 352	164 242	3,57%
<i>Stage 1</i>	2 186 583	22 707	-	1 969 177	23 274	1,18%	4 155 760	45 981	1,11%
<i>Stage 2</i>	-	-	-	169 207	2 731	1,61%	169 207	2 731	1,61%
<i>Stage 3</i>	202 315	112 673	55,69%	73 071	2 858	3,91%	275 385	115 531	41,95%
Extrapatrimoniais	221 597	55 399	25,00%	592 871	2 772	0,47%	814 469	58 171	7,14%
<i>Stage 1</i>	-	-	-	592 871	2 772	0,47%	592 871	2 772	0,47%
<i>Stage 2</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Stage 3</i>	221 597	55 399	25,00%	-	-	-	221 597	55 399	25,00%
TOTAL	2 610 495	190 779	7,31%	2 804 326	31 634	1,13%	5 414 821	222 413	4,11%

international investment bank

Pressupostos para a classificação por Stages

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3
Pressupostos	Crédito Regular	Crédito reestruturado	Atrasos superiores a 90 dias
		Atrasos superiores a 30 dias	Falência/insolvência
		Contas bloqueadas	Execução de colateral
		Devolução/inibição do uso de cheques	Outros
		Outros	
Montante de crédito →	4 875 231	419 320	150 303
% da carteira →	89,5%	7,7%	2,8%

No tocante à carteira de crédito vencido do iibCV, esta totaliza 136 milhões de escudos (2019: 258 milhões), valor que equivale a cerca de 2,5% da carteira global de crédito (2019: 5,6%) e que apresenta, em termos individuais, uma redução homóloga de 47% da carteira vencida.

O crédito vencido é composto, maioritariamente, por créditos que se encontram em situação de incumprimento há mais de 90 dias, totalizando, em 31 de dezembro de 2020, um saldo de 135,4 milhões de escudos (2019: 257,3 milhões). Ainda assim, o índice de sinistralidade geral registou uma redução significativa, passando de 5,59% para 2,49% (uma redução de 3,10 pp. face a 2019), como resultado do decréscimo significativo do crédito vencido, através de dações em cumprimento e de outras soluções de recuperação de crédito.

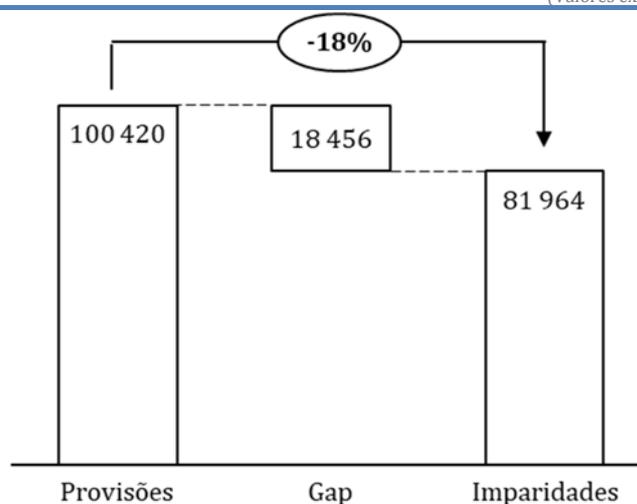
A carteira de crédito em incumprimento é composta por 20 clientes, sendo que a sua larga maioria (74%) apresenta uma antiguidade de incumprimento igual ou superior a 5 anos. Sobre todos estes clientes decorrem processos judiciais, com o objetivo último de permitir a execução judicial das garantias hipotecárias que estas operações contemplam.

O cálculo de imparidade para o exercício em análise resulta, assim, numa taxa esperada de perda de 1,51% do volume total da carteira de crédito (2019: 3,57%) e num índice de cobertura de crédito vencido (Imparidade/Crédito Vencido) de 60% (2019: 64%).

international investment bank

Provisões Regulamentares *versus* Imparidade

(Valores expressos em milhares de escudos)



As provisões regulamentares mínimas são mensuradas de acordo com os procedimentos do Banco de Cabo Verde, expressas no Aviso nº 4/2006, no qual se estipulam os parâmetros para a determinação das taxas de provisão regulamentar a aplicar a cada exposição individual.

Desta forma, considerando a metodologia estabelecida e, não obstante, parte significativa das operações de crédito em incumprimento apresentar cobertura através de garantias reais hipotecárias, o facto de a sua antiguidade ultrapassar usualmente os 5 anos conduz a que, na maioria das situações, seja aplicada a taxa máxima de provisões regulamentares a esses créditos.

5.2. Análise e Gestão do Risco de Crédito

A gestão de risco global é assegurada pelo Banco, considerando a necessidade e a obrigatoriedade de implementação de um quadro de acompanhamento da atividade que permita o controlo da totalidade dos riscos associados à atividade bancária.

O modelo de gestão de risco adotado pelo iibCV harmoniza-se com a própria estrutura organizacional e com o modelo de negócio do Banco, em que a componente de risco de crédito assume predominância face às demais, devido à própria natureza do modelo de negócio implementado.

No que respeita a operações de investimento, na sua maioria produto da necessidade de otimizar e rentabilizar os recursos disponíveis, o Banco opta, regularmente, por investimentos em ativos financeiros de maturidade curta e risco reduzido.

A Função Gestão do Risco de crédito tem como objetivo último garantir um processo de originação de crédito suportado em decisões adequadas e eficientes, assegurando a qualidade global da carteira e, dessa forma, contribuir para mitigar as potenciais perdas financeiras decorrentes do risco inerente às operações de crédito.

A condução de todos os processos de gestão de risco é suportada por um conjunto de políticas e normas que delimitam os poderes das unidades intervenientes no processo de tomada de decisão de crédito, estabelecem os princípios gerais de concessão e os limites de aprovação de crédito, definem processos de identificação, monitorização e comunicação dos fatores de risco e estabelecem os critérios e metodologias de mensuração de riscos.

O Banco faz uso de métodos e políticas de gestão de risco que acredita superar as diretivas impostas pelas autoridades nacionais, assentes nas boas práticas internacionais de governança das instituições financeiras e assegurando a melhoria do perfil de risco de crédito para o nível de risco baixo.

Sendo o risco de crédito a possibilidade de perdas financeiras decorrentes do incumprimento total ou parcial do cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco, no âmbito da sua atividade creditícia, sete determinações são consideradas condições *sine qua non* para que se efetive uma relação de crédito:

- i) A gestão individual do risco de crédito, no intuito de assegurar uma adequada e eficiente tomada de decisão, visando preservar a qualidade da carteira de crédito e adequar medidas de mitigação de possíveis perdas a cada operação;

international investment bank

- ii) A exposição ao risco de crédito, que se tenta manter reduzida a priori, contando, para tal, com a decisão unânime das operações de crédito para a sua efetivação;
- iii) A preparação das operações de crédito pela Departamento Comercial, a quem compete analisar o envolvimento e a capacidade do cliente, que são, posteriormente, submetidas à análise do Departamento de Risco para emissão de recomendações e parecer independente;
- iv) Qualquer operação de crédito é analisada aprovada a vários níveis de decisões, de acordo com a matriz de poderes de decisão estabelecida na política de crédito;
- v) O controlo e monitoramento contínuo da qualidade de crédito, individualmente, com base na atualização e análise de indicadores relevantes, como os relatórios e contas, a antiguidade de mora, etc.;
- vi) A mitigação do impacto do risco de crédito, através da exigência de garantias reais (títulos, imóveis, depósitos) e outras garantias pessoais, de forma a garantir a execução e/ou recuperação da dívida; e
- vii) A independência do Departamento de Gestão de Riscos no desempenho das suas atribuições, principalmente no que se refere à análise e emissão de pareceres.

A carteira global do Banco é constituída por duas modalidades de operações: as operações de crédito por desembolso, adiante designada carteira de crédito ou crédito a clientes, e as operações de crédito por assinatura ou *off-balance* (extrapatrimoniais), que representam compromissos ou responsabilidades meramente potenciais.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>Varição</u>
Crédito a clientes	5 444 853	4 600 352	18%
Empresa	4 689 754	3 757 240	25%
Particular	755 099	843 113	-10%
Extrapatrimonial	1 048 831	814 469	29%
Total	6 493 684	5 414 821	20%

A carteira de crédito a clientes, no montante global de 5, 44 mil milhões de escudos, registou, no final do ano de 2020, um crescimento de 18%, refletindo o impacto da implementação da nova estratégia de negócio adotada na realização das atividades e no envolvimento com clientes, dentro da nova conjuntura.

Para a mitigação do risco da carteira, o Banco exige aos clientes a prestação de garantias, visando a cobertura ou minimização das possíveis perdas decorrentes do não cumprimento dos requisitos contratados.

international investment bank

Como resultado, o Banco está dotado de um grau reforçado de prudência no processo de originação de novos créditos, conduzindo, em última análise, a uma relação confortável entre os valores em risco e os valores de avaliação dos colaterais recebidos em contrapartida, tal como expresso no quadro seguinte.

Cobertura da carteira de crédito por tipo de garantia a 31-12-2020 e 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020			31.12.2019		
	Valor do Crédito	Valor da Garantia	Grau de cobertura	Valor do Crédito	Valor da Garantia	Grau de cobertura
Real e pessoal	4 282 628	1 981 573	46%	3 216 352	2 575 578	80%
Real hipotecária ou não para investimento	443 246	789 815	178%	599 715	1 154 559	193%
Hipotecária para habitação própria	718 104	1 584 377	221%	775 356	1 609 649	208%
Sem garantia	875	-	0%	8 928	-	0%
Total	5 444 853	4 355 764	80%	4 600 352	5 339 786	116%

O valor das garantias inclui o valor dos imóveis (avaliados por entidades externas, com base em metodologias normalmente aceites) e o valor dos depósitos a prazo dados em garantia.

Para os segmentos de garantias hipotecárias relacionadas com habitação própria e outros imóveis para investimento, o iibCV assegura, de forma sistemática, a avaliação dos ativos associados às garantias recebidas, com uma periodicidade máxima de dois anos.

A avaliação da qualidade da carteira de crédito é feita tendo por base o Aviso nº 6/2007 (“Classificação das Operações de Crédito e Provisões”), emitido pelo Banco de Cabo Verde (BCV), que estabelece, entre outros aspetos e para além de outros indicadores de mensuração do risco de crédito:

- A distribuição das exposições de crédito por classes de risco;
- A identificação das operações em risco (contratos vencidos e reestruturados);
- A identificação dos processos instruídos para cobrança judicial;
- A determinação do coeficiente de imparidades económicas e de provisões regulamentares mínimas.

Os Avisos nº 4/2006 e nº 6/2007 (“Classificação das Operações de Crédito e Provisões”) emitidos pelo BCV determinam que a classificação das operações de crédito deve respeitar integralmente os critérios de definidos nos referidos avisos.

Dessa forma, tendo como referência a natureza da garantia associada à operação de crédito e o período de atraso no pagamento das prestações acordadas, as operações de crédito deverão ser integradas numa de cinco classes: A, B, C, D ou E.

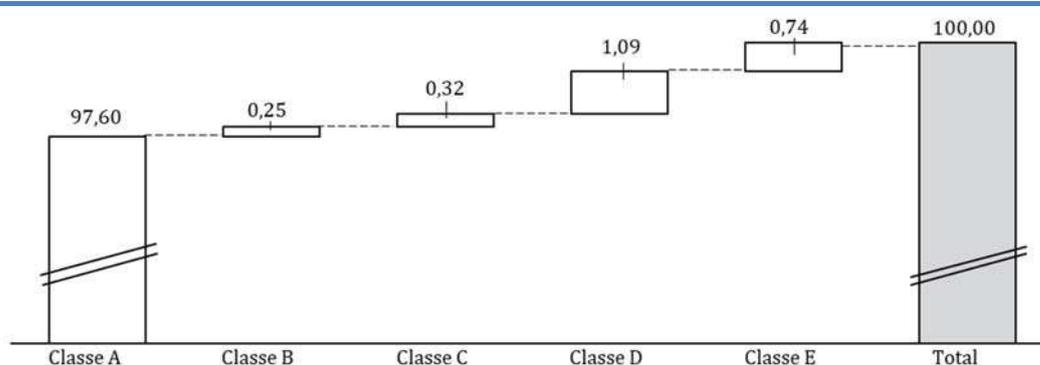
international investment bank

Uma vez aplicados os critérios definidos nos Avisos acima mencionados e definidas as classes das operações, o provisionamento das mesmas deverá respeitar a classe na qual ficar inserida, de acordo com o tempo de atraso das prestações, conforme o quadro seguinte apresenta:

Tipo de Garantia	Intervalo de atraso				
	0-6m	6-24m	24-48m	48-78m	>78m
Hipotecária para habitação própria	0-6m	6-24m	24-48m	48-78m	>78m
Real hipotecária ou não para investimento	0-6m	6-15m	15-30m	30-60m	>60m
Real e pessoal	0-3m	3-6m	6-12m	12-24m	>24m
Sem garantia	0-1m	1-3m	3-6m	6-12m	>12m
Classe de Risco	A	B	C	D	E
Taxa Provisão	1%	5%	25%	50%	100%

De salientar que toda e qualquer exposição classificada na classe E deverá, passado um período máximo de 6 meses e caso não se verifique a possibilidade de recuperação do valor, ser abatida ao ativo pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não estiverem esgotados todos os procedimentos para a sua cobrança.

Distribuição da carteira de crédito por classe de risco a 31-12-2020

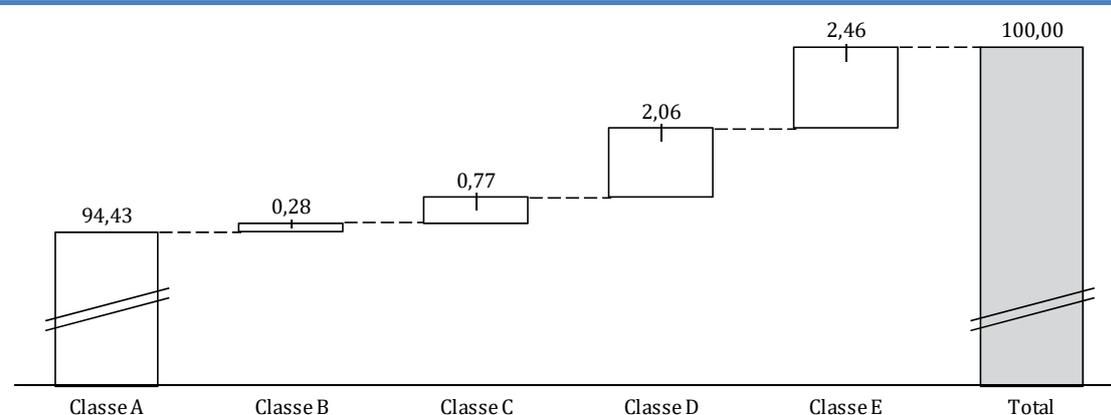


A carteira de crédito do Banco é constituída, na sua maioria (96%), por operações em situação regular, ou seja, não apresenta quaisquer indícios de atraso, tal como graficamente demonstrado acima. A predominância de operações classificadas como Classe A decorre diretamente dos elevados graus de prudência e exigência colocada no processo de originação de crédito, influenciando de uma forma positiva os níveis de risco da carteira.

Os créditos classificados na classe de risco elevado (E) representam apenas 0,74% do total da carteira de crédito, estando a estes associados cerca de 53% do total das provisões regulamentares mínimas determinadas, facto que se justifica por estas exposições estarem, na sua maioria, providos de hipotecas de imóveis e penhor de depósitos, aguardando o desenvolvimento positivo dos trâmites em curso nos Tribunais em Cabo Verde, tendentes à execução das garantias reais e/ou financeiras a estes associados.

international investment bank

Distribuição da carteira de crédito por classe de risco a 31-12-2019



Com cerca de 6% da carteira em situação de incumprimento (2018: 11%), maioritariamente de longa duração (há mais de 90 dias), é nos segmentos de crédito a empresas e crédito para aquisição de habitação própria (na sua maioria particulares não residentes) que a totalidade do crédito em incumprimento se concentra.

Distribuição da carteira de crédito e provisões por classe de risco, a 31-12-2020

(Valores expressos em milhares de escudos)

Operações de crédito	Montante de Crédito	Classe de Risco e % Provisões			Total Provisões	Total Imparidade	Diferença entre Imparidade e Provisões
		A	B-C	D-E			
		1%	[5% -25%]	[50% -100%]			
Financiamento M/L Prazo	4 009 855	80	-	4 250	4 330	24 087	19 757
Crédito à Habitação	707 005	664	5 047	29 251	34 962	10 594	(24 368)
Outros créditos	727 993	182	24	60 923	61 129	47 283	(13 845)
Total	5 444 853	926	5 071	94 423	100 420	81 964	(18 456)

As operações de crédito classificadas na carteira do Banco com taxas de provisão regulamentar mínimas mais elevadas são, na sua maioria, financiamentos de médio e longo prazos e créditos à habitação, o que se justifica pela antiguidade de mora - atraso igual ou superior a 3 anos - e pela graduação dos colaterais e do tempo estimado para a recuperação dos créditos via sistema judicial.

Com base nos indicadores e demais variáveis utilizadas na avaliação das classes de risco dos contratos de crédito, determinou-se que 89,5% do total das operações configuram um perfil de baixo risco (2019: 90,3%), 7,7% podem ser caracterizadas como de risco médio (2019: 3,7%) e 2,8% do total das operações em carteira reúnem as características que lhes conferem um perfil de risco elevado (2019: 6%).

international investment bank

A maior concentração da exposição de crédito na classe de risco baixo e a redução do rácio de crédito vencido face a 2019 evidenciam a melhoria da qualidade da carteira de crédito permitem caracterizar, de uma forma global, a carteira de crédito do iibCV como de risco baixo.

Em 2019, a distribuição da carteira de crédito e provisões por classe de risco era conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Operações de crédito	Montante de Crédito	Classe de Risco e % Provisões			Total Provisões	Total Imparidade	Diferença entre Imparidade e Provisões
		A	B-C	D-E			
		1%	[5% -25%]	[50% -100%]			
Financiamento M/L Prazo	3 000 397	710	-	64 287	64 997	84 683	19 686
Crédito à Habitação	788 133	-	-	-	-	20 039	20 039
Financiamento Curto Prazo	488 833	213	9 429	41 179	50 822	4 326	(46 496)
Outros créditos	322 989	179	65	54 899	55 143	55 193	50
Total	4 600 352	1 103	9 494	160 365	170 962	164 242	(6 720)

No final de 2020, o Banco apresentava cerca de 159 milhões de escudos de créditos em risco (2019: 310 milhões), uma redução homóloga de 49%, o que corrobora a melhoria relativa da qualidade da carteira de crédito. O total do crédito em risco inclui um conjunto de créditos reestruturados no valor de 24 milhões de escudos, correspondentes a 0,43% do total da carteira de crédito do Banco, notoriamente inferiores aos cerca de 1,13% que os mesmos representavam em finais de 2019.

Carteira de crédito em risco a 31-12-2020 e 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Crédito em incumprimento	Crédito reestruturado	Total crédito em risco	Crédito em risco 2019	Varição 2020/2019
Empresa	45 479	13 261	58 740	181 077	-68%
Habitação	89 204	8 304	97 508	124 299	-22%
Consumo	692	2 040	2 732	4 128	-34%
Total	135 376	23 605	158 981	309 504	-49%
% Carteira Global	2,49%	0,43%	2,92%	6,73%	-3,81pp

Em processos de recuperação de operações de crédito, normalmente associados a um reforço de garantias, proporciona-se a reformulação do plano de pagamentos de prestações, com conseqüente redução do esforço financeiro para o cliente, garantindo a efetiva recuperabilidade do valor financiado, por um período de tempo normalmente mais alargado.

international investment bank

Distribuição temporal do crédito em incumprimento por produto a 31-12-2020

(Valores expressos em milhares de escudos)

	> 90 dias <= 180 dias		> 180 dias <= 365		> 365 dias		TOTAL	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Empresa	-	-	-	-	45 479	44 594	45 479	44 594
Habituação	4 528	45	9 538	95	75 138	8 342	89 204	8 483
Consumo	13	0,13	22	0,22	657	113	692	113
TOTAL	4 541	45	9 560	96	121 274	53 049	135 376	53 190
Peso na Carteira Global e na Imparidade total	0,08%	0,06%	0,2%	0,1%	2,2%	64,7%	2,5%	64,9%

A carteira de crédito em incumprimento apresenta um grau de cobertura por imparidades de 39%.

Distribuição temporal do crédito em incumprimento por produto a 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	> 90 dias <= 180 dias		> 180 dias <= 365		> 365 dias		TOTAL	
	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade	Crédito	Imparidade
Empresa	1 510	45	-	-	143 637	96 480	145 147	96 525
Habituação	-	-	-	-	111 207	17 233	111 207	17 233
Consumo	54	11	-	-	938	203	993	214
TOTAL	1 564	56	-	-	255 782	113 916	257 347	113 972
Peso na Carteira Global e na Imparidade total	0,03%	0,03%	0,0%	0,0%	5,6%	69,4%	5,6%	69,4%

O resultado do esforço dos procedimentos de recuperação de crédito empreendidos em 2020, seja por recuperação direta (cobrança de prestações em atraso) ou renegociação de condições contratuais, está refletido na melhoria dos indicadores globais da qualidade da carteira, principalmente pelo facto de o crédito vencido ter registado, como já referido, um decréscimo de cerca de 122 milhões de escudos, quando comparado com finais de 2019.

international investment bank

Indicadores de qualidade da carteira de crédito a 31-12-2020 e 31-12-2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	31.12.2019	Δ abs.	Δ %
Crédito a clientes (bruto)	5 444 853	4 600 352	844 501	18%
Crédito abatido ao ativo (no ano)	102 446	17 271	85 176	493%
Crédito vencido (a+b)	136 297	258 264	(121 968)	-47%
(a) Crédito vencido (>90dias)	135 376	257 347	(121 971)	-47%
(b) Crédito vencido (<90dias)	921	918	3	0,4%
(c) Crédito Reestruturado*	23 606	83 426	(59 820)	-72%
Crédito em risco	158 981	335 032	(176 051)	-53%
Imparidade da carteira de crédito	81 964	164 242	(82 279)	-50%
Imparidade de crédito do exercício	11 872	8 255	3 617	44%
Crédito abatido/Crédito a clientes	1,88%	0,38%	1,51pp	
Crédito vencido/Crédito a clientes	2,50%	5,61%	-3,11pp	
Crédito vencido (>90dias)/Crédito a clientes	2,49%	5,59%	-3,11pp	
Crédito em risco/Crédito a clientes	2,92%	7,28%	-4,36pp	
Imparidade da carteira/Crédito vencido	60,14%	63,59%	-3,46pp	
Imparidade da carteira/Crédito vencido (>90dias)	60,55%	63,82%	-3,28pp	
Imparidade da carteira/Crédito em risco	51,56%	49,02%	2,53pp	
Cobertura do Carteira (Impar. carteira/Crédito clientes)	1,51%	3,57%	-2,06pp	
Custo de Imparidade (Impar. exercício/Crédito clientes)	0,22%	0,18%	0,04pp	

*Crédito reestruturado que está incluído no crédito em incumprimento

A cobertura da carteira por imparidades diminuiu para 1,51% (2019: 3,57%), facto que evidencia o crescimento substancial da carteira de crédito, não refletindo qualquer deterioração na qualidade da carteira, cuja melhoria pode se comprovar pelo índice de incumprimento, dado pela razão entre o crédito vencido há mais de 90 dias e a carteira global, cujo valor passou de 5,59% para 2,49%.

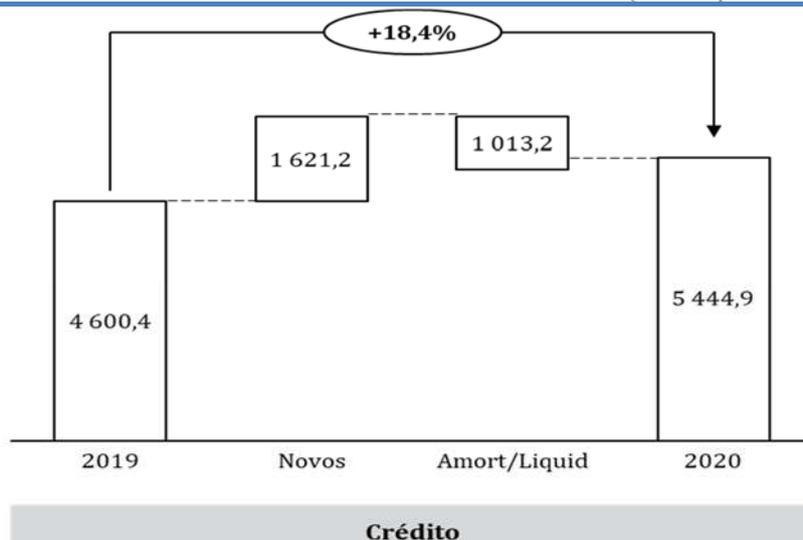
Foram contratadas novas operações de crédito num montante global de 1,62 mil milhões de escudos, na sua esmagadora maioria correspondendo a financiamentos a empresas.

international investment bank

O gráfico seguinte demonstra a evolução verificada no *stock* de crédito no ano de 2020, decompondo a evolução da carteira bruta, tendo em consideração os principais eventos verificados ao longo desse período:

Evolução da carteira de crédito por desembolso de 31-12-2019 a 31-12-2020

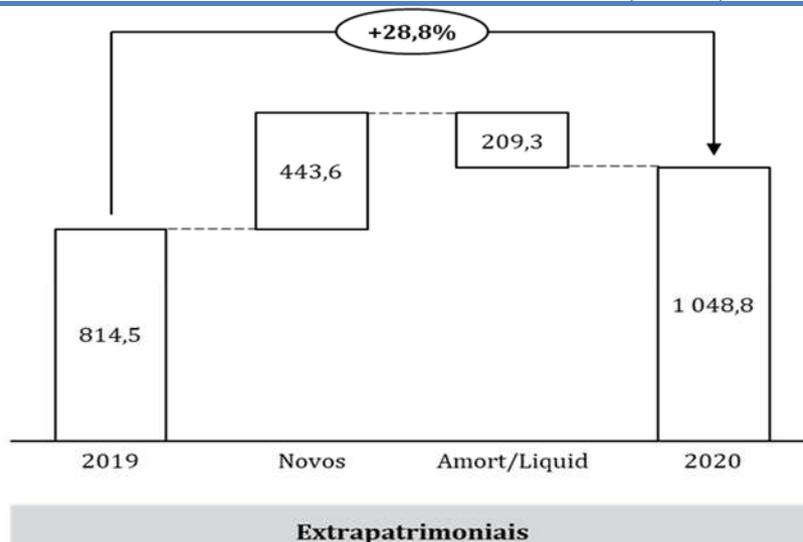
(Valores expressos em milhares de escudos)



O Banco registou uma grande dinâmica na emissão de Garantias Bancárias (operações *off-balance*), no geral, para propósitos de adiantamento de receitas, boa execução, participação em concursos, tendo sido a maioria destinada a empresas do setor da construção civil. Essas operações registaram um crescimento homólogo de 29%.

Evolução da carteira de crédito por assinatura de 31-12-2019 a 31-12-2020

(Valores expressos em milhares de escudos)



6. Análise da Evolução da Atividade

6.1. Síntese da Atividade

A marca iibCV é já parte integrante do sistema financeiro cabo-verdiano, constituindo uma referência no mercado.

A estratégia do Banco delineada para 2020 visava a consolidação no mercado, nas duas ilhas onde tem presença física - Santiago e Sal, prevendo-se, inclusivamente, o aumento do número de balcões. Entretanto, a pandemia do Covid-19 trouxe uma variável incontrolável e de profunda incerteza quanto à evolução da economia, obrigando a um recuo forçado em todo o investimento projetado, pelo que foi abortado, temporariamente, o projeto de expansão, bem como outros projetos que estavam em linha.

A 29 de março de 2020, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 26/2020 que instaurou o Estado de Emergência no país, o iibCV, com o apoio incondicional do seu principal acionista, o iibGroup Holding, comprometido com a salvaguarda da Saúde, Proteção e Segurança de todos os cabo-verdianos, restringiu o horário de funcionamento, mas manteve os Balcões abertos e a prestar serviços mínimos, no período de março a maio.

Foi levado a cabo a implementação de um plano de contingência, reduzindo a presença da equipa operacional no Banco e colocando a grande maioria do *staff* em regime de teletrabalho, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde.

O desempenho da instituição, ao nível da qualidade de serviço prestado aos clientes durante a pandemia, foi muito bem conseguido, face à nova realidade do formato não presencial, uma vez que o Banco já detinha uma vasta experiência na prestação de serviços à distância, através de soluções tecnológicas disponibilizadas aos seus clientes.

Tanto a estratégia, como o orçamento do Banco foram cabalmente alterados, passando de uma gestão projetada para o crescimento robusto e sustentado, em proporções similares aos níveis do ano anterior, para uma gestão cautelosa e criteriosa dos riscos de crédito e de liquidez, num quadro de absoluta incerteza.

É com agrado que podemos dizer que o exercício ora findo, não obstante a conjuntura de crise económica e social, foi bem-sucedido, mantendo o Banco num trajeto assertivo, no que concerne à evolução dos principais indicadores de gestão, nomeadamente, o crescimento do *stock* de recursos de clientes (+7%) e a sustentabilidade e qualidade da carteira de crédito (crescimento do crédito por desembolso, combinado com a queda do rácio de crédito vencido para 2,5%).

international investment bank

Cientes

Após a profunda transformação ocorrida na estrutura operacional do Banco em 2019, complementada com a mudança de marca no segundo semestre, em 2020 deu-se continuidade, com a mudança gradual do modelo convencional de gestão, adotando-se um modelo mais dinâmico e mais virado para o mercado e para o cliente.

Nesse âmbito, em 2020, foi implementada a revisão de abordagem da matriz de risco de prevenção à lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo (AML), no que toca ao processo de abertura de contas, que, subsequentemente, deu lugar a um moderno e célere circuito, impactando de forma positiva e significativa o ritmo de captação de novos clientes.

Não obstante a conclusão da nova matriz de risco AML ter ocorrido no fim do 1º semestre, assim como o contexto de recessão provocado pela pandemia do Covid-19, o Banco registou uma taxa de crescimento de captação de novos clientes captados à volta de 185%, tendo o segmento de empresas contribuído, em termos relativos, com 31% desse incremento.

A 31 de Dezembro de 2020, a carteira de clientes dividia-se em 424 empresas, o equivalente a 22% da carteira (2019: 18%), e 1.541 particulares, representando 78% da carteira (2019: 82%). Esse cenário resulta do enfoque do Banco na adoção de uma estratégia de apoio à economia, assente na atribuição diferenciada de taxas atrativas às poupanças dos aforradores, apoiando o negócio das empresas e, consequentemente, acrescentando valor aos envolvidos.

A mudança de paradigma no processo de abertura de contas e na forma de captação de clientes objetiva, essencialmente, expandir a base de clientes, com vista a diversificar as fontes de financiamento.

O sistema de gestão de processos de abertura de contas assente num modelo de integrado de processo (“workflow”), tem permitido ao iibCV alcançar níveis crescentes de eficiência e controlo dos processos de abertura de contas, não descurando os aspetos relacionados com o cumprimento integral das obrigações e diretivas, em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento ao terrorismo.

Meios de Pagamento

Nessa vertente, durante o ano de 2020, foi dada primazia à continuidade do desafiante projeto de autonomia operacional do Banco (“carve out”), com o cabal desligamento do suporte técnico do anterior acionista, tendo o processo culminado com a conclusão do

international investment bank

projeto VISA Internacional, com a emissão de cartões de crédito e pré-pagos com marca própria. Na mesma sequência, a implementação do projeto de *Swift* foi outro marco que distinguiu a conclusão desse ambicioso processo de transformação.

Ao nível do parque de terminais de pagamentos, nomeadamente POS ativos, entre cancelamentos e novos contratos, o Banco registou um crescimento de 56%, resultado de um intensivo processo de fidelização de clientes empresas.

Na mesma linha, a crescente adesão e utilização do serviço de Internet Banking tem sido um importante indicador da qualidade dos serviços do Banco, registando melhorias significativas e acompanhando o ritmo de crescimento da carteira de clientes.

Crédito e Recursos

A pandemia de Covid-19 teve efeitos imediatos na capacidade de solvência das empresas e das famílias, com repercussão negativa na liquidez dos bancos e impactando, de forma muito restritiva, na concessão de novos créditos, principalmente nos de longo prazo.

Nesse enquadramento, o Governo de Cabo Verde lançou, a 31 de março 2020, um conjunto de medidas visando mitigar os efeitos da pandemia e, que se consubstanciaram, de entre outros pontos, nos seguintes:

- Atribuição de moratória às famílias e empresas, com maturidade até setembro de 2020 e, posteriormente, estendida até 2021;
- A proibição da revogação das linhas de crédito ou a sua suspensão até o fim do prazo da moratória;
- A emissão de um conjunto de Linhas de Garantias do Estado, visando assegurar financiamento às empresas e famílias;
- A criação de um programa de financiamento ao sistema bancário, através do Banco de Cabo Verde, com o lançamento das Operações Monetárias de Financiamento de Longo Prazo (OMF) a taxas de juro concessionais, visando garantir liquidez aos bancos, para que estes tenham capacidade de prestar suporte à economia, a preços igualmente suportáveis.

O ambiente de incerteza quanto à retoma da atividade económica e as sucessivas extensões do período de confinamento provocaram um cenário de funcionamento “intermitente” da generalidade das atividades geradoras de rendimento. Essa situação, combinada com as soluções viabilizadas pelas medidas governamentais, conduziu a que muitos clientes (empresas e particulares) tenham feito uso das prerrogativas, aderindo à

international investment bank

moratória, numa forte visão de apoio à sustentabilidade financeira das empresas e famílias.

Nessa linha, dada a estratégia implementada pelo iibCV, a carteira de crédito teve um desempenho atípico, tendo em conta o contexto de risco e de incerteza motivado pela pandemia. A política de concessão de crédito foi reorientada para uma base mais prudente, no tocante ao risco de crédito de longo prazo, suportando os clientes através da gestão e utilização criteriosa da linha de crédito disponibilizada e a prazos mais curtos, mitigando o risco.

No final do ano, o balanço do Banco apresentava um somatório de operações de crédito e de extrapatrimoniais de 6,49 mil milhões de escudos (2019: 5,41 mil milhões).

O *stock* global de crédito por desembolso atingiu, a 31 de dezembro de 2020, os 5,44 mil milhões de escudos (2019: 4,60 mil milhões), traduzindo-se num crescimento de 18%, quando comparado com o período homólogo.

No crédito por assinatura, em termos relativos, verificou-se um aumento de 29%, face ao ano anterior, apresentando um volume global de 1,05 mil milhões de escudos (2019: 814 milhões de escudos). Essa carteira compõem-se, essencialmente, por garantias bancárias, na sua quase totalidade a favor de empresas do setor da construção civil. De realçar que esse setor, apesar de fortemente atingido pela pandemia, com paralisação total das suas atividades durante todo o período que durou o Estado de Emergência, conseguiu retomar os seus investimentos iniciais e recuperou a dinâmica, resgatando a demanda por esse produto.

Referente à distribuição da carteira por segmento, o crédito às empresas, no montante global de 4,69 mil milhões de escudos, registou um crescimento firme de 25%, em relação ao ano anterior (2019: 3,76 mil milhões de escudos), representando, no final do exercício cerca de 86% da carteira total, corroborando a estratégia do iibCV em se posicionar como um Banco de apoio à economia, especialmente às Médias e Grandes Empresas.

O *stock* de crédito a particulares registou decréscimo de 10%, em relação a 2019, cifrando-se em 755 milhões de escudos (2019: 843 milhões de escudos), espelho da conjuntura que se viveu durante o ano, em que muitas famílias perderam os seus rendimentos e/ou os seus postos de trabalho, tendo recorrido menos ao crédito bancário, alinhando, igualmente, às facilidades da moratória.

A melhoria da qualidade dos ativos de crédito é, para a gestão do iibCV, uma meta fundamental e de controlo constante. Nesse enquadramento, a variável “crédito vencido” é

international investment bank

objeto de um acompanhamento rigoroso, através da monitorização de operações vencidas há menos de 90 dias, restringindo o crescimento dessa variável, passando por um firme empenho na recuperação de operações em incumprimento há mais de 90 dias, visando garantir uma evolução positiva dos processos em contencioso, bem como a concentração do processo de análise das novas operações vencidas num único departamento.

Nessa sequência, o volume de crédito vencido, seguindo a tendência de redução anual que se impôs, reduziu-se substancialmente, resultado das medidas acima descritas. O rácio em relação à carteira global atingiu o valor mais baixo dos últimos anos, situando-se em 2,50% (2019: 5,61%; 2018: 11,29%; 2017: 14,36%;), abaixo da média do mercado registada em 2019, 10,4%, segundo dados do Banco de Cabo Verde.

No início de 2020, tudo apontava para uma performance dos depósitos semelhante, e talvez até mais robusto, ao do ano anterior, que havia sido resultante do crescimento pujante e sustentável do turismo, nomeadamente nas ilhas vocacionadas para tal. Manifestação disso é um crescimento de 14% registado em Fevereiro, quando comparado ao início do exercício.

No entanto, com o início da pandemia de Covid-19, em março de 2020 foi decretado o Estado de Emergência e o conseqüente encerramento de quase todas atividades económicas no país, verificando-se uma quebra acentuada no *stock* de recursos, resultado do entorpecimento nas vendas dos clientes empresas e da necessidade imediata de utilização das reservas que os aforradores e as empresas tiveram.

Tendo em conta o cenário adverso e atípico que se instalou, com o entorpecimento total da economia mundial, que teve um impacto brutal no principal motor de crescimento da economia cabo-verdiana - o turismo, as orientações do Banco centraram-se, por um lado, numa ótica de retenção de fundos, a fim de evitar grandes impactos na estrutura de liquidez e na solvabilidade, disponibilizando, por outro lado, novos produtos aos clientes, garantindo-lhes a disponibilidade financeira necessária.

Nesse enquadramento, a partir de maio de 2020, com o fim do Estado de Emergência, o *stock* de depósitos registou uma ligeira recuperação, estabilizando-se de seguida e evoluindo numa média satisfatória ao longo do segundo semestre.

A 31 de dezembro de 2020, os recursos de cliente atingiram, assim, a cifra dos 14,24 mil milhões de escudos (2019: 13,25 mil milhões de escudos), exprimindo um crescimento de 7,5%, face ao ano anterior. Esse acréscimo, no ambiente adverso no qual aconteceu, realça o voto de confiança dos depositantes nas soluções oferecidas pelo iibCV, confirmando o

international investment bank

sucesso da nova linha gestão do Banco, assente na inovação, sem descurar da prudência, segurança e solidez do balanço.

Como consequência derradeira, o rácio de transformação de depósitos em créditos (Loan-to-Deposit ratio, LtD) atingiu os 38,2% (2019: 34,7%), quando a média do mercado (excluindo o iibCV), em 2019, era de aproximadamente 70%.

Operações com o Exterior

Também como reflexo do posicionamento mais ativo do iibCV no mercado e da implementação do novo modelo de negócio, o volume global de ordens de pagamento internacionais (emitidas e recebidas) cresceu de forma substancial.

Extrapatrimonial

A carteira de operações extrapatrimoniais do iibCV é constituída, essencialmente, por garantias bancárias (emitidas e recebidas), produto que apresenta como principal cliente-alvo as empresas a operar nos setores da construção civil e obras públicas.

Níveis robustos de crescimento económico verificados em 2018/19 conduziram à retoma de um conjunto de projetos estruturais para o país (parques tecnológicos, portos, entre outros), uma parte relevante destes de elevada dimensão e cofinanciados por entidades financeiras internacionais, tendo sido possível ao iibCV participar nestes projetos, no que diz respeito à emissão de garantias bancárias.

Em 2020, com a retoma das atividades, após os Estados de Emergência, os projetos foram reativados, tendo a carteira de crédito por assinatura ascendido a um valor global de 1,05 mil milhões de escudos, tendo registado um crescimento homólogo de 29% (2019: 814 milhões de escudos).

international investment bank

6.2. Balanço

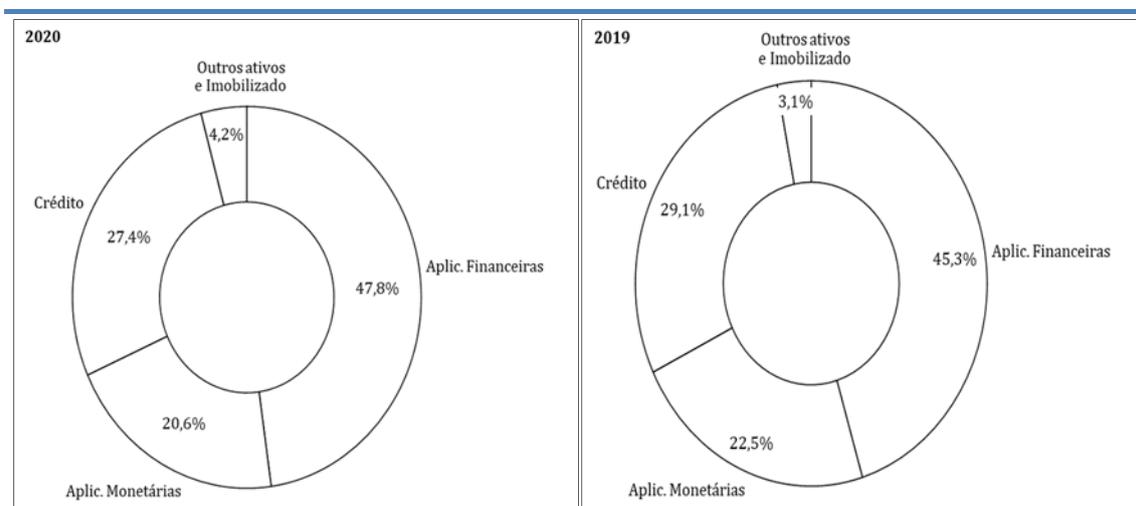
O balanço do iibCV atingiu, no final de 2020, um montante global de 19,59 mil milhões de escudos, valor cerca de 29% superior aos 15,21 mil milhões registados no final do ano anterior.

Na base desse incremento verificado encontra-se, primordialmente, o crescimento verificado nos recursos de terceiros, com ênfase nos recursos de bancos centrais e de outras instituições financeiras, sem descurar os recursos de clientes. Esse aumento teve impacto direto no volume das disponibilidades e das aplicações financeiras, assim como na evolução do portfolio de títulos.

Os ativos e passivos financeiros continuam a ter uma relevância significativa no balanço do iibCV, com um peso relativo na sua composição, no final de 2020, de 75% (2019: 74%) e 91% (2019: 90%), respetivamente.

6.2.1. Ativo

Composição do Ativo



No decurso de 2020, poucos investimentos foram realizados em ativos afetos à atividade, uma vez que em 2019, na sequência do processo e *rebranding*, foram feitas mudanças profundas ao nível da renovação e melhoramento das unidades de negócio, bem como em termos de ativos intangíveis.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2020, o investimento bruto em imobilizado ascendia a 632 milhões de escudos (2019: 622 milhões), com as amortizações e imparidades acumuladas à data a ascender a um total de 423 milhões de escudos, o equivalente a aproximadamente 67% do valor de aquisição desses mesmos ativos.

international investment bank

Em termos globais, o imobilizado líquido do Banco equivale a, sensivelmente, 1% do valor total do seu ativo líquido, valor esse que reflete, para além das amortizações regulares, o efeito da imparidade registada em ativos tangíveis (43 milhões de escudos) e intangíveis (25 milhões de escudos) para a cobertura de riscos associados à sua valorização a preços de mercado.

Mantendo sempre como objetivo último um equilíbrio entre a maximização da rentabilidade e a minimização dos riscos, o iibCV opta pela diversificação dos seus investimentos, designadamente através de uma composição mista da sua carteira de ativos.

Assim sendo, aos investimentos no mercado nacional, via aquisição de Bilhetes e Obrigações do Tesouro e operações no Mercado Interbancário, aliam-se investimentos realizados no mercado internacional, designadamente através de aplicações em instituições financeiras, permitindo a mitigação das diversas categorias de risco (risco de variação de taxa de juro, risco cambial e risco de liquidez).

A aplicação dos recursos financeiros excedentários em ativos financeiros de curta duração e, por conseguinte, de baixo risco, encontra-se na base da política de investimento seguida pelo iibCV desde há longa data, sendo que a mesma teve continuidade natural no decurso de 2020.

Estas aplicações de tesouraria de curto prazo realizadas com instituições financeiras eleitas, nacionais e internacionais, representam parte significativa do investimento realizado pelo iibCV em ativos remunerados e representam cerca de 29% do ativo líquido total, logo seguidas da carteira de crédito e carteira de títulos, representando cerca de 28% e 11% do ativo líquido, respetivamente.

international investment bank

Ativos Remunerados

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	31.12.2019
Aplicações em outras instituições financeiras	5 587 154	5 926 087
Aplicações a muito curto prazo no Banco de Cabo Verde	1 250 000	-
Aplicações a curto prazo no Banco de Cabo Verde	189 764	-
Crédito bruto a clientes	5 444 853	4 600 352
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2 227 618	944 734
Total Ativos Remunerados (excluindo juros)	14 699 389	11 471 174
Ativo Líquido	19 588 642	15 211 770
Ativos Remunerados/Ativo Líquido	75%	75%

São denominados ativos remunerados aqueles geradores de receitas passíveis de serem determinadas à data da sua contratualização (taxas fixas ou variáveis), verifica-se que estes registaram um crescimento anual de 28%, perfeitamente em consonância com o crescimento verificado em termos de ativo líquido.

Assim, todos os elementos que compõem a carteira de ativos remunerados do iibCV registaram crescimento durante 2020, reflexo da dinâmica conferida à atividade do Banco ao longo desse exercício.

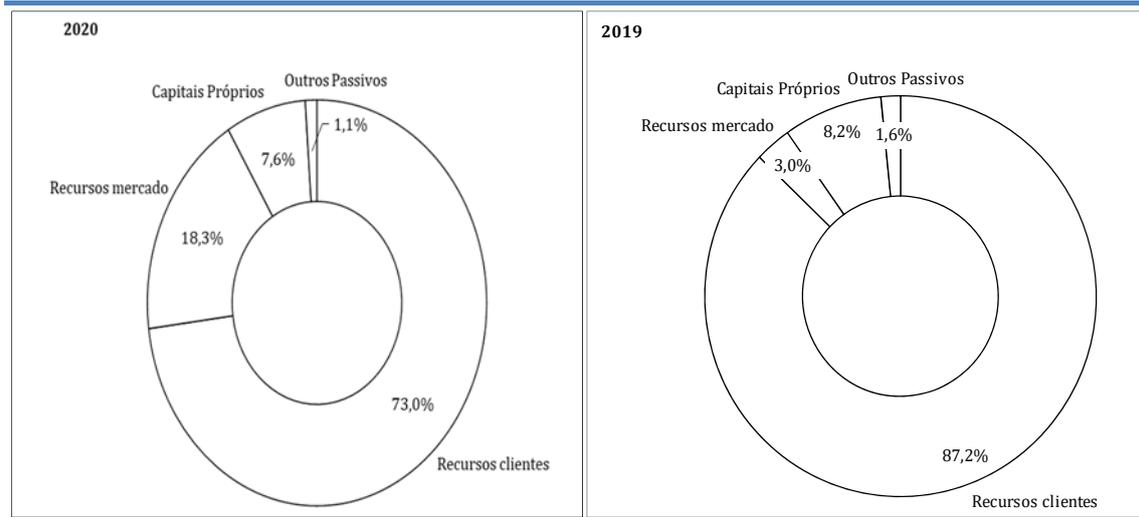
A par do substancial crescimento do ativo líquido (29%), a carteira de ativos remunerados manteve o peso no total do ativo análogo ao verificado no ano anterior, 75%.

international investment bank

6.2.2. Passivo

O passivo do Banco é constituído, na sua larga maioria, por recursos de clientes (depósitos à ordem e depósitos a prazo), representando cerca de 73% do passivo total, proporção inferior à verificada em finais de 2019 (87%).

Estrutura de Financiamento



Os recursos de mercado, constituídos, na sua íntegra, por depósitos de clientes institucionais e de bancos centrais, cresceram substancialmente, passando a representar 18% do total do passivo, quando no final de 2019 representavam 3%. Em termos absolutos, os recursos desses clientes institucionais atingiram, no final de 2020, o valor de 3,58 mil milhões de escudos (2019: 447 milhões de escudos). Esse crescimento deveu-se à nova dinâmica imprimida pelo iibCV no novo modelo de negócio adotado.

No que respeita aos recursos próprios, refira-se que, no final de 2020, o Banco apresentava uma situação líquida de 1,5 mil milhões de escudos, o equivalente a cerca de 8% da estrutura de financiamento de 19,61 mil milhões de escudos (2019: 8%).

Os recursos de clientes, maior fatia do total do passivo, registaram um crescimento homólogo de 7,5%, em larga medida suportado pelo crescimento dos depósitos dos clientes nacionais do segmento de empresas. Desta forma, os recursos de clientes atingiram um montante global de 14,24 mil milhões de escudos, face aos 13,25 mil milhões de escudos no final do período homólogo.

Já no que respeita à composição da carteira de depósitos, é de se referenciar que os depósitos a prazo aumentaram cerca de 1,96 mil milhões de escudos (+55%, face a 2019), com conseqüente aumento do seu peso na carteira global de depósitos de 27% para 39%, sendo que este crescimento é explicado, na sua quase totalidade, pela angariação de novos

international investment bank

clientes e depósitos, assim como pela constituição de colaterais financeiros (penhor de depósitos) associados a operações de financiamento a empresas.

Por outro lado, o volume global de depósitos à ordem registou um decréscimo de 971 milhões de escudos, uma queda de 10% em relação a 2019, reflexo evidente da conjuntura global que se verificou no decurso de 2020, com a perda do rendimento das famílias e empresas.

O segmento de empresas (nacionais e estrangeiras) contribuiu, em 2020, para um valor agregado de depósitos de 13,16 mil milhões de escudos (+7% face a 2019), tendo registado um crescimento homólogo de 896 milhões de escudos, atingindo, desta forma, um peso de cerca de 93% da carteira global (2019: 91%).

De forma idêntica, os recursos de clientes particulares, no montante de 1,06 mil milhões de escudos, registaram crescimento substancial, na ordem dos 92 milhões de escudos, ou seja, uma variação anual relativa de mais 10%.

Os recursos de clientes não residentes, no valor global de 7,57 mil milhões de escudos, registaram um decréscimo de 7%, verificando uma diminuição de 611 milhões de escudos, sendo que, paralelamente, os recursos de clientes residentes registaram um valor global de 6,62 mil milhões de escudos, um acréscimo de 1,59 mil milhões de escudos, ou seja, uma variação homóloga de 32% (2019: 5,02 mil milhões de escudos). Já os recursos de clientes emigrantes, no valor global de 44 milhões de escudos, registaram um aumento de 8% e representam um valor residual inferior a 1% do volume global dos depósitos.

No que concerne à gestão financeira, o iibCV promove uma gestão adequada e rigorosa dos seus ativos, garantido o estrito cumprimento dos rácios prudenciais aplicáveis, assegurando em permanência que os rácios regulamentares aplicáveis se apresentam acima dos limites mínimos, visando assegurar uma almofada de conforto em caso de acontecimentos adversos.

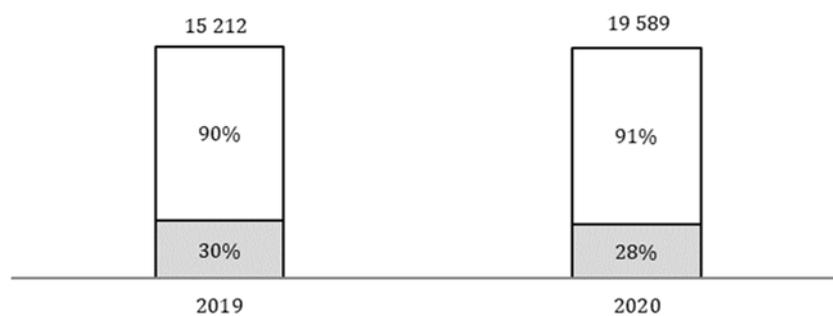
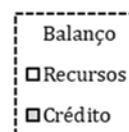
O envolvimento financeiro global dos clientes, determinado pela soma dos seus recursos e do crédito, registou um crescimento de 10% face ao ano transato, resultado da conjugação de da dinâmica de crescimento que ambos os agregados verificaram no decurso de 2020.

Nesta sequência, o volume total de recursos de clientes é cerca de 2,6 vezes superior ao volume total de crédito concedido a clientes, permitindo ao iibCV dispor de um nível de liquidez bastante confortável, expressa, como resultado, num rácio de transformação global de depósitos em crédito de 38% (2019: 35%).

international investment bank

Atividade de Clientes: Crédito e Depósitos na Estrutura do Balanço

Milhões de CVE



7. Resultados, Rácios Financeiros e Prudenciais

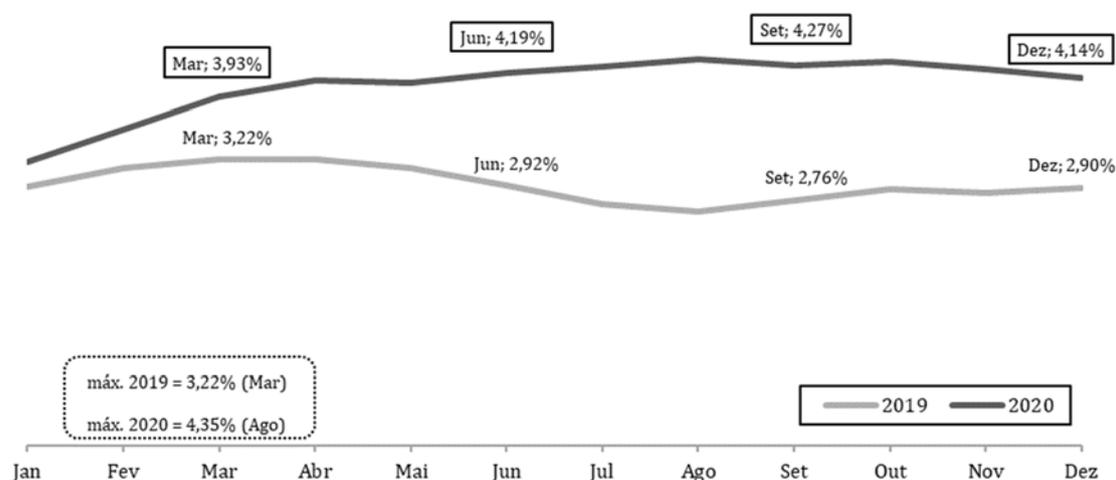
7.1. Resultados

Pelas razões enumeradas anteriormente, fica evidente que a crise gerada pela pandemia do Covid-19 condicionou toda a economia mundial. O setor financeiro, assim como os demais setores, teve de se reinventar para que se mantivesse a operar dentro dos mínimos, visando apoiar a recuperação da economia e manter os seus próprios postos de trabalho.

Sempre assente numa estratégia de proximidade e apoio à economia nacional e procurando um equilíbrio de médio-longo prazo entre a qualidade dos ativos, o Banco procurou disponibilizar a sua expertise e a sua situação patrimonial à satisfação das necessidades da sua base de clientes e à economia nacional.

Como resultado da estratégia adotada, o iibCV apresentou uma evolução significativa dos seus principais indicadores de resultados, quando comparados com o período homólogo. Nessa base, o indicador de margem financeira instantânea cifrou-se em 414 pontos base (2019: 290 pb), conforme se demonstra no gráfico seguinte:

Evolução da margem financeira em 2020 e 2019



A contribuir para este resultado, está o decréscimo do custo de financiamento da carteira (-0,21 pp.), assente numa redução generalizada das taxas passivas, em alinhamento com a tendência verificada no mercado nacional, facto que ainda assim continuou a permitir a atração de novos depósitos de clientes, em ambos os segmentos, mas com especial ênfase do segmento de empresas nacionais.

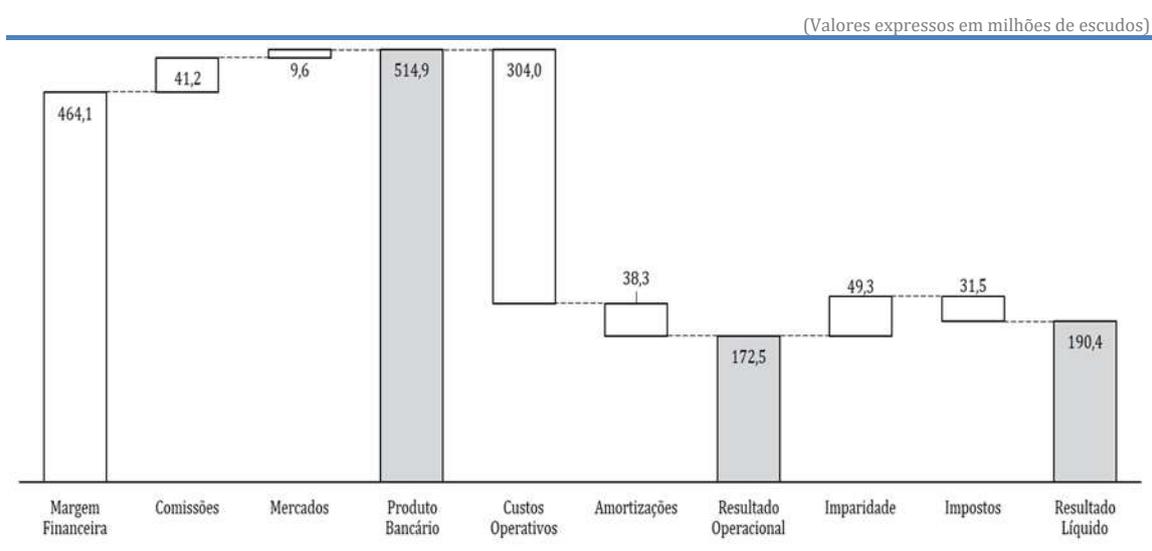
O iibCV atinge, desta forma, o final 2020 com um crescimento da margem financeira instantânea, evoluindo esta de 2,90% para 4,14%, facto que fica igualmente a dever-se ao

international investment bank

acréscimo combinado do volume e taxas de juro médias das aplicações financeiras dos excedentes de tesouraria, nomeadamente o investimento em títulos públicos.

Embora o *turnover* e o *stock* de operações de crédito e extrapatrimoniais tenham registado variação positiva, gerando melhoria significativa dos proveitos com comissões (+16%), a intensificação de serviços prestados conduziu, entretanto, a que as comissões globais (líquidas) tenham apresentado uma ligeira quebra de 7%.

Demonstração de Resultados a 31-12-2020



O custo de imparidade de créditos inclui o efeito conjugado da anulação de imparidades pela recuperação de créditos irregulares e de acréscimos de imparidade em consequência da decisão de reforço da política de cobertura de riscos emergentes da carteira do Banco.

O resultado financeiro registou um considerável crescimento, tendo o Banco alcançado um valor 79% acima do atingido no ano transato, consequência de um crescimento dos proveitos e juros do ano, não obstante um crescimento das despesas e encargos com juros.

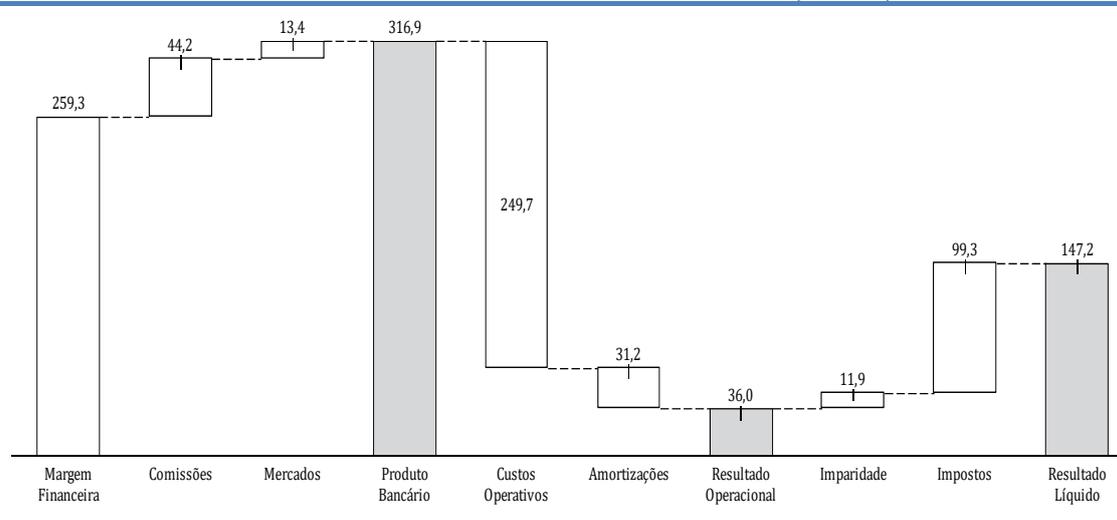
Com uma abordagem mais próxima ao mercado, aliada à melhoria dos proveitos de serviços e comissões, que cresceram 16% face a 2019, o Produto Bancário Comercial (PBC) fixou-se em 505 milhões de escudos, facto que reflete um crescimento homólogo de 66% (2019: 304 milhões de escudos).

O resultado de operações cambiais e outros resultados de exploração, embora se mantendo num patamar positivo, registou decréscimo de 63% face a 2019.

international investment bank

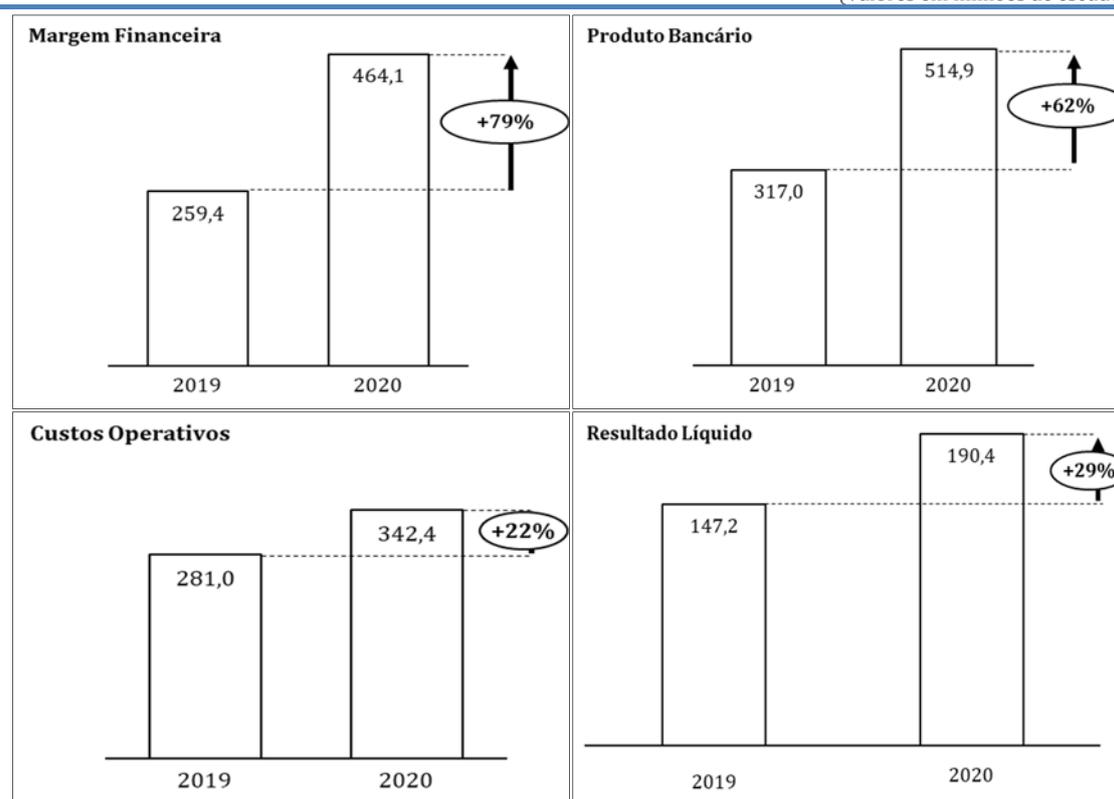
Demonstração de Resultados a 31-12-2019

(Valores expressos em milhões de escudos)



Evolução dos Resultados de 31-12-2019 a 31-12-2020

(Valores em milhões de escudos)



O Produto Bancário (PB) registado em 2019 ascendeu a 317 milhões de escudos, sendo que em 2020 foi cerca de 514 milhões de escudos (+198 milhões), refletindo um acréscimo relativo substancial na ordem dos 62%.

O Resultado de Exploração (ou Operacional), resultante da diferença verificada entre o Produto Bancário e os Custos Operativos totais, cifrou-se em 173 milhões de escudos

international investment bank

(2019: 36 milhões de escudos negativos), demonstrando que o Banco se mantém capaz de gerar receitas provenientes da sua atividade direta superiores aos seus custos de operação, ponto crucial para a sedimentação da sustentabilidade da instituição.

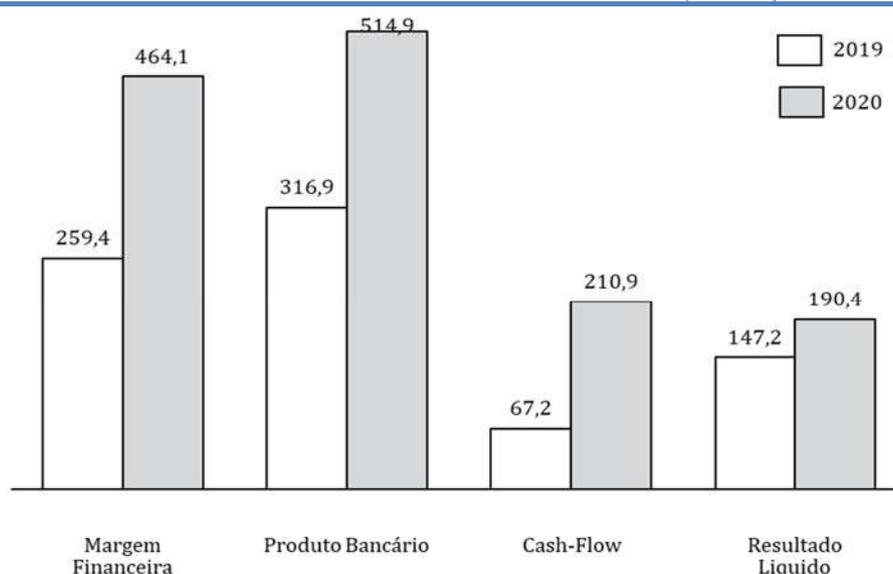
O investimento do iibCV nos seus colaboradores, relativamente a novas contratações, ao reajuste salarial, ao reforço das regalias relacionadas com a saúde, à adoção das medidas de segurança com o pessoal, bem como a atribuição de bónus por desempenho, conduziram a um aumento dos custos com pessoal (+18%), o que, aliado ao natural crescimento dos custos administrativos (+24%) nessa fase de reposicionamento do Banco no mercado, contribuíram, de uma forma geral, para o crescimento dos custos operativos globais.

Nesse contexto, os custos operativos ascenderam a 342 milhões de escudos, montante 22% superior quando comparado com o valor verificado em 2019 e globalmente justificados por 30% em custos com pessoal (2019: 31%) e 58% em outros gastos administrativos (2019: 57%), sendo o valor remanescente justificado pelas depreciações e amortizações do exercício.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 190 milhões de escudos (2019: 147 milhões de escudos), tendo sido função direta dos fatores anteriormente enumerados, um crescimento de 29%.

Indicadores de Resultados a 31-12-2020

(Valores expressos em milhões de escudos)



7.2. Rácios Financeiros

Os rácios financeiros alcançados são resultado da estratégia implementada, permitindo o crescimento da atividade e, conseqüentemente, possibilitando alcançar níveis mais elevados de desempenho, refletidos, por último, em melhores resultados operacionais.

Loan-to-Deposit Ratio

O rácio de transformação de depósitos em crédito (LtD), importante indicador de liquidez e que aponta a capacidade de financiamento do Banco, situou-se acima dos valores dos anos anteriores, fixando-se em 38%, resultado da combinação de crescimentos nos recursos de clientes e na carteira de crédito.

Liquidez

O nível global de liquidez que o Banco apresenta é elevado, dado que transforma em crédito pouco mais de um terço dos recursos de terceiros, permitindo, dessa forma, que os restantes recursos livres sejam canalizados para investimentos de curto prazo e/ou de baixo risco, do tipo aplicações em outras instituições financeiras e títulos do Tesouro, garantindo uma rentabilidade marginal, num cenário que permite a redução do risco global da sua carteira de ativos.

O gap de liquidez cresceu ligeiramente face a 2019, com o crescimento mais acentuado dos ativos financeiros face aos passivos financeiros. É de salientar que o gap anual médio ascende a 1,36 mil milhões de escudos (2019: 1,19 mil milhões), equivalente a cerca de 7% do ativo total (2019: 8%).

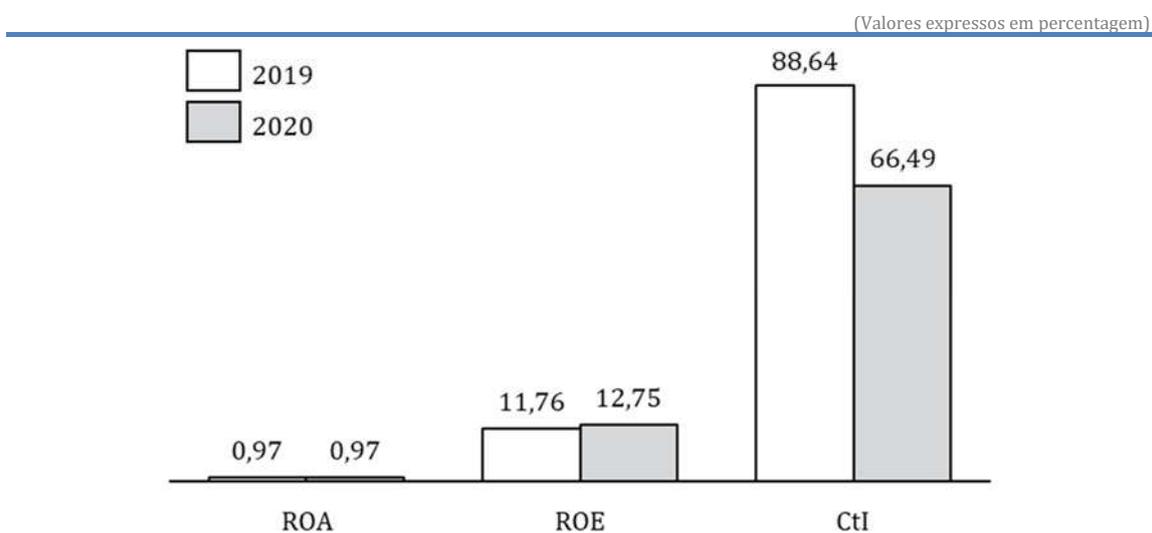
Sensibilidade à taxa de juros

Da análise dos ativos e passivos sensíveis a taxas de juros, pode-se concluir, à semelhança dos anos anteriores, que o *repricing gap* global é positivo, ou seja, num cenário de acréscimo das taxas de juro, a margem financeira comercial tenderá a reagir positivamente, aumentando face à situação inicial.

O Banco apresenta maior exposição ao risco de variação de taxa de juro no intervalo de 6 meses a 2 anos, por conta de uma maior concentração de depósitos a prazo com maturidade nesse intervalo, subordinado ao novo produto de poupança lançado em 2020.

Em contrapartida, dispõe de uma situação bastante confortável nos demais intervalos, com destaque para as exposições até 30 dias e nas superior a 3 anos, devido aos montantes aplicadas em instituições de crédito, para o primeiro intervalo, e aos créditos de longo prazo (com realce para o crédito à habitação), para o segundo intervalo.

7.3. Rácios de Performance



Da análise aos rácios financeiros, nota-se uma melhoria generalizada.

Return on Equity (ROE)

A remuneração média anual do capital (*equity*) cifrou-se em 12,75% (2019: 11,76%), refletindo um resultado líquido positivo e superior ao ano transato.

Return on Assets (ROA)

A remuneração média anual do ativo cifrou-se em 0,97% (2019: 0,97%).

Cost-to-Income (Ctl)

O rácio que avalia o peso dos custos operativos sobre o resultado da atividade apresentou, em 2020, uma tendência de melhoria face ao ano anterior, registando decréscimo em relação a 2019, cifrando-se em 66,49% (2019: 88,64%).

international investment bank

7.4. Rácios Prudenciais

O Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto entidade supervisora e reguladora do sistema financeiro nacional, tem como uma das suas missões controlar os riscos das instituições financeiras, regulamentados em avisos e instruções técnicas de carácter prudencial e cuja adoção e implementação é obrigatória.

O iibCV tem como objetivo primordial o seu equilíbrio económico e financeiro, o registo de níveis de crescimento sustentável e a contribuição para a estabilidade do sistema financeiro.

Nesse sentido, além de cumprir com todas as imposições dos normativos, o Banco adotou e vem praticando um conjunto de requisitos complementares, com níveis de exigência acima do imposto, fundamentados no sistema financeiro europeu e em linha com as melhores e mais recentes práticas.

Principais Rácios Prudenciais

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Lim. Mín.	31.12.2020	31.12.2019	Varição
Fundos Próprios	800 000	1 454 012	1 230 138	18,20%
Cobertura de Imobilizado	100%	760%	644%	115,41pp
Títulos da Dívida Pública	5%	15,47%	6,41%	9,06pp
Rácio de Solvabilidade	10%	28,8%	30,5%	-1,75pp

Assim, a 31 de dezembro de 2020, o Banco apresentava Fundos Próprios de 1,45 mil milhões de escudos, em cumprimento ao Aviso nº 03/2007, de 19 de novembro, que fixa os elementos que servem de base ao cálculo dos Fundos Próprios, continuando acima do mínimo exigido pelo normativo do Banco de Cabo Verde e servindo de amortecedor para eventuais riscos bancários.

Na mesma linha, o risco de Solvabilidade encontrava-se integralmente coberto pelos Fundos Próprios, apresentando uma cobertura 28,8% (2019: 30,5%), notoriamente acima do mínimo exigido para os bancos comerciais, que é, temporariamente por causa da pandemia de Covid-19, de 10%, regulado pelo Aviso nº 04/2007, de 25 de fevereiro de 2008.

Com Fundos Próprios a um nível confortável e uma carteira líquida de investimento em imobilizado tangível de 191 milhões de escudos (2019: 191 milhões), o Banco apresenta um rácio de cobertura de imobilizado de 760% (2019: 644%). O Aviso nº 11/98, de 28 de dezembro, que regula os limites de relação entre os fundos próprios e o valor líquido do ativo imobilizado, estabelece que o ativo imobilizado de um banco não deve ultrapassar os seus fundos próprios, ou seja, que o rácio não deverá ser inferior a 100%.

8. Notas Finais

8.1. Declaração de conformidade sobre a Informação Financeira apresentada

Os membros do Conselho de Administração do International Investment Bank, S.A., declaram:

- As demonstrações financeiras do International Investment Bank, S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como foi definido pelo Banco de Cabo Verde (BCV) no Aviso nº 2/2007, de 25 de fevereiro de 2008;
- Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas na alínea anterior proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do International Investment Bank, de acordo com as referidas Normas, e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 29 de abril de 2021;
- O relatório de gestão expõe a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira do International Investment Bank, no exercício de 2020, e contém uma descrição sobre a evolução prevista da sociedade.

international investment bank

8.2. Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração do International Investment Bank propõe à Assembleia Geral que os Resultados do Exercício, lucro no montante 190 362 157\$00 (cento e noventa milhões, trezentos e sessenta e dois mil e cento e cinquenta e sete escudos), sejam aplicados da seguinte forma:

	<u>31.12.2020</u>
Reserva legal (10%)	19 036
Outras Reservas (90%)	<u>171 326</u>
Total	<u>190 362</u>

international investment bank

8.3. Agradecimentos

O Conselho de Administração do International Investment Bank, S.A. manifesta o seu agradecimento aos seus Clientes, pela confiança e fidelidade demonstrada ao longo desses nove anos de atividade.

Aproveita para, de uma forma especial, estender os seus agradecimentos ao Regulador, às Autoridades, em geral, e aos seus fornecedores.

Aos Colaboradores, um especial reconhecimento pela resiliência, pelo total comprometimento, pela lealdade e dedicação ao crescimento e bom funcionamento da nossa instituição.

Cidade da Praia, 29 de abril de 2021

O Conselho de Administração do International Investment Bank



international investment bank

II. Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Juros e proveitos similares	5	558 838	305 930
Juros e custos similares	6	(94 751)	(46 565)
Margem financeira		464 087	259 365
Proveitos de serviços e comissões	7	61 973	53 206
Custos com serviços e comissões	7	(20 773)	(8 964)
Resultados de activos ao justo valor com reconhecimento em resultados		3 342	-
Resultados de reavaliação cambial	8	313	5 485
Outros resultados de exploração	9	5 954	7 902
Produto da atividade		514 896	316 993
Custos com pessoal	10	(103 896)	(88 376)
Gastos gerais administrativos	11	(200 124)	(161 388)
Depreciações e amortizações	17 e 18	(38 338)	(31 211)
Provisões líquidas de anulações	23	15 528	(6 947)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	16	(6 293)	8 255
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	14	5 657	(5 825)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	17, 18 e 20	34 454	16 449
Resultado antes de impostos		221 885	47 950
Impostos		(31 523)	99 299
Correntes	19	(17 441)	(4 455)
Diferidos	19	(14 081)	103 754
Resultado após impostos		190 362	147 250
Resultado após interesses minoritários		190 362	147 250

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Presidente da Comissão Executiva

O Contabilista Certificado

international investment bank

Demonstração do Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e de 2019

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	31.12.2020	31.12.2019
Resultado líquido do exercício	190 362	147 250
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	-	-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	50 107	-
Total do rendimento integral do exercício	240 469	147 250

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Presidente da Comissão Executiva



O Contabilista Certificado



international investment bank

Balanço em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	776 173	2 643 243
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	3 252 030	776 240
Ativos Financeiros detidos para negociação		3 342	-
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	2 307 816	945 305
Aplicações em instituições de crédito	15	7 040 857	5 940 425
Crédito a clientes (líq.)	16	5 374 048	4 414 765
Outros ativos tangíveis	17	191 382	190 917
Ativos intangíveis	18	17 498	16 599
Ativos por impostos correntes	19	10 049	8 445
Ativos por impostos diferidos	19	90 285	118 609
Outros ativos	20	525 162	157 224
Total de Ativo		19 588 642	15 211 770
Passivo			
Recursos de bancos centrais	21	2 106 305	335
Recursos de outras instituições de crédito	21	1 472 341	446 454
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	14 294 324	13 270 742
Provisões	23	49 093	64 621
Passivos por impostos correntes	19	16 795	-
Outros passivos	24	157 223	177 526
Total de Passivo		18 096 081	13 959 678
Capital	25	1 433 000	1 433 000
Reservas de reavaliação	26	50 107	-
Outras reservas e resultados transitados	27	(180 908)	(328 158)
Resultado líquido		190 362	147 250
Total de Capital Próprio		1 492 561	1 252 092
Total do Capital próprio e Passivo		19 588 642	15 211 770

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Presidente da Comissão Executiva

O Contabilista Certificado



international investment bank

Demonstração das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Capital	Outras Reservas e Resultados Transitados	Reserva de Justo Valor	Resultado líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo a 01 de Janeiro de 2019	1 433 000	(72 192)	-	(270 820)	1 089 988
Transferência do Resultado Líquido Anterior:	-	(270 820)	-	270 820	-
Reserva legal	-	-	-	-	-
Resultados Transitados	-	(270 820)	-	270 820	-
Outros movimentos	-	14 854	-	-	14 854
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	147 250	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	1 433 000	(328 158)	-	147 250	1 252 092
Saldo a 01 de Janeiro de 2020	1 433 000	(328 158)	-	147 250	1 252 092
Transferência do Resultado Líquido Anterior:	-	147 250	-	(147 250)	-
Reserva legal	-	14 725	-	(14 725)	-
Resultados Transitados	-	132 525	-	(132 525)	-
Varição de Justo Valor	-	-	64 350	-	64 350
Impostos Relativos à Varição de Justo Valor	-	-	(14 243)	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	190 362	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	1 433 000	(180 908)	50 107	190 362	1 492 561

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Presidente da Comissão Executiva

O Contabilista Certificado

international investment bank

Demonstração de Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	31.12.2019
Atividades Operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	588 325	351 082
Juros, comissões e outros custos pagos	(80 592)	(40 978)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	3 601	26 455
Pagamentos a empregados e fornecedores	(299 963)	(244 291)
Fluxo de caixa líquido proveniente do resultado operacional antes da variação nos fundos operacionais	211 371	92 267
(Aumentos) Diminuições dos ativos operacionais		
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1 286 226)	(470 687)
Aplicações em instituições de crédito	511 663	(1 319 728)
Créditos sobre clientes	(968 836)	(2 360 415)
Outros ativos	(333 708)	(48 018)
Aumentos (Diminuições) dos passivos operacionais		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	3 131 857	446 365
Recursos de clientes	988 650	4 078 831
Outros passivos	(25 286)	28 032
Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades operacionais	2 018 114	354 381
Atividades de Investimento		
Aquisição de ativos intangíveis	(1 153)	(16 599)
Aquisição de ativos tangíveis	(11 171)	(74 009)
Fluxo de caixa proveniente de atividades de investimento	(12 324)	(90 608)
Atividades de Financiamento		
Realização de Capital	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades de financiamento	-	-
Variação líquida de Caixa e equivalentes de caixa	2 217 161	356 040
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8 040 180	7 678 655
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	3 654	5 485
Caixa e Equivalentes de caixa no final do período	10 260 995	8 040 180
Caixa e equivalentes de caixa engloba:		
Caixa	73 873	87 474
Disponibilidades em Bancos Centrais	702 301	2 555 769
Aplicações e Disponibilidades em outras instituições de crédito ⁽¹⁾	9 484 822	5 396 937
Total	10 260 995	8 040 180

(1) Inclui disponibilidades e aplicações com maturidade até três meses

As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Presidente da Comissão Executiva

O Contabilista Certificado

international investment bank

2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

NOTA 1: Atividade

O International Investment Bank, S.A. (iibCV) é um banco comercial, com sede na Cidade da Praia, inaugurado em julho de 2010, tendo iniciado a sua atividade em meados de agosto do mesmo ano. Anteriormente, era designado Banco Internacional de Cabo Verde, S.A.

A atividade do Banco abrange a generalidade das áreas do setor bancário, com especial incidência nos mercados das médias e grandes empresas.

De recordar que o Banco, até 10 de julho de 2018, fazia parte do Grupo Novo Banco, que detinha 100% do seu capital, sendo que, a partir de 11 de julho, após conclusão do processo de venda, passou a ser detido em 90% pelo iib Group Holding WLL, tendo 10% permanecido na posse do Grupo Novo Banco (através do Novo Banco África SGPS, S.A.).

Em julho de 2019, o Banco adota nova denominação, assumindo-se como o International Investment Bank (iibCV), operando, atualmente, através da Sede na Cidade da Praia e da Unidade de Negócio da Ilha do Sal.

NOTA 2: Bases de Apresentação e Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco, agora apresentadas, reportam-se a 31 de dezembro de 2020 e foram preparadas em conformidade com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF/IFRS), em vigor até 31 de dezembro de 2020.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Escudos de Cabo Verde, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças desses face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de abril de 2021 e estão pendentes de aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior:

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

a) Ativos e passivos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

O Banco classifica os seus ativos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- Investimentos ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; e
- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os requisitos de classificação para instrumentos de dívida e de capital são apresentados como se segue:

Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida são instrumentos que satisfazem a definição de passivo financeiro na perspetiva do emitente, tais como empréstimos, obrigações públicas e privadas e contas a receber adquiridas de clientes com contratos de factoring sem recurso.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- O modelo de negócios do Banco para a gestão de ativos financeiros, e
- As características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

international investment bank

A) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao custo amortizado” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

A categoria de Ativos financeiros ao custo amortizado inclui “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Crédito a Clientes”.

B) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” quando são cumpridas cumulativamente as condições seguintes:

- É gerido como um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

C) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” sempre que devido ao modelo de negócio do Banco ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores. Na data de transição, para classificar ativos financeiros nesta categoria, o Banco também teve em consideração se espera recuperar o valor contabilístico do ativo através da venda a um terceiro.

São igualmente incluídos nesta carteira, todos os instrumentos para os quais se cumpra alguma das seguintes características:

- Sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo;
- Sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo;

international investment bank

- Sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflete a forma como o Banco gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objetivo do Banco é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos (“Hold to collect”) ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos (“Hold to collect and sell”). Se nenhuma destas situações é aplicável (e.g. os ativos financeiros são detidos para negociação), então os ativos financeiros são classificados como parte de “outro” modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados. Os fatores considerados pelo Banco na identificação do modelo de negócio para um conjunto de ativos incluem a experiência passada no que diz respeito à forma como os fluxos de caixa são recebidos, como é que o desempenho dos ativos é avaliado e reportado à administração, como é que os riscos são avaliados e geridos e como é que os administradores são remunerados.

Os títulos detidos para negociação são detidos essencialmente com o objetivo de serem vendidos no curto prazo ou fazem parte de um portefólio de instrumentos financeiros geridos em conjunto, para os quais há uma evidência clara de um padrão recente de ganhos de curto prazo. Estes títulos são classificados em “outros” modelos de negócio e reconhecidos ao justo valor através de resultados.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumento do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Banco determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

international investment bank

No caso de um ativo financeiro contemplar um ajuste periódico da taxa de juro, mas a frequência desse ajuste não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência (por exemplo, a taxa de juro é ajustada a cada três meses), o Banco avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juro sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excepcionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Avaliação SPPI

Quando o modelo de negócio passa por deter ativos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes ativos, o Banco avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste *Solely Payments of Principal and Interest* “SPPI”). Nesta avaliação, o Banco considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratuais introduzem exposição a risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o ativo financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade, aquando da determinação se os fluxos de caixa correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (teste “SPPI”).

Instrumentos de capital

Instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no ativo líquido do emissor. Um exemplo de instrumentos de capital próprio são as ações ordinárias.

international investment bank

Os investimentos em instrumentos de capital são uma exceção aos critérios gerais de valorização descritos acima. Regra geral, o Banco exerce a opção de, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os investimentos em instrumentos de capital que não se classificam como detidos para negociação e que, no caso de não exercer a dita opção, se classificariam como ativos financeiros obrigatoriamente contabilizados ao justo valor através de resultados. As perdas de imparidade (e reversões de imparidade) não são registadas separadamente de outras alterações de justo valor.

(ii) Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- São contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos ou passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- Os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

(iii) Reconhecimento e valorização inicial dos instrumentos financeiros

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

international investment bank

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efetuado a transação. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço na data de transação – data em que o Banco se compromete a comprar os ativos, exceto se existir estipulação contratual ou figura legal aplicável que determine que a transferência dos direitos ocorre em data posterior.

No reconhecimento inicial, quando o justo valor de ativos e passivos financeiros difere do preço de transação, a entidade deve reconhecer esta diferença da seguinte forma:

- Quando o justo valor é evidenciado pela cotação num mercado ativo de um ativo ou passivo equivalente (ou seja, inputs de nível 1) ou com base numa técnica de valorização que usa apenas dados de mercado observáveis, a diferença é reconhecida como ganho ou perda; e
- Nos restantes casos, a diferença é diferida e o momento do reconhecimento inicial do ganho ou perda é determinado individualmente. Esta diferença pode então ser (i) amortizada ao longo da vida do instrumento, (ii) diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou (iii) reconhecida através da liquidação do ativo ou passivo.

(iv) Valorização subsequente dos instrumentos financeiros

Após o seu reconhecimento inicial, o Banco valoriza os seus ativos financeiros ao (i) custo amortizado, ao (ii) justo valor através de outro rendimento integral ou (iii) ao justo valor através de resultados.

Os valores a receber de operações comerciais que não possuem uma componente significativa de financiamento e os créditos comerciais e instrumentos de dívida de curto prazo que são inicialmente valorizados pelo preço de transação ou pelo capital em dívida, respetivamente, são valorizados pelo referido valor deduzido de perdas por imparidade.

Imediatamente após o reconhecimento inicial é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL) para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através

de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o ativo é originado.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

(v) Receitas e despesas de instrumentos financeiros

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros são registados em resultados nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade).
- ii. As restantes alterações de valor serão reconhecidas em resultados como receita ou despesa quando o instrumento financeiro for desreconhecido do balanço na rubrica “Resultados de investimentos ao custo amortizado”, quando for reclassificado, e no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas por imparidade ou ganhos por recuperação, as quais são registadas na rubrica de “Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações”, no caso de crédito a clientes ou na rubrica “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações” no caso de outros ativos financeiros.

As receitas e despesas de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. As variações no justo valor são registadas diretamente em resultados, separando entre a parte atribuível aos rendimentos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos segundo a sua natureza nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras na rubrica “Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.
- ii. Os juros relativos a instrumentos de dívida são registados em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares” e são calculados aplicando o método da taxa de juro efetiva.

international investment bank

As receitas e despesas de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- i. Os juros ou, quando aplicável, os dividendos são reconhecidos em resultados “Juros e rendimentos similares” e “Rendimentos de instrumentos de capital”, respetivamente. Para os juros o procedimento é igual ao dos ativos ao custo amortizado.
- ii. As diferenças cambiais são reconhecidas em resultados na rubrica “Resultados cambiais”, no caso de ativos financeiros monetários, e em outros rendimentos integrais, no caso de ativos financeiros não monetários.
- iii. No caso dos instrumentos de dívida, as perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados na rubrica de “Imparidade para outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”.
- iv. As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do exercício são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do período. Por outro lado, quando um instrumento de capital valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral não é reclassificado para a conta de ganhos e perdas, mantendo-se numa rubrica de reservas.

(vi) Reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros

Somente se o Banco decidisse mudar o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, reclassificaria todos os ativos financeiros afetados de acordo com os requisitos da IFRS 9. Esta reclassificação seria feita de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a IFRS 9, é expectável que as mudanças no modelo de negócio ocorram com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

(vii) Justo valor

A metodologia de apuramento do justo valor dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

international investment bank

- Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo interno de valorização;
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

(viii) Modificação de créditos

Ocasionalmente o Banco renegocia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a clientes. Nesta situação, o Banco avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais. O Banco faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes fatores:

- Se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- Se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou “equity-based return”, que afete substancialmente o risco do crédito;
- Extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- Alteração significativa da taxa de juro;
- Alteração da moeda em que o crédito foi contratado; e
- Inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afete significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Banco desreconhece o ativo financeiro original e reconhece o novo ativo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efetiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade, incluindo para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Banco também avalia se o novo ativo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto de o devedor não ter efetuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante

international investment bank

contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não resulta em desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efetiva original (ou taxa de juro efetiva ajustada para ativos financeiros em imparidade, originados ou adquiridos).

(ix) Desreconhecimento que não resulte de uma modificação

Os ativos financeiros concedidos são desreconhecidos quando os fluxos de caixa que lhes estão associados se extinguem, são cobrados ou alienados a terceiros e o (i) Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo ou (ii) o Banco nem transfere nem detém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo e não detém controlo sobre o ativo. Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a Clientes a título definitivo são registados em Outros resultados de exploração. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor contabilístico desses ativos, líquido de perdas de imparidade.

O Banco participa em transações em que detém o direito contratual de receber fluxos de caixa de ativos, mas assume uma obrigação contractual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Estas transações resultam no desreconhecimento do ativo se o Banco:

- Não tiver qualquer obrigação de efetuar pagamentos, a não ser que receba montantes equivalentes dos ativos;
- Estiver proibido de vender ou penhorar os ativos; e
- Tiver a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba dos ativos sem atrasos materiais.

As garantias concedidas pelo Banco (ações e obrigações) através de acordos de recompra e operações de concessão e de contração de empréstimos de valores mobiliários não são desreconhecidas porque o Banco detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento.

international investment bank

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

(x) Política de abates

O Banco procede ao abate de ativos financeiros, em parte ou na sua totalidade, no momento em que conclui não haver qualquer expectativa razoável de recebimento, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total. Os indicadores que demonstram não haver qualquer expectativa razoável de recebimento são (i) o encerramento de atividade e (ii) os casos em que a recuperação depende do recebimento de um colateral, mas em que o valor do colateral é tão reduzido que não existe uma expectativa razoável de recuperar o ativo na totalidade.

As regras implementadas para a seleção dos créditos que poderão ser alvo de abate ao ativo são as seguintes:

- Os créditos não podem ter uma garantia real associada;
- Os créditos têm de estar totalmente fechados (registados em crédito vencido na sua totalidade e sem dívida vincenda);
- Os créditos não podem ter a marca de créditos renegociados vencidos, ou estarem envolvidos no âmbito de um acordo de pagamento ativo.

(xi) Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade são reconhecidas para todos os ativos financeiros, exceto para os ativos classificados ou designados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral. Os ativos sujeitos a avaliação de imparidade incluem os pertencentes à carteira de crédito a clientes, instrumentos de dívida e aplicações e depósitos em outras instituições de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Os itens extrapatrimoniais, como as garantias financeiras e os compromissos de crédito não utilizados, são igualmente sujeitos a avaliação de imparidade.

A mensuração de imparidade a cada data de reporte é efetuada de acordo com o modelo de três estágios de perdas de crédito esperadas:

international investment bank

Stage 1 – A partir do reconhecimento inicial e até ao momento em que se verifique um aumento significativo do risco de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas caso o incumprimento ocorra nos 12 meses seguintes à data de reporte.

Stage 2 – Após o aumento significativo de risco de crédito face à data de reconhecimento inicial do ativo financeiro, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para a período remanescente do ativo financeiro.

Stage 3 – Para os ativos financeiros considerados em imparidade de crédito, é reconhecida imparidade no montante das perdas de crédito esperadas para o período remanescente do ativo financeiro.

As perdas por imparidade são uma estimativa, ponderada pela probabilidade, das reduções no valor dos fluxos de caixa resultantes do incumprimento ao longo do horizonte. Para os compromissos de crédito, as estimativas de perdas de crédito esperadas consideram uma parte do limite que é expectável ser utilizada no decorrer do período. Para as garantias financeiras, as estimativas de perda de crédito são baseadas nos pagamentos expectáveis de acordo com o contrato de garantia.

Os aumentos e diminuições no montante de perdas de imparidade atribuíveis a aquisições e novas originações, desreconhecimento ou maturidade, e as remensurações devido a alterações na expectativa de perda ou a transferência entre estágios são reconhecidos em resultados.

As perdas por imparidade representam uma estimativa não enviesada das perdas de créditos esperadas nos ativos financeiros à data de balanço. É considerado julgamento na definição de pressupostos e estimativas no cálculo de imparidade, as quais podem resultar em alterações no montante de provisão para perdas por imparidade de período para período.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas têm por base um conjunto de possíveis resultados e consideram toda a informação razoável e suportável disponível incluindo a experiência histórica de perdas de crédito e expectativas sobre fluxos de caixa futuros. A mensuração de perdas de crédito esperadas é, primariamente, o produto da probabilidade de *default* (PD) do instrumento, *loss given default* (LGD) e a *exposure at default* (EAD) descontado

international investment bank

para a data de reporte. A principal diferença entre as perdas de crédito esperadas no Estágio 1 e Estágio 2 é o horizonte de cálculo.

A estimativa de perdas de crédito esperadas é obtida para cada exposição específica, sendo os parâmetros relevantes modelizados numa base coletiva considerando um nível de segmentação da carteira que reflita a forma como o Banco gere os seus riscos. As abordagens foram desenhadas para maximizar a utilização de informação disponível que seja fiável e suportável para cada segmento e que tenha uma natureza coletiva.

As perdas de crédito esperadas são descontadas para a data de reporte usando a taxa de juro efetiva.

Avaliação de aumento significativo de risco de crédito

A identificação do aumento significativo de risco de crédito requer julgamentos significativos. Os movimentos entre o Estágio 1 e o Estágio 2 têm por base, sempre que possível, a comparação do risco de crédito do instrumento à data de reporte com o risco de crédito no momento da originação. A avaliação é geralmente efetuada ao nível do instrumento podendo, no entanto, considerar informação ao nível do devedor.

Esta avaliação é efetuada a cada data de reporte tendo por base um conjunto de indicadores de natureza qualitativa e/ou de natureza quantitativa não-estatística. Os instrumentos que apresentem atraso superior a 30 dias são genericamente considerados como tendo verificado um aumento significativo de risco de crédito.

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Banco faça estimativas e julgamentos subjetivos, e alterações nestas estimativas podem ter impacto nas demonstrações financeiras. Essas estimativas são baseadas nas melhores informações disponíveis no momento da preparação das demonstrações financeiras e levam em consideração as incertezas em torno do impacto do Covid-19 no ambiente económico atual.

Definição de *default* (incumprimento)

A definição de *default* foi desenvolvida tendo em consideração os processos de gestão de risco, nomeadamente na componente de recuperação de crédito, assim como as melhores práticas internacionais neste domínio. A definição de *default* pode diferir entre segmentos e considera quer fatores qualitativos quer fatores quantitativos. Os critérios de *default* são aplicados ao nível da operação nos clientes particulares e ao nível do devedor nos clientes empresa. O *default* ocorrerá quando se verificarem mais de 90 dias de atraso e/ou quando

international investment bank

se considere menos provável que o devedor cumprirá com as suas obrigações de forma integral, por exemplo pela existência de capital abatido ou de múltiplas reestruturações de operações de crédito. A definição de *default* é aplicada de forma consistente de período para período.

i) Análise individual

A análise individual incide sobre todos os clientes significativos. Os clientes significativos são identificados através de um dos seguintes critérios:

- Clientes com exposição superior a 25.000.000 CVE;
- Clientes com exposição superior a 10.000.000 CVE e com outros indicadores de deterioração do risco de crédito.

Na análise individual são seguidas as seguintes metodologias na mensuração da perda esperada dos clientes significativos:

- *Goingconcern* – as estimativas de recuperação consideram fluxos de caixa operacionais e a execução de garantias;
- *Goneconcern* – as estimativas de recuperação consideram apenas a execução de garantias.

ii) Análise coletiva

A análise coletiva incide sobre as operações dos clientes não significativos.

Para os ativos financeiros classificados em *stage 1* e *stage 2* a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, a perda, dado o *default* (LGD) e a exposição na data do *default* (EAD). Para os ativos financeiros classificados em *stage 3*, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre a LGD e a EAD.

As PDs e LGDs utilizadas no modelo de imparidade coletiva foram obtidas com base no conhecimento do Banco sobre o setor financeiro de Cabo Verde, uma vez que o reduzido número de operações não permite a estimação de fatores de risco internos.

b) Especialização de exercícios

O Banco segue o princípio da especialização de exercícios, em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

international investment bank

c) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, sendo cada operação registada, exclusivamente, em função das respetivas moedas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos, à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico e expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-verdianos e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

i) Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos ativos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente, com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

ii) Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

international investment bank

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respetivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

d) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de Anos</u>
Imóveis de serviço próprio	25
Mobiliário e material	4-8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Material de transporte	4
Instalações interiores	8-10
Equipamento de segurança	4-5

Quando existir indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo esse calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

international investment bank

e) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Esses custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada desses ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 10 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos, que não sejam expetáveis de virem a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são registados como custos quando incorridos.

f) Benefícios aos empregados

O Banco não regista, nas suas demonstrações financeiras, qualquer acréscimo para férias e subsídio de férias, uma vez que adotou como procedimento pagar férias e subsídio de férias no próprio exercício em que os trabalhadores são admitidos. Assim, sempre que um trabalhador cessa o seu contrato de trabalho com o Banco, apenas lhe é pago os proporcionais de férias e subsídio de férias aos meses trabalhados no ano em que sair.

g) Imposto sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (Lei n.º 82/VIII/2015, de 07 de janeiro), à taxa de 22%, e a uma taxa incêndio de 2% sobre o imposto apurado, perfazendo uma taxa global de 22,44% (2019: 22,44%). Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria coletável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Contudo, os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

h) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

i) Reconhecimento de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

j) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

k) Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio, como dividendos, quando declaradas.

l) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e esse possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação, utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

m) Imóveis recebidos em dação

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito, o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas, recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido.

Embora tenha como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação, o Banco regista esses imóveis na rubrica do balanço “Outros Ativos”, devido ao tempo de permanência dos mesmos em carteira ser superior a um ano e ao conseqüente incumprimento das condições previstas na IFRS 5 para reconhecimento na categoria de “ativos não correntes detidos para venda”. Esses imóveis são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor, deduzido dos custos esperados de venda, e o valor de balanço do crédito concedido, objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor, deduzido dos custos de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com esses ativos, assim que determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações desses imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

i) Método de Mercado

Este método tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo, obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

ii) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel, a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

iii) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: valor do solo urbano e o valor da urbanidade; valor da construção; e valor de custos indiretos.

international investment bank

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas nesse tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente, com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

Para esta categoria de ativos, adicionalmente, são observados os preceitos definidos pelo Banco de Cabo Verde através do Aviso nº 7/2015, de 24 de dezembro.

n) Locações

A IFRS 16 estabelece os seguintes requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações:

- Na ótica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais;
- Na ótica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação, que resulta no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação, à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

O Banco optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação a curto prazo, menor ou igual a um ano, cuja perda económica pela não renovação do contrato não seja significativa, e aos contratos de locação em que o ativo subjacente tenha pouco valor.

Definição de locação

A nova definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado durante um certo período de tempo em troca de uma retribuição.

Impactos na ótica do locatário

O iibCV reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses, cuja perda económica pela não renovação do contrato não seja significativa, ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

international investment bank

- Um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o Net Present Value (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente, é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações, de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);

- Um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:

- o Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
- o Pagamentos de locação variáveis, que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
- o As quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
- o O preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;
- o Pagamentos de sanções por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. Para os contratos com termo é considerada essa data como data-fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a os impactos económicos decorrentes da não renovação dos contratos.

Subsequentemente, é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada, de forma a refletir os juros sobre o mesmo;

- Pela diminuição da sua quantia escriturada, de forma a refletir os pagamentos de locação;

- A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

international investment bank

O Banco reavalia um passivo de locação e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- Houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo de locação é remensurado descontando os pagamentos de locação revistos, utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- Um contrato de locação é alterado, mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

O iibCV não efetuou quaisquer ajustamentos para os períodos apresentados.

Os ativos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o Banco ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras do Banco, nomeadamente:

- Na demonstração dos resultados:
 - i. Registo em Margem financeira do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
 - ii. Registo em Outros gastos administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
 - iii. Registo em Amortizações do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

- No balanço:

- i. Registo em Outros ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
- ii. Registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

NOTA 3: Principais Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

- a) Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte temporal de 12 meses, para os ativos em *Stage 1*, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em *Stage 2* e 3. Um ativo é classificado em *Stage 2* sempre que se verifique um aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial.

international investment bank

Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Banco tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

b) Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Banco monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

c) Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras, tendo por base *benchmark*.

d) Perda dado o incumprimento:

Corresponde a uma estimativa de perda num cenário de incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que o Banco espera receber, por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas nas Notas 14, 15 e 16, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Impostos sobre os lucros

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC). A determinação do montante global de impostos sobre os lucros (ver Nota 19) requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e

cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco, durante um período de 3 anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.3. Justo valor dos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo, na sua ausência, determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na Nota 14.

NOTA 4: Reporte por Segmentos

Considerando que o Banco não detém títulos de capital próprio ou de dívida listada em Bolsa, no âmbito do parágrafo 2 da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco não apresenta informação relativa aos segmentos.

international investment bank

NOTA 5: Juros e Proveitos Similares

Essa rubrica apresenta a seguinte desagregação:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Juros de crédito a clientes	378 779	149 819
Juros de aplicações em instituições financeiras	117 233	119 034
Juros de títulos	62 623	36 630
Outros	203	448
TOTAL	558 838	305 930

O aumento dos juros é originado pelo incremento das atividades e, conseqüentemente, do volume das operações de crédito e das aplicações financeiras realizadas.

NOTA 6: Juros e Custos Similares

Essa rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Juros de recursos de clientes	94 045	45 791
Outros	705	774
TOTAL	94 751	46 565

O aumento dos juros é originado pelo incremento registado no volume de depósitos a prazo.

NOTA 7: Proveitos e Custos de Serviços e Comissões

Essa rubrica apresenta a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Operações de crédito	20 060	16 487
Garantias e avales prestados	22 710	13 452
Transferência de valores	10 429	11 713
Outras comissões	7 709	7 710
Gestão de cartões	1 060	3 714
Créditos documentários	5	130
	61 973	53 206
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	(20 773)	(8 964)
TOTAL	41 200	44 242

O aumento das comissões resulta do incremento das atividades, com o aumento do volume das operações e das transações realizadas.

international investment bank

NOTA 8: Resultados de Reavaliação Cambial

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Ganhos em operações cambiais		
Divisas	653	122 949
Perdas em operações cambiais		
Divisas	(340)	(117 464)
TOTAL	313	5 485

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 c).

NOTA 9: Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica analisa-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Outros custos	(2 238)	(3 722)
Contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos	(3 000)	(2 500)
Impostos diretos e indiretos	(1 347)	(969)
Outros	2 109	(253)
Outros ganhos	8 192	11 624
Recuperação despesas	3 480	4 962
Rendas de locação operacional	-	3 009
Ganho alienação de viaturas	-	949
Ganhos diversos	4 712	2 704
TOTAL	5 954	7 902

NOTA 10: Custos com Pessoal

Essa rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Remunerações	83 592	72 242
Encargos Sociais	11 627	9 729
Outros custos com pessoal	8 677	6 405
TOTAL	103 896	88 376

international investment bank

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal do Banco decompõem-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Conselho de Administração	15 989	12 557
Conselho Fiscal	1 680	1 680
TOTAL	17 669	14 237

Verificaram-se, durante o ano, cinco saídas e sete contratações, visando reforçar áreas-chave do Banco e pôr em andamento a estratégia do Banco. Assim, o número de colaboradores, por categoria profissional, analisa-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Comissão Executiva	3	2
Direção	11	5
Técnicos	22	29
Administrativos	4	2
TOTAL	40	38

NOTA 11: Gastos Gerais Administrativos

Essa rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Serviço especializado de informática	62 098	52 275
Serviços especializados diversos	53 146	26 999
Honorários	40 098	20 569
Serviços diversos	8 122	2 538
Comunicações e despesas de expedição	7 620	4 839
Diversos Fornecimentos de Terceiros	7 390	8 758
Rendas de imóveis	4 380	6 947
Publicidade	6 709	20 846
Deslocações, estadas e representação	6 652	14 227
Transporte valores	1 089	2 120
Outros	2 820	1 269
TOTAL	200 124	161 388

Em serviços especializados diversos incluem-se os encargos associados aos serviços do sistema de pagamentos, 2 664 mCVE (2019: 2 900 mCVE) e os fees de gestão, 39 695 mCVE, respeitantes a encargos

international investment bank

assumidos, a partir de 2019, com o serviço de suporte à gestão prestado pelo Grupo. O incremento do custo com honorários advém dos serviços de consultoria, nas áreas centrais do Banco, nomeadamente tecnologia de informação, gestão de risco, desenvolvimento de produtos, auditoria, entre outros serviços.

NOTA 12: Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica decompõe-se no seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa	73 873	87 474
Disponibilidades à Ordem no Banco de Cabo Verde	702 300	2 555 769
TOTAL	776 173	2 643 243

Em 31 de dezembro de 2019, as disponibilidades no Banco Central não haviam sido aplicadas, tendo gerado a discrepância substancial nos saldos disponíveis nos dois anos em comparação.

NOTA 13: Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	185	2 459
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	3 251 845	773 781
TOTAL	3 252 030	776 240

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sacados a clientes de outros bancos, enviados para compensação. Os depósitos à ordem sobre outras instituições de crédito não são remunerados.

NOTA 14: Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Obrigações do Tesouro de Cabo Verde	2 138 746	849 093
Reserva de justo valor	63 469	-
Obrigações Corporativas	88 872	95 641
Rendimentos a receber	22 762	12 262
Imparidade	(6 034)	(11 691)
TOTAL	2 307 816	945 305

As Obrigações de Tesouro em carteira no final do ano de 2020 tinham maturidade residual inferior a quatro anos (3,8 anos) e venciam juros à taxa anual de 3,651%. Em 2019, a maturidade residual média era de seis (6) anos e venciam juros à taxa média anual de 3,911%.

international investment bank

NOTA 15: Aplicações em instituições de Crédito

Esta rubrica compõe-se no seguinte:

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Aplicações em instituições financeiras no estrangeiro	5 362 691	4 562 944
Aplicações em outras instituições financeiras	5 362 691	4 562 944
Aplicações em instituições financeiras no país	1 664 227	1 363 143
Aplicações a muito curto prazo no Banco de Cabo Verde	1 250 000	-
Aplicações a curto prazo no Banco de Cabo Verde	189 764	-
Aplicações em outras instituições financeiras	224 463	1 363 143
Juros de aplicações em outras instituições financeiras	13 939	14 338
TOTAL	7 040 857	5 940 425

O escalonamento do vencimento das aplicações em instituições de crédito, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Até 3 meses	6 232 792	4 152 071
De 3 meses a 1 ano	808 065	1 788 354
TOTAL	7 040 857	5 940 425

As aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2020, venciam juros à taxa média anual de 1,54%. A 31 de dezembro de 2019, as aplicações em carteira venciam juros à taxa média anual de 2,07%.

international investment bank

NOTA 16: Crédito a Clientes

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Por tipo de cliente</u>		
Empresa	4 689 754	3 757 240
Particular	<u>755 099</u>	<u>843 113</u>
	<u>5 444 853</u>	<u>4 600 352</u>
<u>Por maturidade</u>		
Médio e longo prazo	4 762 931	3 894 732
Curto Prazo	<u>681 922</u>	<u>705 620</u>
	<u>5 444 853</u>	<u>4 600 352</u>
<u>Por Produto</u>		
Empréstimos	4 038 863	3 521 473
Crédito à habitação	707 005	788 133
Créditos em conta corrente	646 589	223 318
Crédito individual	31 620	43 937
Descobertos em depósitos à ordem	9 363	13 448
Particular Outros	<u>11 415</u>	<u>10 044</u>
	<u>5 444 853</u>	<u>4 600 352</u>
Juros a receber	41 517	5 657
Efeito Custo Amortizado	(30 358)	(27 002)
Imparidade	<u>(81 964)</u>	<u>(164 242)</u>
Crédito Líquido de Imparidade	<u>5 374 048</u>	<u>4 414 765</u>

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída por segmento de acordo com a IFRS 9 em 31 de dezembro de 2020 é como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	4 295 383	18 789	347 993	5 063	46 378	44 927	4 689 754	68 779
Particular - Habitação	549 833	70	65 323	2 015	91 849	8 509	707 005	10 594
Consumo	30 014	171	6 004	226	12 076	2 194	48 094	2 591
	<u>4 875 230</u>	<u>19 030</u>	<u>419 320</u>	<u>7 304</u>	<u>150 303</u>	<u>55 630</u>	<u>5 444 853</u>	<u>81 964</u>

international investment bank

A exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída por segmento de acordo com a IFRS 9 em 31 de dezembro de 2019 é como se segue:

Segmento	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Empresas	3 519 465	44 709	92 628	1 921	145 147	96 525	3 757 240	143 154
Particular - Habitação	598 445	699	60 517	575	129 171	18 765	788 133	20 039
Consumo	37 850	573	16 062	235	1 068	241	54 980	1 049
	4 155 760	45 981	169 207	2 731	275 385	115 531	4 600 352	164 242

O crédito vencido integrado na carteira de créditos ascendia a 31 de dezembro de 2020 e 2019 ao seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Crédito Vencido até 90 dias	921	918
Crédito Vencido há mais de 90 dias	135 376	257 347
Total	136 297	258 264

Cumprindo a regulamentação vigente, o Banco procede à identificação e marcação dos contratos de crédito reestruturados por dificuldades financeiras do cliente sempre que há alterações aos termos e condições de um contrato em que o cliente tenha incumprido ou seja previsível que venha a incumprir com sua obrigação financeira.

Os valores de crédito reestruturado a 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Crédito a empresas	21 761	107 967
Crédito à habitação	12 482	13 092
Outro Crédito a particulares	2 040	3 135
TOTAL	36 283	124 193

As medidas de reestruturação aplicadas aos créditos reestruturados até 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentam o seguinte detalhe:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020			31.12.2019		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Alargamento do Prazo de reembolso	8	36 283	8 975	13	124 193	46 986
Total	8	36 283	8 975	13	124 193	46 986

international investment bank

O escalonamento do crédito a clientes bruto e juros a receber por prazos de vencimento, excluindo efeito do custo amortizado, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	31.12.2019
Até 3 meses	42 997	497 229
De 3 meses a 1 ano	648 457	172 736
De 1 a 5 anos	531 802	803 315
Mais de 5 anos	4 231 129	3 091 417
Duração indeterminada	31 985	41 312
TOTAL	5 486 370	4 606 009

A carteira de crédito a clientes de 31 de dezembro de 2020 estava contratada à taxa anual média de 8,18% (31 de dezembro de 2019: 9,39%).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito, em 2020, são apresentadas como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
31.12.2019	45 981	2 731	115 531	164 242
Dotação	13 682	6 771	20 183	40 635
Reposição/(Reversão)	(40 633)	(2 197)	8 488	(34 342)
Outros movimentos	-	-	13 875	13 875
Utilização	-	-	(102 446)	(102 446)
31.12.2020	19 030	7 304	55 630	81 964

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito, em 2019, são apresentadas como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
31.12.2018	35 272	4 771	132 071	172 114
Dotação	28 525	804	5 670	34 999
Reposição/(Reversão)	(17 816)	(2 844)	(22 594)	(43 254)
Utilização	-	-	-	-
Diferenças cambiais e outras	-	-	384	384
31.12.2019	45 981	2 731	115 531	164 242

international investment bank

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor e por segmento, a 31 de dezembro de 2020, é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SETOR											
	Construção		Indústrias		Comércio e Serviços		Transportes e Comunicações		Particular		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	-	-	-	-	380 181	33 171	3 552 126	22 665	45 017	11 860	3 977 324	67 696
Coletiva	46 489	222	138 451	2 597	157 175	2 275	415 332	7 850	710 082	1 324	1 467 529	14 268
Total	46 489	222	138 451	2 597	537 356	35 446	3 967 458	30 515	755 099	13 185	5 444 853	81 964

As exposições relativas ao setor de Transportes são, na sua totalidade, créditos concedidos a empresas do Setor Público e Administrativo (SPA), com o total apoio do Estado.

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SEGMENTO									
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particular		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	3 932 307	55 823	-	-	32 294	9 457	12 723	2 340	3 977 324	67 620
Coletiva	710 958	12 737	46 489	220	674 711	1 137	35 371	251	1 467 529	14 344
Total	4 643 265	68 560	46 489	220	707 005	10 594	48 094	2 591	5 444 853	81 964

international investment bank

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por setor e por segmento, a 31 de dezembro de 2019, é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SETOR											
	Construção		Indústrias		Comércio e Serviços		Transportes e Comunicações		Particular		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Individual	39 573	33 551	-	-	86 118	47 140	2 202 304	38 428	60 903	16 260	2 388 897	135 380
Coletiva	60 355	907	215 064	6 896	959 615	10 788	194 211	5 443	782 210	4 828	2 211 455	28 862
Total	99 928	34 459	215 064	6 896	1 045 733	57 929	194 211	5 443	843 113	21 088	4 600 352	164 242

(Valores expressos em milhares de escudos)

Avaliação	SEGMENTO											
	Corporate		Construção e CRE		Habitação		Particular		Total			
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade		
Individual	2 288 422	85 569	39 573	33 551	60 294	16 063	608	197	-	2 388 897	135 380	
Coletiva	1 368 890	23 127	60 355	907	727 839	3 977	54 371	851	-	2 211 455	28 862	
Total	3 657 312	108 696	99 928	34 459	788 133	20 039	54 980	1 049	-	4 600 352	164 242	

international investment bank

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2020:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Particular			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2010	-	-	-	-	-	-	4	12 352	1	-	-	-	4	12 352	1
2011	1	42 455	115	-	-	-	5	37 238	100	-	-	-	6	79 693	214
2012	-	-	-	-	-	-	12	82 525	77	-	-	-	12	82 525	77
2013	-	-	-	-	-	-	9	43 837	129	-	-	-	9	43 837	129
2014	-	-	-	-	-	-	6	33 201	3	-	-	-	6	33 201	3
2015	3	85 658	15 579	-	-	-	104	379 380	8 413	-	-	-	107	465 037	23 992
2016	-	-	-	-	-	-	4	26 149	62	2	158	0	6	26 307	62
2017	7	92 283	1 605	-	-	-	2	16 325	1 731	5	3 627	43	14	112 234	3 380
2018	6	287 615	4 888	-	-	-	6	36 189	5	9	6 408	32	21	330 211	4 925
2019	14	1 893 651	4 128	1	46 489	220	2	15 563	11	14	21 560	2 165	31	1 977 263	6 524
2020	18	2 241 603	42 245	-	-	-	3	24 246	62	17	16 341	350	38	2 282 191	42 657
Total	49	4 643 265	68 560	1	46 489	220	157	707 005	10 594	47	48 094	2 591	254	5 444 853	81 964

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2019:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ano de Produção	Corporate			Construção e CRE			Habitação			Particular			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2010	-	-	-	-	-	-	4	13 029	20	-	-	-	4	13 029	20
2011	3	73 489	650	-	-	-	6	52 986	4 740	-	-	-	9	126 475	5 390
2012	1	537	299	1	7 000	5 763	13	94 519	359	-	-	-	15	102 055	6 421
2013	1	19 630	291	-	-	-	11	59 543	736	-	-	-	12	79 172	1 026
2014	2	56 000	31 170	1	26 284	21 640	8	41 711	44	-	-	-	11	123 995	52 853
2015	7	124 398	17 311	-	-	-	106	428 911	12 541	5	930	17	118	554 239	29 869
2016	-	-	-	-	-	-	4	27 067	103	5	3 552	23	9	30 619	126
2017	11	165 676	5 039	1	2 870	43	2	16 906	1 394	10	7 387	186	24	192 840	6 661
2018	8	450 088	8 017	-	-	-	6	37 044	48	10	11 172	104	24	498 305	8 170
2019	20	2 774 570	52 091	1	56 697	842	2	16 417	55	18	31 938	719	41	2 879 623	53 707
Total	53	3 664 388	114 867	4	92 852	28 288	162	788 133	20 039	48	54 980	1 049	267	4 600 352	164 242

international investment bank

O detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total 31.12.2020						Imparidade Total 31.12.2020				
	Exposição Total 31.12.2020	Dias de atraso < 90		Sub-total	Dias de atraso = 90	Dias de atraso > 90	Imparidade Total 31.12.2020	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90
		Baixo risco de crédito	Aumento significativo do risco de crédito								
Construção e CRE	46 489	46 292	-	46 292	-	197	220	218	-	-	2
Corporate	4 643 265	4 597 983	-	4 597 983	-	45 282	68 560	23 967	-	-	44 592
Habitação	707 005	601 897	15 903	617 800	-	89 204	10 594	2 064	48	-	8 483
Particular	48 094	36 043	11 359	47 402	-	692	2 591	397	2 081	-	113
Total	5 444 853	5 282 215	27 262	5 309 477	-	135 376	81 964	26 645	2 129	-	53 190

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição 31.12.2020								Imparidade 31.12.2020			
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade
Construção e CRE	46 489	46 292	-	-	-	-	197	-	220	218	-	2
Corporate	4 643 265	4 597 983	-	13 261	-	-	45 282	8 500	68 560	23 967	-	44 592
Habitação	707 005	601 897	-	8 304	15 903	-	89 204	4 178	10 594	2 064	48	8 483
Particular	48 094	36 043	-	2 040	11 359	-	692	-	2 591	397	2 081	113
Total	5 444 853	5 282 215	-	23 606	27 262	-	135 376	12 678	81 964	26 645	2 129	53 190

international investment bank

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total 31.12.2019						Imparidade Total 31.12.2019				
	Exposição Total 31.12.2019	Dias de atraso < 90			Dias de atraso = 90	Dias de atraso > 90	Imparidade Total 31.12.2019	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30 - 90	Dias de atraso = 90*	Dias de atraso > 90
		Baixo risco de crédito	Aumento significativo do risco de crédito	Sub-total							
Construção e CRE	99 928	60 157	-	60 157	-	39 771	34 459	901	-	-	33 557
Corporate	3 657 312	3 505 467	46 469	3 551 935	-	105 376	108 696	44 503	1 225	-	62 968
Habitação	788 133	669 795	7 131	676 926	-	111 207	20 039	2 766	40	-	17 233
Particular	54 980	53 393	594	53 987	-	993	1 049	795	40	-	214
Total	4 600 352	4 288 812	54 193	4 343 006	-	257 347	164 242	48 965	1 305	-	113 972

(Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento	Exposição 31.12.2019							Imparidade 31.12.2019				
	Exposição Total	Exposições com baixo risco de crédito	Do qual curado	Do qual reestruturado	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Do qual reestruturado	Exposições em situação de imparidade	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade
Construção e CRE	99 928	60 157	-	2 870	-	-	39 771	7 000	34 459	901	-	33 557
Corporate	3 657 312	3 505 467	-	27 134	46 469	5 926	105 376	65 037	108 696	44 503	1 225	62 968
Habitação	788 133	669 795	-	13 092	7 131	-	111 207	-	20 039	2 766	40	17 233
Particular	54 980	53 393	-	3 060	594	75	993	-	1 049	795	40	214
Total	4 600 352	4 288 812	-	46 156	54 193	6 001	257 347	72 037	164 242	48 965	1 305	113 972

international investment bank

Em 31 de Dezembro de 2020, detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos de Corporate, Construção, Commercial Real Estate (CRE) e Outras atividades diretamente relacionadas (OAR) e habitação é o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Justo Valor	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Particular				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
< 0.5 MCVE	-	-	1	220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1 211	-	-	6	1 431
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2 738	-	-	3	2 738
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	-	-	5	16 782	-	-	-	-	5	22 909	1	3 445	-	-	2	5 700	5	22 909	8	25 927
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	93	750 380	-	-	-	-	1	10 000	93	750 380	1	10 000
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	1	12 500	2	28 602	-	-	-	-	31	436 882	-	-	-	-	-	-	32	449 382	2	28 602
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	3	111 480	2	84 056	-	-	-	-	14	381 248	-	-	-	-	-	-	17	492 727	2	84 056
>= 50 MCVE	2	545 494	3	1 828 819	1	113 300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	658 794	3	1 828 819
Total	6	669 473	13	1 958 479	1	113 300	-	-	143	1 591 419	1	3 445	-	-	11	19 648	150	2 374 192	25	1 981 573

Em 31 de Dezembro de 2019, detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Justo Valor	Corporate				Construção e CRE				Habitação				Particular				Total			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante	Número de operações	Montante
< 0.5 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1 551	-	-	5	1 551
>= 0.5 MCVE e < 1 MCVE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2 727	-	-	3	2 727
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	-	-	6	21 769	-	-	-	-	6	23 165	1	3 846	-	-	12	24 197	6	23 165	19	49 812
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	-	-	1	9 000	-	-	-	-	97	764 642	-	-	-	-	3	29 000	97	764 642	4	38 000
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	1	11 423	4	56 006	1	13 122	-	-	32	447 274	-	-	-	-	1	10 688	34	471 819	5	66 695
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	4	139 062	2	75 918	-	-	-	-	14	388 248	-	-	-	-	-	-	18	527 310	2	75 918
>= 50 MCVE	4	786 279	4	2 401 653	1	130 215	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	916 494	4	2 401 653
Total	9	936 765	17	2 564 346	2	143 337	-	-	149	1 623 329	1	3 846	-	-	24	68 163	160	2 703 430	42	2 636 356

international investment bank

O rácio de cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Corporate, Construção, CRE e Habitação apresenta os seguintes valores a 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Valores expressos em milhares de escudos)

Segmento /Rácio	31.12.2020				
	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
Construção e CRE					
< 100%	n.a.	-	-	-	-
<= 125% e > 100%	n.a.	-	-	-	-
<= 150% e > 125%	n.a.	-	-	-	-
>= 150%	1	46 292	-	197	218
Sem colateral associado		-	-	-	2
Corporate					
< 100%	n.a.	1 282 007	-	26 951	30 511
<= 125% e > 100%	n.a.	2 429 811	-	-	8 421
<= 150% e > 125%	1	288 032	-	-	4 781
>= 150%	5	64 470	-	18 331	16 706
Sem colateral associado		533 664	-	-	8 140
Habitação					
< 100%	4	17 299	-	20 124	8 017
<= 125% e > 100%	5	29 948	-	7 580	90
<= 150% e > 125%	15	78 867	3 905	9 314	117
>= 150%	116	467 494	11 998	52 186	2 369
Sem colateral associado		8 289	-	-	1
Particular					
< 100%	n.a.	2 941	-	-	17
<= 125% e > 100%	n.a.	604	-	-	4
<= 150% e > 125%	n.a.	1 042	-	-	58
>= 150%	1	16 135	11 359	-	29
Sem colateral associado		15 320	-	692	2 483
Total	148	5 282 215	27 262	135 376	81 964

international investment bank

Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2019

Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	Exposições em situação de imparidade	Imparidade
Construção e CRE					
< 100%	1	-	-	34 079	28 057
<= 125% e > 100%	n.a.	-	-	-	-
<= 150% e > 125%	n.a.	-	-	-	-
>= 150%	1	59 567	-	197	885
Sem colateral associado	n.a.	590	-	5 494	5 516
Corporate					
< 100%	n.a.	1 741 675	-	29 581	33 254
<= 125% e > 100%	n.a.	4 506	-	-	122
<= 150% e > 125%	1	294 155	-	-	3 387
>= 150%	12	115 135	5 891	75 795	48 499
Sem colateral associado	n.a.	1 349 995	40 578	-	23 435
Habitação					
< 100%	7	17 968	-	55 322	15 239
<= 125% e > 100%	10	47 416	-	21 713	1 382
<= 150% e > 125%	18	84 263	-	21 666	788
>= 150%	110	520 148	7 131	12 505	2 631
Sem colateral associado	n.a.	-	-	-	-
Particular					
< 100%	n.a.	2 941	-	-	17
<= 125% e > 100%	n.a.	604	-	-	4
<= 150% e > 125%	n.a.	1 042	-	-	58
>= 150%	1	13 801	-	-	172
Sem colateral associado	n.a.	35 004	594	993	797
Total	161	4 288 812	54 193	257 347	164 242

international investment bank

NOTA 17: Outros Ativos Tangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

Imóveis		
Edifícios	212 551	212 441
Obras em imóveis arrendados	<u>38 352</u>	<u>38 375</u>
	<u>250 903</u>	<u>250 816</u>
Equipamentos		
Mobiliário e material	41 933	39 003
Material de transporte	27 807	27 807
Equipamento informático	27 335	19 791
Instalações interiores	16 953	16 588
Equipamento segurança	12 128	11 720
Máquinas e ferramentas	<u>9 743</u>	<u>5 380</u>
	<u>135 899</u>	<u>120 288</u>
Ativos em locação operacional		
Ativo por direito de uso	<u>21 546</u>	<u>24 132</u>
	<u>21 546</u>	<u>24 132</u>
Ativos tangíveis em curso		
Equipamento	-	4 814
Imóveis	<u>451</u>	<u>169</u>
	<u>451</u>	<u>4 984</u>
Amortizações	(174 257)	(148 679)
Imparidade	(43 160)	(60 624)
TOTAL	<u>191 382</u>	<u>190 917</u>

international investment bank

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.19				Movimentos em 2020							Saldos em 31.12.20			
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Aquisições	Transfe- rências	Regularizações	Abates	Amortizações	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	
	Bruto	acumuladas	acumulada	Líquido			Valor Imob.	Valor Imob.	Amortiz.		do exercício	Bruto	acumuladas	acumulada	Líquido
Imóveis															
Edifícios	212 441	44 681	60 624	107 135	111	-	-	-	-	11 003	(17 465)	212 551	55 684	43 160	113 708
Obras em imóveis arrendados	38 375	24 575	-	13 800	-	-	(23)	-	-	3 835	-	38 352	28 410	-	9 942
	250 816	69 256	60 624	120 936	111	-	(23)	-	-	14 838	(17 465)	250 903	84 094	43 160	123 650
Equipamentos															
Material de transporte	27 807	22 216	-	5 591	-	-	-	-	-	760	-	27 807	22 976	-	4 832
Mobiliário e material	39 002	22 803	-	16 199	2 931	-	-	-	-	3 597	-	41 933	26 400	-	15 533
Equipamento informático	19 791	15 141	-	4 650	7 643	-	-	99	6	2 747	-	27 335	17 883	-	9 452
Instalações interiores	16 588	8 698	-	7 890	365	-	-	-	-	1 679	-	16 953	10 377	-	6 576
Equipamento segurança	11 719	5 509	-	6 211	408	-	-	-	-	1 340	-	12 128	6 849	-	5 279
Máquinas e ferramentas	5 380	5 056	-	325	4 363	-	-	-	-	623	-	9 743	5 679	-	4 064
	120 288	79 423	-	40 865	15 710	-	-	99	6	10 747	-	135 899	90 163	-	45 735
Ativos em locação operacional															
Ativo por direito de uso	24 132	-	-	24 132	-	-	(2 586)	-	-	2 586	-	21 546	-	-	21 546
	24 132	-	-	24 132	-	-	-	-	-	2 586	-	21 546	-	-	21 546
Ativos tangíveis em curso															
Equipamento	4 814	-	-	4 814	-	(4 814)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obras em imóveis arrendados	169	-	-	169	281	-	-	-	-	-	-	451	-	-	451
	4 984	-	-	4 984	281	(4 814)	-	-	-	-	-	451	-	-	451
	400 220	148 679	60 624	190 917	16 102	(4 814)	(23)	99	6	28 170	(17 465)	408 799	174 257	43 160	191 382

international investment bank

O movimento nesta rubrica em 2019 foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.18				Movimentos em 2019						Saldos em 31.12.19			
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Aquisições	Transfe- rências	Abates		Amortizações do exercício	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor
	Bruto	acumuladas	acumulada	líquido			Valor Imob.	Amortiz.			Bruto	acumuladas	acumulada	líquido
Imóveis														
Edifícios	191 395	35 613	64 391	91 391	21 046	-	-	-	9 068	(3 767)	212 441	44 681	60 624	107 135
Obras em imóveis arrendados	23 260	22 123	-	1 137	15 115	-	-	-	2 452	-	38 375	24 575	-	13 800
	214 655	57 736	64 391	92 528	36 161	-	-	-	11 520	(3 767)	250 816	69 256	60 624	120 936
Equipamentos														
Material de transporte	26 097	23 868	-	2 229	4 960	-	3 250	2 492	839	-	27 807	22 216	-	5 591
Mobiliário e material	23 206	21 932	-	1 274	15 796	-	-	-	871	-	39 002	22 803	-	16 199
Equipamento informático	15 649	14 683	-	966	4 142	-	-	-	458	-	19 791	15 141	-	4 650
Instalações interiores	11 796	6 927	-	4 869	2 396	2 396	-	-	1 772	-	16 588	8 698	-	7 890
Equipamento segurança	5 391	5 180	-	211	6 329	-	-	-	329	-	11 719	5 509	-	6 211
Máquinas e ferramentas	5 380	4 381	-	999	-	-	-	-	675	-	5 380	5 056	-	325
	87 519	76 971	-	10 548	33 623	2 396	3 250	2 492	4 943	-	120 288	79 423	-	40 865
Activos em locação operacional														
Activo por direito de uso	-	-	-	-	24 132	-	-	-	2 586	-	24 132	-	-	24 132
	-	-	-	-	24 132	-	-	-	2 586	-	24 132	-	-	24 132
Ativos tangíveis em curso														
Equipamento	2 396	-	-	2 396	4 814	(2 396)	-	-	-	-	4 814	-	-	4 814
Obras em imóveis arrendados	-	-	-	-	169	-	-	-	-	-	169	-	-	169
	2 396	-	-	2 396	4 984	(2 396)	-	-	-	-	4 984	-	-	4 984
	304 570	134 707	64 391	105 471	98 899	-	3 250	2 492	19 048	(3 767)	400 220	148 679	60 624	190 917

international investment bank

NOTA 18: Ativos Intangíveis

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	31.12.2019
Sistemas de tratamento automático de informação (software)	208 444	205 673
Ativos intangíveis em curso	14 981	16 599
Amortizações	(181 041)	(170 873)
Imparidade	(24 886)	(34 800)
TOTAL	17 498	16 599

Os ativos intangíveis em curso representam o custo incorrido com desenvolvimentos de melhoria do sistema core em uso pelo banco, de modo a responder a necessidades específicas.

O movimento nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2020, foi o seguinte:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.19			Movimentos em 2020				Saldos em 31.12.20				
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Aquisições	Transfe-	Amortizações	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor
	Bruto	acumuladas	acumulada	Líquido		rências	do exercício		Bruto	acumuladas	acumulada	Líquido
Software	205 673	170 873	34 800	-	2 771	-	10 168	(9 914)	208 444	181 042	24 885	2 517
Software (em curso)	16 599	-	-	16 599	818	(2 436)	-	-	14 981	-	-	14 981
	222 272	170 873	34 800	16 599	3 589	(2 436)	10 168	(9 914)	223 425	181 042	24 885	17 498

Em 31 de dezembro de 2019, foi conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Saldos em 31.12.18			Movimentos em 2019			Saldos em 31.12.19				
	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor	Aquisições	Amortizações	Imparidade	Valor	Amortizações	Imparidade	Valor
	Bruto	acumuladas	acumulada	Líquido		do exercício		Bruto	acumuladas	acumulada	Líquido
Software	205 673	158 710	46 963	-	-	12 163	(12 163)	205 673	170 873	34 800	-
Software (em curso)	-	-	-	-	16 599	-	-	16 599	-	-	16 599
	205 673	158 710	46 963	-	16 599	12 163	(12 163)	222 272	170 873	34 800	16 599

NOTA 19: Ativos e Passivos por Impostos Correntes e Diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC).

O imposto sobre o rendimento corrente é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é, igualmente, refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

international investment bank

O cálculo do imposto corrente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi efetuado com base numa taxa de 22%, englobando uma taxa nominal de IRPC e Taxa de Incêndio, de acordo com a Lei n.º 82/VIII/2014, de 08 de janeiro de 2015.

As declarações de autoliquidação do IRPC do Banco ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais, durante um período de três anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devidos, essencialmente, a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020		31.12.2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento (IRPC) - estimativa	-	16 795	-	-
Pagamento por conta	10 049	-	8 445	-

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	31.12.2019
Resultado antes de impostos	221 885	47 950
Taxa de Imposto	22,4%	22,4%
Encargo teórico com IRPC	49 791	10 760
Efeito dos custos não dedutíveis		
Amortização não aceites fiscalmente	-	87
Outros custos / deduções	(22 711)	272
Lucros Fiscais	-	(11 119)
Prejuízos fiscais dedutíveis	(13 540)	-
Imposto sobre o rendimento corrente do exercício	13 540	-
Tributação autónoma	3 255	176
Imposto s/ rendimento	16 795	4 455
Taxa efetiva de imposto	7,6%	9,3%

Os prejuízos fiscais disponíveis podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais futuros. Assim, os prejuízos fiscais acumulados a 31 de dezembro de 2020, sujeitos à confirmação pela Autoridade Tributária, ascendem a 343 milhões de escudos e podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros até 7 anos após o ano da respetiva geração. Em 2019, o

international investment bank

Banco procedeu ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos sobre as perdas fiscais reportáveis, atendendo à sua previsível materialização como benefício, o qual se encontra suportado pela obtenção de resultados positivos nos últimos anos e por um plano de negócios demonstrativo da capacidade do Banco em utilizar os mesmos.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>Montante</u>	
Prejuízo fiscal de 2016	133 520	→ Dedutível até 2023
Prejuízo fiscal de 2017	33 395	→ Dedutível até 2024
Prejuízo fiscal de 2018	176 420	→ Dedutível até 2025
Prejuízo fiscal acumulado	343 335	

Conforme explicitado acima e considerando a legislação fiscal em vigor no país, os resultados negativos de exercícios anteriores poderão ser recuperados por via de crédito fiscal, num período máximo de até 7 anos, subsequente ao reconhecimento destas perdas, à razão de 50% de benefício anual.

Desta forma, e tendo em consideração a previsibilidade de reconhecimento de resultados futuros, o iibCV procedeu, no exercício de 2019, ao reconhecimento de impostos diferidos ativos, respeitantes aos resultados negativos registados em anos transatos, designadamente no período compreendido entre 2016 e 2018 e outras diferenças temporárias.

Em 2020, procedeu-se à utilização parcial do imposto diferido ativo reconhecido no ano anterior e reconheceu-se diferenças temporárias, resultando no registo de encargos por impostos diferidos no valor de 14 milhões de escudos.

O registo dos impostos diferidos ativos detalha-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	Movimentos 2020		31.12.2019
		Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	
Balanço				
Ativos por impostos diferidos	90 285	-	-	118 608
Resultados transitados	(118 608)	-	-	(14 854)
Reservas	14 242	-	14 242	-
Resultados				
Encargos por impostos diferidos	14 081	14 081	-	-
Rendimentos por impostos diferidos	-	-	-	(103 754)

international investment bank

NOTA 20: Outros Ativos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Devedores diversos		
Valores a receber	305 697	53 106
Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	154 121	131 179
Outras disponibilidades	67 970	-
Outros	113	400
Despesas com encargo diferido		
Outros gastos administrativos	6 473	2 294
Outras contas de regularização	18 309	4 840
Imparidade de Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio	(27 519)	(34 595)
TOTAL	525 162	157 224

O valor dos Ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio corresponde ao saldo respeitante a imóveis recebidos em dação em cumprimento de dívidas, durante o ano de 2016 a 2020. Esses encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 m).

Os movimentos ocorridos nas imparidades de ativos adquiridos em recuperação de crédito próprio são apresentados como segue:

	(Valores expressos em milhares de escudos)	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldo Inicial	34 595	35 507
Dotações	704	1 404
Utilizações / Transferências	-	(393)
Reversões	(7 780)	(1 923)
Saldo Final	27 519	34 595

O detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, em 2020 e 2019, por tipo de ativo e por antiguidade, é apresentado nos seguintes quadros:

Ativo	Número de imóveis	Justo valor do ativo	(Valores expressos em milhares de escudos)		
			31.12.2020	Imparidade	Valor líquido contabilístico
			Valor bruto contabilístico		
Edifício construído					
Habitação	7	119 791	124 349	27 093	97 256
Terreno					
Urbano	1	34 000	29 772	3 739	26 032
Total	8	153 791	154 121	30 832	123 289

international investment bank

(Valores expressos em milhares de escudos)

Ativo	31.12.2019				
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor bruto contabilístico	Imparidade	Valor líquido contabilístico
Edifício construído					
Habituação	5	104 459	101 407	28 807	72 600
Terreno					
Urbano	1	33 080	29 772	5 788	23 984
Total	6	137 538	131 179	34 595	96 584

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tempo decorrido desde a dação /execução	31.12.2020							
	< 1 ano		>= 1 ano e < 2,5 anos		>= 2,5 anos e < 5 anos		Total	
	Justo valor do ativo	Valor líquido	Justo valor do ativo	Valor líquido	Justo valor do ativo	Valor líquido	Justo valor do ativo	Valor líquido
Edifício construído								
Habituação	26 117	22 942	16 874	16 407	76 800	85 000	119 791	124 349
Terreno								
Urbano	-	-	-	-	34 000	29 772	34 000	29 772
Total	26 117	22 942	16 874	16 407	110 800	114 772	153 791	154 121

(Valores expressos em milhares de escudos)

Tempo decorrido desde a dação /execução	31.12.2019							
	< 1 ano		>= 1 ano e < 2,5 anos		>= 2,5 anos e < 5 anos		Total	
	Justo valor do ativo	Valor líquido	Justo valor do ativo	Valor líquido	Justo valor do ativo	Valor líquido	Justo valor do ativo	Valor líquido
Edifício construído								
Habituação	-	-	16 874	16 407	87 585	85 000	104 459	101 407
Terreno								
Urbano	-	-	33 080	29 772	-	-	33 080	29 772
Total	-	-	49 954	46 179	87 585	85 000	137 538	131 179

NOTA 21: Recursos de Bancos Centrais e Outras Instituições Financeiras

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	31.12.2019
Recursos de bancos centrais	2 106 305	335
Recursos de outras instituições de crédito	1 472 341	446 454
TOTAL	3 578 646	446 789

NOTA 22: Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2020, o iibCV apresentava cerca de 47% (2019: 50%) dos recursos de clientes representado num conjunto de empresas do mesmo grupo. O peso relativo destes recursos tem vindo a diminuir por via do crescimento orgânico do banco. O risco de liquidez é assegurado por ativos líquidos com cobertura integral sobre estes mesmos recursos (ver Nota 30), em linha com as políticas de gestão de liquidez do Banco.

international investment bank

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Depósitos	14 236 968	13 248 317
À ordem	8 707 016	9 678 471
A prazo	5 529 951	3 569 846
Juros	57 356	22 425
TOTAL	14 294 324	13 270 742

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2020 e a 31 de dezembro de 2019, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Exigível à vista	8 707 016	9 678 471
Exigível a prazo	5 587 308	3 592 271
Até 3 meses	1 156 059	730 322
De 3 meses a 1 ano	1 833 713	2 701 949
De 1 a 5 anos	2 597 535	160 000
TOTAL	14 294 324	13 270 742

Os recursos de clientes exigíveis a prazo foram contratados à taxa anual média de 2,24% (31 de dezembro de 2019: 2,20%).

NOTA 23: Provisões

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisões para compromissos assumidos	37 937	58 171
Provisões para outros riscos e encargos	11 156	6 451
Total	49 093	64 621

Os movimentos ocorridos nas provisões são apresentados como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldo Inicial	64 621	57 674
Utilizações / Transferências	(40 620)	(1 666)
Dotações	25 092	8 614
Saldo Final	49 093	64 621

international investment bank

A cobertura da carteira de créditos extrapatrimoniais (ver Nota 28) resume-se conforme segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Garantias prestadas	1 048 831	814 469
Provisões	37 937	58 171
Grau de cobertura	3,62%	7,14%

NOTA 24: Outros Passivos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Credores diversos		
Setor Público e Administrativo	8 469	6 107
Outros Credores	1 079	21 209
Passivos de locação	22 180	24 483
Transferências emitidas a compensar	1 448	7 540
Encargos a pagar		
Custos administrativos	105 893	104 009
Serviços informáticos	84 519	84 378
Serviços de Auditoria e Consultoria	15 079	6 645
Outros custos administrativos	6 295	12 986
Custos com pessoal	6 924	4 744
Outras contas de regularização	11 230	9 434
TOTAL	157 223	177 526

Passivos de locação representam o reconhecimento do passivo de locação referente a contratos de arrendamento, em decorrência da adoção da IFRS 16.

NOTA 25: Capital

O capital social do Banco ascende a 1 433 milhões de escudos (equivalente a 1 433 000 ações) e encontra-se integralmente realizado, sendo detido em 90% pelo iib Group Holding WLL e em 10% pelo Novo Banco África SGPS, SA.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Capital subscrito	1 433 000	1 433 000
Do qual Ações Ordinárias	1 433 000	1 433 000

international investment bank

NOTA 26: Reservas de Reavaliação

Essa rubrica comporta as reavaliações dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, ocorridas no exercício.

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Reservas de justo valor	63 469	-
Efeito fiscal	(14 243)	-
Reservas de reavaliação	880	-
TOTAL	50 107	-

NOTA 27: Outras Reservas e Resultados Transitados

Essa rubrica comporta as reservas legais (10%) e outras reservas (90%), originados da transferência dos resultados apurados nos exercícios anteriores, decompondo-se como se segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	<u>26 239</u>	<u>34 006</u>	<u>(132 437)</u>	<u>(72 192)</u>
Tranferência do Resultado para Reservas	-	(270 820)	-	(270 820)
Outros movimentos	-	-	14 854	14 854
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>26 239</u>	<u>(236 814)</u>	<u>(117 583)</u>	<u>(328 158)</u>
Tranferência do Resultado para Reservas	14 725	132 525	-	147 250
Outros movimentos	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	<u>40 964</u>	<u>(104 289)</u>	<u>(117 583)</u>	<u>(180 908)</u>

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação aplicável ao setor bancário exige que a reserva legal seja anualmente creditada com, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

NOTA 28: Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes e compromissos relacionados com a atividade do Banco são registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte decomposição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Garantias prestadas	1 048 831	814 469
TOTAL	1 048 831	814 469

international investment bank

NOTA 29: Transações com Partes Relacionadas

O valor das transações do Banco com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como os respetivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020				31.12.2019			
	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Proveitos	Custos
Acionistas								
NOVO BANCO, S.A.	3 061 395	-	4 125	-	2 222 734	-	12 348	-
IIBG	305 697	-	-	-	53 106	-	-	-
Outras partes relacionadas								
IIB Djibouti	1 874 505	18 670	16 035	637	826 988	308 272	4 536	-
IIB Limited (Bahamas)	1 757 041	24 475	68 341	7 656	1 989 194	16 267	24 893	-
TOTAL	6 998 638	43 145	88 501	8 293	5 092 020	324 539	41 777	-

Os ativos em balanço relativos às partes relacionadas, incluídos no quadro acima, referem-se, fundamentalmente, a depósitos e aplicações em moeda estrangeira mantidos junto dessas entidades, os quais são remunerados a taxas correntes de mercado.

NOTA 30: Justo Valor dos Ativos e Passivos Financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor do Banco, a 31 de dezembro de 2020 e a 31 de dezembro de 2019, é como segue:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020			Total Justo Valor
	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Obrigações do tesouro de Cabo Verde	-	2 218 944	-	2 218 944
Obrigações corporativas	-	88 872	-	88 872
	-	2 307 816	-	2 307 816

international investment bank

(Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2019			
Valorizados ao Justo Valor			
Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Total Justo Valor
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Obrigações do tesouro de Cabo Verde	- 841 113	-	841 113
Obrigações corporativas	- 104 191	-	104 191
	- 945 305	-	945 305

Os ativos e passivos ao justo valor do Banco são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia, de acordo com a IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para esses instrumentos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes, mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida. Adicionalmente, o Banco utiliza ainda como variáveis observáveis em mercado, aquelas que resultam de transações sobre instrumentos semelhantes e que se observam com determinada recorrência no mercado.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Nesse nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades, mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. As bases e pressupostos de cálculo do justo valor estão em conformidade com os princípios da IFRS 13.

international investment bank

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao custo amortizado nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2020 e a 31 de dezembro de 2019:

(Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2020					
Ativos/Passivos registados ao custo amortizado	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	776 173	-	776 173	-	776 173
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 252 030	-	3 252 030	-	3 252 030
Aplicações em instituições de crédito	7 040 857	-	7 040 857	-	7 040 857
Crédito a clientes	5 374 048	-	-	5 374 048	5 374 048
	16 443 108	-	11 069 060	5 374 048	16 443 108
Passivo					
Recursos de bancos centrais	2 106 305	-	-	2 106 305	2 106 305
Recursos de outras instituições de crédito	1 472 341	-	-	1 472 341	1 472 341
Recursos de clientes e outros empréstimos	14 294 324	-	-	14 294 324	14 294 324
	17 872 970	-	-	17 872 970	17 872 970

(Valores expressos em milhares de escudos)

31.12.2019					
Ativos/Passivos registados ao custo amortizado	Cotações de Mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 643 243	-	2 643 243	-	2 643 243
Disponibilidades em outras instituições de crédito	776 240	-	776 240	-	776 240
Aplicações em instituições de crédito	5 940 425	-	5 940 425	-	5 940 425
Crédito a clientes	4 414 765	-	-	4 414 765	4 414 765
	13 774 672	-	9 359 908	4 414 765	13 774 672
Passivo					
Recursos de bancos centrais	335	-	-	335	335
Recursos de outras instituições de crédito	446 454	-	-	446 454	446 454
Recursos de clientes e outros empréstimos	13 270 742	-	-	13 270 742	13 270 742
	13 717 531	-	-	13 717 531	13 717 531

international investment bank

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Esses ativos são de muito curto prazo, pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares, as quais não variaram significativamente desde o momento da contratação dos atuais contratos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Esses passivos são de curto prazo, pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor desses instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 31: Gestão de Riscos de Atividade

Dadas as incertezas geradas pela pandemia do Covid-19 e o aumento dos riscos afetos à atividade bancária, aliada à contração da economia, tornou-se desafiante mensurar, de forma efetiva, os riscos do Banco, o que impactou diretamente no processo de concessão de novos créditos, na manutenção da qualidade da carteira e conseguir, paralelamente, preservar a solidez e a rentabilidade dos produtos bancários.

O Departamento de Gestão de Riscos, uma das principais linhas de defesa do Banco, tem a função de identificar e monitorar os riscos que ameaçam as atividades, desenvolver

ferramentas de mensuração dos mesmos, estabelecer e monitorar os limites de exposição, visando garantir a adequada cobertura dos riscos e proporcionar aos *stakeholders* uma visão integral do perfil de riscos da instituição.

As atividades da Gestão de Riscos são regidas por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio do Banco, nomeadamente a independência do Departamento em relação às Unidades de Negócios, o apoio à tomada de decisões eficazes sobre os riscos das atividades e das operações, garantindo sempre o adequado controlo dos riscos.

O modelo de Gestão de Riscos do iibCV está alinhado com as melhores práticas internacionais e em harmonia com a orientação aos níveis de exposição definidos pela Administração, tendo em consideração as exigências e recomendações do Regulador, vertidas no Aviso nº 02/2013.

O Banco está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da probabilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes do incumprimento, total ou parcial, do cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco, no âmbito da sua atividade creditícia e é controlado pela Departamento de Risco Global, à qual compete monitorizar, de forma sistemática, todas as operações contratadas, em interação com as demais unidades do Banco e do Grupo.

Esse método permite identificar, tempestivamente, os principais *triggers* de *default*, possibilitando um adequado acompanhamento do risco da carteira de crédito, dado que a função de gestão de risco de crédito intervém em todos os processos que comportam esse risco, desde a análise, aprovação e contratação das operações de crédito; contabilização das operações; monitorização dos contratos de crédito; identificação dos clientes em risco (*default*); controlo e atualização do valor das garantias recebidas; à conceção de modelos de risco; cálculo de provisões e imparidade da carteira; produção e reporte de dados e estatísticas do crédito, culminando com o processo de recuperação de créditos vencidos.

O acompanhamento da carteira de crédito é contínuo e privilegia a interação entre as equipas envolvidas ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é reforçada pela introdução de sucessivas melhorias, tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo de riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, em parceria com o Grupo.

international investment bank

Já o acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que toca à evolução das exposições de crédito e monitorização das eventuais perdas, é efetuado periodicamente por um comité.

Relativamente à exposição máxima do Banco ao risco de crédito, o quadro abaixo apresenta a posição no final do exercício:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	11 069 060	9 359 908
Ativos financeiros detidos para negociação	3 342	-
Títulos	2 307 816	945 305
Crédito a clientes	5 374 048	4 414 765
Outros ativos	172 543	58 346
Garantias e avales prestados	1 048 831	814 469
TOTAL	19 975 640	15 592 793

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico líquido da imparidade. Para os elementos fora de balanço, a exposição máxima das garantias é o montante máximo que o Banco teria de pagar se as garantias fossem executadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados com crédito de natureza irrevogável, a exposição máxima é o montante total de compromissos assumidos.

Em 2020, a imparidade por classe de ativo registou os seguintes movimentos:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas (Financiamentos)	Crédito à Habitação	Consumo	Total
Imparidade de crédito inicial	143 154	20 039	1 049	164 242
Acréscimo/reversão no período	(5 121)	9 877	1 537	6 293
Outros movimentos	13 811	59	5	13 875
Utilização no período	(83 065)	(19 381)	-	(102 446)
Imparidade de crédito final	68 779	10 594	2 591	81 964

international investment bank

Em 2019, a imparidade por classe de ativo registou os seguintes movimentos:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas (Financiamentos)	Crédito à Habitação	Consumo	Total
Imparidade de crédito inicial	129 185	42 081	847	172 114
Acréscimo/reversão no período	13 969	(22 041)	(183)	(8 255)
Diferenças cambias e outras	-	-	384	384
Imparidade de crédito final	143 154	20 039	1 048	164 242

A 31 de Dezembro de 2020 a qualidade da carteira de crédito apresentava a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas	Particulares- Habitação	Consumo	Total
Sem Vencido com imparidade individual	3 595 444	617 800	46 889	4 260 134
Crédito Vencido com Imparidade Individual	1 094 310	89 204	1 205	1 184 720
Inferior a 30 dias	1 048 831	-	513	1 049 344
30 a 90 dias	-	-	-	-
91 a 180 dias	-	4 528	13	4 541
181 dias 360 dias	-	9 538	22	9 560
Superior a 360 dias	45 479	75 138	657	121 274
Total	4 689 754	707 005	48 094	5 444 853

A 31 de Dezembro de 2019 a qualidade da carteira de crédito apresentava a seguinte composição:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Empresas	Particulares- Habitação	Consumo	Total
Sem Vencido com imparidade individual	3 611 018	676 754	53 900	4 341 673
Crédito Vencido com Imparidade Individual	146 050	111 378	1 251	258 679
Inferior a 30 dias	268	22	125	414
30 a 90 dias	635	150	133	918
91 a 180 dias	1 510	-	54	1 564
181 dias 360 dias	-	-	-	-
Superior a 360 dias	143 637	111 207	938	255 782
Total	3 757 068	788 133	55 151	4 600 352

Risco de Mercado

O risco de mercado engloba três riscos diferentes (risco de taxa de juro, de liquidez e cambial) e representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração

international investment bank

adversa do valor de um instrumento financeiro, como a variação de taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e de mercadorias, volatilidade ou *spread* do crédito.

A gestão de risco de mercado está integrada na gestão do balanço, feita transversalmente à análise ALCO (*Asset and Liability Committee*). Esse método é responsável por fornecer elementos para a definição de políticas de afetação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da liquidez, da exposição aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio.

Risco da Taxa de Juro

O risco de taxa de juros resulta de movimentos adversos nas taxas de juro dos elementos da carteira bancária. A estimação da exposição ao risco de taxa de juros implica a classificação de todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais sensíveis a taxas de juro, por intervalo de *repricing*, de acordo com a metodologia do BIS (*Bank for International Settlements*), proposta pelo Banco de Cabo Verde. Para além desse modelo de cálculo, o Banco efetua um *stress test* específico, considerando a hipótese de mobilização massiva de parte dos recursos de clientes.

Cerca de 56% dos depósitos de clientes está expressa em moeda estrangeira, por isso a carteira de negociação do Banco é composta por aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco, com recurso ao excedente de depósitos em moeda estrangeira, realizadas junto de outras instituições de crédito, tanto no país como no estrangeiro, a taxas de juro fixas, previamente acordadas.

O nível de risco da taxa de juro é pouco expressivo, pelo que as operações de cobertura são efetuadas na ótica de mitigação do risco da liquidez e do seu controlo.

O Banco apresenta *repricing gap* global positivo, posição favorável aos resultados, indicando que uma variação positiva nas taxas de juro conduziria a um aumento da margem financeira. No final do exercício, apresentava maior exposição no prazo de 6 meses a 1 ano, devido a uma maior concentração de depósitos a prazo com maturidade residual nesse intervalo e apresentava maior conforto no intervalo até 1 mês, pelo facto de as aplicações em instituições financeiras serem, na sua maioria, de muito curto prazo, e no intervalo superior a 3 anos, devido à concentração de operações da carteira de crédito à habitação a vencer nesse intervalo.

Risco cambial

O risco cambial advém de alterações nas taxas de câmbio utilizadas na conversão de elementos da carteira bancária, expressos em moeda estrangeira, para a moeda base (CVE), ou seja, está associado a moedas com volatilidade de câmbio face ao escudo cabo-

international investment bank

verdiano (CVE), com destaque para o dólar americano (USD), cujo valor apresenta maior volatilidade e em relação ao qual o Banco apresenta um *matching* positivo, o que significa, em termos de posição cambial, que possui um maior volume de ativos sensíveis à taxa de câmbio do que passivos, conferindo maior capacidade de cobertura desse risco.

Cerca de 17% dos depósitos do Banco são denominados em Dólar Norte-Americano (USD), mas o risco que essa moeda representa está, em balanço natural, coberta a 100% por negociações cambiais (compra/venda de divisas) com outras instituições financeiras, por forma a manter a posição cambial nessa moeda equilibrada ou em níveis mínimos e de risco imaterial, fazendo com que o Banco apresente um perfil global, no que tange à exposição cambial, de baixo risco.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez resulta da potencial incapacidade da instituição em financiar o ativo, quando cumpridas as responsabilidades exigidas nas datas devidas, e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira, sem incorrer em perdas significativas.

No que tange ao monitoramento, há um controlo contínuo de concentração de depósitos e de crédito e conseqüente acompanhamento do rácio de transformação do crédito (LtD), assim como um cálculo diário da posição das diversas moedas, que permite uma permanente quantificação e mitigação do risco de liquidez e de exposição em moeda estrangeira.

O controlo dos níveis de liquidez tem como finalidade manter um nível de disponibilidades passível de fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazos, procurando, de forma sistemática, avaliar a exposição global ao risco de liquidez, através da preparação de informações diárias de *cash-flow*, que permitem, além de identificar os *mismatch* negativos, determinar elementos para efetuar a cobertura atempada dos mesmos.

Da avaliação do risco de liquidez, ficou patente o elevado nível de liquidez global (risco baixo), apresentando *gap* positivo, o que demonstra a solidez do Banco e capacidade de financiamento das suas atividades. O LtD global de 38% comprova o nível de recursos que o Banco tem à disposição para o cumprimento das suas responsabilidades.

Relativamente ao grau de concentração, no que diz respeito a posições em moeda estrangeira e em moeda nacional, existe um equilíbrio em termos de correspondência de posições de ativos e passivos em Escudos Cabo-verdianos, traduzindo-se em rácios de

international investment bank

transformação: i) global, de 38%; ii) em moeda estrangeira, de 5%; iii) e de 81%, considerando apenas as posições em moeda local.

O Banco mantém, atualmente, uma carteira significativa de ativos líquidos ou liquidáveis a muito curto prazo, essencialmente concentrados na rubrica de Aplicações em instituições de crédito (ver Nota 15), para fazer face à natureza e duração dos passivos, o que facilita a gestão da liquidez para o período crítico de 1 a 30 dias. A política de gestão de risco de liquidez do Banco determina limites de posição de tesouraria, em função do volume de recursos totais do Banco para vários prazos temporais.

Em 31 de Dezembro de 2020, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros eram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)

	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Ativo	11 201 631	716 530	2 507 992	4 853 275	19 279 428
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	776 173	-	-	-	776 173
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 252 030	-	-	-	3 252 030
Activos Financeiros detidos para negociação	3 342	-	-	-	3 342
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	86 232	-	1 976 190	245 394	2 307 816
Aplicações em instituições de crédito	7 040 857	-	-	-	7 040 857
Crédito a clientes	42 997	648 457	531 802	4 150 792	5 374 048
Outros ativos	-	68 073	-	457 089	525 162
Passivo	12 442 885	-	5 587 308	-	18 030 192
Recursos de bancos centrais	2 106 305	-	-	-	2 106 305
Recursos de outras instituições de crédito	1 472 341	-	-	-	1 472 341
Recursos de clientes e outros empréstimos	8 707 016	-	5 587 308	-	14 294 324
Outros passivos	157 223	-	-	-	157 223
Garantias Off-balance	124 896	477 261	446 675	-	1 048 831
Diferencial / Gap	(1 366 149)	239 269	(3 525 990)	4 853 275	200 405
Diferencial / Gap Acumulado	(1 366 149)	(1 126 880)	(4 652 870)	200 405	-

Apesar do Gap negativo em vários intervalos, existe a expectativa, tendo por base o comportamento histórico, de renovação de uma parte significativa dos passivos, nomeadamente os depósitos de clientes à ordem.

international investment bank

Em 31 de Dezembro de 2019, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros eram os seguintes:

(Valores expressos em milhares de escudos)					
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Ativo	9 869 398	172 736	1 340 325	3 494 742	14 877 201
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 643 243	-	-	-	2 643 243
Disponibilidades em outras instituições de crédito	776 240	-	-	-	776 240
Ativos Financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12 262	-	537 010	396 033	945 305
Aplicações em instituições de crédito	5 940 425	-	-	-	5 940 425
Crédito a clientes	497 229	172 736	803 315	2 941 485	4 414 765
Outros ativos	-	-	-	157 224	157 224
Passivo	10 302 786	3 432 271	160 000	-	13 895 057
Recursos de bancos centrais	335	-	-	-	335
Recursos de outras instituições de crédito	446 454	-	-	-	446 454
Recursos de clientes e outros empréstimos	9 678 471	3 432 271	160 000	-	13 270 742
Outros passivos	177 526	-	-	-	177 526
Garantias Off-balance	328 825	461 099	24 545	-	814 469
Diferencial / Gap	(762 213)	(3 720 634)	1 155 780	3 494 742	167 675
Diferencial / Gap Acumulado	(762 213)	(4 482 846)	(3 327 066)	167 675	-

Risco Operacional

O risco operacional define-se como a probabilidade de ocorrência de eventos, com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou eventos externos, abrangidas nas seguintes tipologias: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

A gestão do risco operacional assenta-se em princípios e estratégias definidos pelo Banco, em um código de conduta e em políticas e normas de risco operacional, através da análise de um catálogo dos processos, da comunicação tempestiva dos eventos de risco e a consequente definição de ações de melhoria das deficiências detetadas.

Ao Departamento de Risco Global, enquanto gestora do risco operacional, cabe a identificação, avaliação e reporte dos eventos de riscos ocorridos, de origem interna e externa, e em colaboração com os responsáveis das demais unidades orgânicas, definir e implementar medidas de melhorias de processos e de mitigação dos riscos. A responsabilidade de controlo do risco operacional é partilhada entre todos os colaboradores do Banco, pelo que os mesmos cooperam na monitorização e na

international investment bank

identificação dos fatores de risco e das fragilidades dos processos das respetivas unidades, comunicando os incidentes ocorridos ao Departamento de Risco.

Nesta vertente, cumpre ao departamento identificar e avaliar os riscos operacionais inerentes a todos os produtos, atividades, processos e sistemas, em todas aos demais departamentos de negócio e de suporte, quer tenham carácter financeiro ou não.

O processo de controlo do risco operacional inclui a identificação, a análise, a mensuração e o reporte dos incidentes à Administração do Banco, de acordo com as tipologias de risco definidas pela Basileia.

Na avaliação do seu nível de risco operacional, o Banco, através de um questionário avalia as várias prováveis fontes de risco operacional, de modo a identificar os principais riscos a que se encontra exposto, estima a perda, nos resultados ou no capital, associada aos eventos com impactos negativos nas suas atividades operacionais. Esses eventos podem resultar da inadequação ou deficiência de procedimentos, dos sistemas de informação, do comportamento das pessoas ou podem ainda ser motivados por acontecimentos externos.

Durante o ano, a prioridade recaiu sobre o aperfeiçoamento dos processos, tendo sido implementadas novas medidas relacionadas a políticas, normas e procedimentos de produtos e serviços, no que tange ao combate à lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo; foram reforçados os procedimentos de controlo e identificação dos clientes bem como os mecanismos de execução e controlo de compensação de valores.

O perfil do Risco Operacional do Banco mantém-se no nível Reduzido, dada a baixa frequência de incidentes e ao impacto financeiro pouco expressivo nos resultados.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O objetivo primordial da gestão de capital no Banco consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adotar, no que concerne à gestão de capital, é da competência do Conselho de Administração, encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Cabo Verde, que estabelece as regras que a esse nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais

international investment bank

que as instituições deverão cumprir, em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, materializado através do Aviso nº 03/2007.

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios considerados como *Core Tier I*: Esta categoria inclui, essencialmente, o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis os resultados positivos retidos do período, quando certificados, e os interesses que não controlam. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos aos ativos intangíveis e, quando aplicável, as insuficiências de provisões e os resultados negativos do período.
- Fundos Próprios de Base (FPB): Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui os montantes aceites pelo Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível a reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras bem como o montante das perdas esperadas para as posições em risco, deduzidas das somas de correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos e a parte que excede os limites de concentração de risco de crédito, previsto na alínea d) do nº 12 do Aviso nº 3/2007.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Complementarmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

international investment bank

(Valores expressos em milhares de escudos)

	31.12.2020	31.12.2019
Capital realizado	1 433 000	1 433 000
Resultados positivos do último exercício	147 250	-
Resultados positivos provisórios do exercício em curso	190 362	147 250
SOMA	1 770 612	1 580 250
Activos intangíveis	(17 498)	(16 599)
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	(328 158)	(72 192)
Resultados negativos do último exercício	-	(255 966)
Insuficiência de provisões	(2 679)	(3 948)
SOMA	(348 335)	(348 705)
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO	1 422 277	1 231 545
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS	1 422 277	1 231 545
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis	-	-
Outras reservas de reavaliação	31 735	-
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES	31 735	-
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES	1 454 012	1 231 545
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	-	-
Fundos próprios destinados a coberturas específicas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso n.º 9/99)	-	-
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso n.º 8/2007)	-	-
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO	1 454 012	1 231 545
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso n.º 3/2007)	-	(1 407)
FUNDOS PRÓPRIOS	1 454 012	1 230 138
Activos Ponderados pelo Risco (incluindo extrapatrimoniais)	5 055 678	4 031 735
Rácio de Solvabilidade	28,8%	30,5%

O Banco calcula o Rácio de Solvabilidade de acordo com o Aviso n.º 4/2007, do Banco de Cabo Verde, o qual define o Rácio de Solvabilidade em função da relação entre os fundos próprios e os riscos de mercado (RTC - Risco taxa de câmbio), risco operacional (RO), risco de crédito (RC), com a finalidade de acompanhar a adequação entre o montante dos fundos próprios e os respetivos riscos inerentes ao Banco. Através desse Aviso, o Banco de Cabo Verde estabelece patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelas instituições sujeitas à sua supervisão. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio *Core Tier I* não inferior a 10%, calculada da seguinte forma:

$$\text{Rácio de Solvabilidade} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{(\text{VAPRC} + \text{VAPRTC} + \text{VEAPRO})} \times 100$$

Onde:

VAPRC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de crédito, incluindo os elementos extrapatrimoniais, determinados conforme Anexo 1 do Aviso;

VAPRTC – Valor dos ativos ponderados pelo risco de taxa de câmbio, apurados conforme o Anexo 2 do Aviso;

VEAPRO – Valor equivalente em ativos ponderados pelo risco operacional, apurado conforme o Anexo 3 do Aviso.

NOTA 32 – IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2019

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2020:

- a) **IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
- b) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.
- c) **IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras se refere a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações

international investment bank

financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

- d) **Estrutura conceptual**, ‘Alterações na referência a outras IFRS’. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

As alterações acima não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 16** (alteração), “Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de Junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio,

international investment bank

conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

- b) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

O Banco não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- b) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
- c) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contracto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Esta alteração

ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

- d) **Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.
- e) **IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
- f) **IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos

international investment bank

fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

- g) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- h) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

O Banco não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

NOTA 33 – Eventos Subsequentes

Após 31 de dezembro de 2020 não ocorreram eventos subsequentes relevantes que requeiram ajustamentos e/ou divulgações nas demonstrações financeiras do exercício findo naquela data.

3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos Senhores Acionistas,

- 1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do International Investment Bank, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- 2 Acompanhámos, com a profundidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do Banco. Tomámos conhecimento dos atos de gestão do Conselho de Administração do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, do sistema de gestão de risco, da auditoria interna e *compliance*.
- 3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
- 4 No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) o Balanço (que evidencia um total de ativo de CVE 19.588.642 milhares e um total de capital próprio de CVE 1.492.561 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 190.362 milhares) e as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio, de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
 - ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspetos mais significativos, respeitando os requisitos legais e estatutários da Sociedade;
 - iv) a Proposta de Aplicação de Resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
- 5 O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório de Auditoria, sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 sem reservas, com data de 29 de Abril de 2021 e com o qual concordamos.



Handwritten signature and date: 2021

6 De igual modo tomou conhecimento do relatório dos auditores externos sobre as provisões regulamentares mínimas.

7 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes do Relatório de Auditoria, somos do parecer que a Assembleia Geral aprove:

- i) o Relatório de Gestão;
- ii) as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas;
- iii) seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultado Líquido no exercício de 2020.

8 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

29 de Abril de 2021

O Presidente do Conselho Fiscal



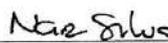
Dr. Ildo Adalberto Lima

O Vogal



Dra. Eunéria Sousa Freitas

O Vogal



Dra. Nair Cecília Silva

4. Relatório da Auditoria Externa



Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do International Investment Bank, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de CVE 19.588.642 milhares e um total de capital próprio de CVE 1.492.561 milhares, incluindo um resultado líquido de CVE 190.362 milhares), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do International Investment Bank, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no Código de Ética do IESBA.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Bob

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel: +238 261 5934/5, Fax: +238 261 6028, www.pwc.com/cv/pl/
Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 282682902/420191217
NIF: 282 682 902, Capital Social: CVE 1.500.000
Inscrita na lista da DPACC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria

Síntese da abordagem de auditoria

Perdas por imparidade de crédito a clientes

Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade de crédito a clientes apresentadas nas notas 2.2.a), 3.1 e 16 anexas às demonstrações financeiras do Banco.

A significativa expressão da rubrica de crédito a clientes bem como as perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Banco no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento, bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor bruto do crédito a clientes ascende a CVE 5.456.012 milhares e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a CVE 81.964 milhares.

As perdas por imparidade de crédito a clientes são apuradas pelo órgão de gestão em termos individuais, através de uma análise casuística de uma componente significativa do total da carteira de crédito, sendo que para a carteira remanescente a imparidade é apurada através de análise coletiva. Este processo sumariza-se como segue:

- Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Banco e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Banco desenvolve um processo de análise individual que inclui uma análise individual de *staging*, no sentido de corroborar a atribuição indicativa de *stage* automático, e uma análise individual de quantificação de imparidade. Neste último caso, a análise é realizada apenas para as exposições classificadas em *stage* 3, em que o montante de imparidade é apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente individualmente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro gerar para o cumprimento das suas responsabilidades – abordagem *going*; ou (ii) a

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação dos controlos chave instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do risco de crédito concedido a clientes, à concessão de moratórias no contexto específico da pandemia COVID-19, bem como os controlos chave do Banco subjacentes à atempada identificação, registo e correta mensuração das perdas por imparidade.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes do Banco relevantes devido à elevada exposição ou definidos através de julgamento profissional do auditor pertencentes ao perímetro de análise individual do Banco, tendo por base os critérios definidos em normativo interno, com o objetivo de: (i) rever as conclusões e resultados obtidos pelo Banco na análise individual de *stage* e na análise individual de quantificação de imparidade; (ii) obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito e de incumprimento; e (iii) avaliar de que forma as perdas por imparidade foram atempadamente identificadas, mensuradas e reconhecidas pelo órgão de gestão. Neste processo, foi também confirmado que o perímetro de análise individual incluía todas as exposições que cumpriam com os critérios definidos pelo Banco na sua metodologia.

Assim, para uma amostra de exposições classificadas em *stages* 2 e 3, representativa da população de crédito sujeita a análise individual pelo Banco em 31 de dezembro de 2020, os procedimentos que desenvolvemos consistiram em: (i) rever a documentação disponível sobre os processos de crédito; (ii) verificar a adequação dos *cash flows* (planos financeiros) utilizados para efeitos de determinação de imparidade com os que se encontram refletidos no suporte contratual; (iii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes e confirmar o registo dos mesmos a favor

Matérias relevantes de auditoria

avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda – abordagem *gone*.

- Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco aplica um modelo de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de reporte (*stages* 1, 2 ou 3). Este modelo tem igualmente suporte na informação histórica interna de *defaults* e recuperações.
- O contexto específico motivado pela pandemia COVID-19 originou um acréscimo de complexidade na identificação de aumentos significativos de risco de crédito e de indicadores de incumprimento ("default"), tendo em consideração as diversas medidas de apoio concedidas às famílias e empresas, nomeadamente o lançamento de linhas de apoio à economia e a disponibilização às famílias e empresas da possibilidade de adesão à suspensão temporária do pagamento das prestações dos empréstimos (moratórias). Nestas circunstâncias, os modelos de análise de imparidade utilizados pelo Banco foram adaptados de forma a incorporar novos critérios e outros julgamentos como sejam a consideração de medidas temporárias de flexibilidade de não agravamento do *stage* e/ou marcação como reestruturadas as operações com moratórias aprovadas em linha com as orientações do supervisor nesta matéria.

Neste contexto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelo Banco na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito a clientes, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o *timing* do seu recebimento e podem ter impacto relevante na determinação do montante de perdas por imparidades reconhecido nas

Síntese da abordagem de auditoria

do Banco; (iv) analisar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (v) examinar os critérios para determinação de aumento significativo do risco de crédito (*stage* 2) e em situação de imparidade (*stage* 3), numa base individual; (vi) analisar os *discounted cash flows* subjacentes ao cálculo de imparidade; (vii) apreciar a evolução das exposições; e (viii) compreender a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes, quanto à previsibilidade de *cash flows* esperados dos respetivos negócios, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum pressuposto utilizado pelo órgão de gestão, procedemos ao recálculo do montante estimado de imparidade e comparámos os resultados obtidos com os apurados pelo Banco, por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco por comparação ao histórico de desempenho e de recuperações da carteira de crédito a clientes do Banco, nomeadamente: (i) revisão e análise crítica dos parâmetros de risco e dos seus resultados; (ii) revisão e testes à segmentação da carteira; (iii) análise à definição de *default* do Banco e aos critérios aplicados na classificação de *staging*, em base de amostragem; e (iv) recálculo da *Expected Credit Loss* ("ECL") para a carteira de crédito, com referência a 31 de dezembro de 2020.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito a clientes, bem como as respetivas imparidades, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Valorização de imóveis recebidos por recuperação de créditos</p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de imóveis recebidos por recuperação de créditos apresentadas nas notas 2.2 m) e 20 anexas às demonstrações financeiras do Banco.</u></p> <p>Em 31 de dezembro de 2020 o valor bruto dos imóveis recebidos por recuperação de créditos e incluídos na rubrica de Outros ativos ascende a CVE 154.121 milhares e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a CVE 27.519 milhares.</p> <p>De acordo com as políticas em vigor no Banco, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores registados na Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários ("AGMVM") do Banco de Cabo Verde, que incorporam um conjunto de pressupostos, e que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos de venda, seja inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Dada a significativa expressão destes ativos no balanço do Banco e tendo em atenção que a respetiva valorização requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão, para efeitos da determinação do montante e do momento de reconhecimento das correspondentes perdas por imparidade, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a apreciação dos controlos-chave instituídos pelo Banco para identificar os imóveis com indícios de imparidade, classificados em Outros Ativos, para determinar os correspondentes montantes de perdas por imparidade e para assegurar o correspondente reflexo contabilístico de forma adequada e tempestiva. Os nossos procedimentos incluíram ainda a realização de testes de detalhe.</p> <p>Para a totalidade dos imóveis, foi analisada a sua valorização e, quando aplicável, a respetiva perda por imparidade registada resultante das avaliações elaboradas pelos peritos avaliadores independentes.</p> <p>Esta análise incluiu igualmente a apreciação da razoabilidade da metodologia aplicada e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores na determinação do valor de avaliação dos imóveis selecionados. Sempre que necessário efetuámos reuniões com a Administração para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na preparação das avaliações.</p> <p>Avaliámos a competência, capacidade e a objetividade dos peritos avaliadores contratados pelo Banco, incluindo a confirmação do respetivo registo na AGMVM.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os imóveis recebidos por recuperação de crédito, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.</p>

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para

proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

29 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

international investment bank

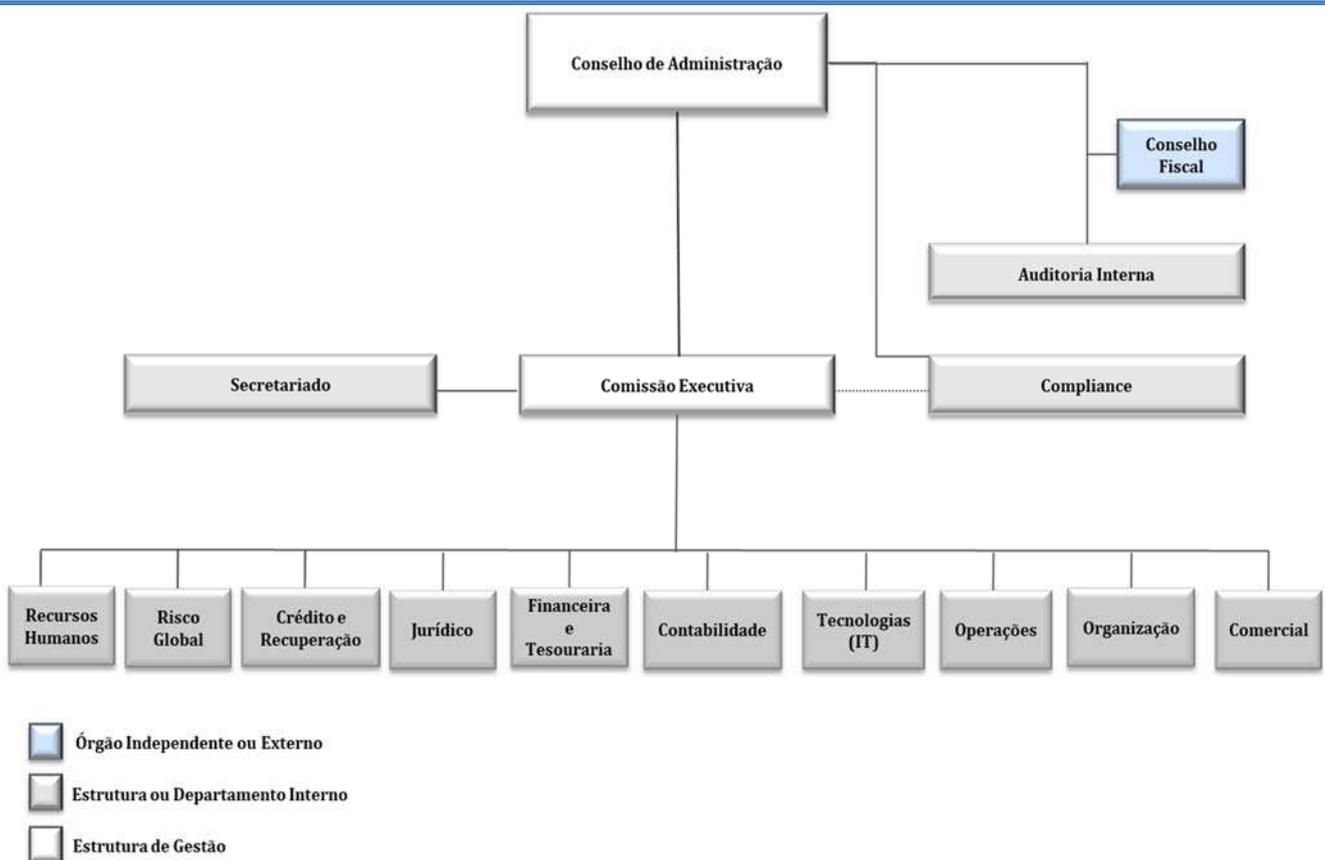
III. Informação sobre o Governo da Sociedade

1. Estrutura Organizacional e Governativa

A estrutura orgânica do Banco é constituída por um Conselho de Administração, formado por cinco administradores efetivos e um suplente, e por uma Comissão Executiva de três Administradores, assessorada por um Sistema de Controlo Interno robusto, composto por três áreas-chave: Risco Global, Compliance e Auditoria Interna, ao que acresce o Conselho Fiscal enquanto fiscalizador das atividades da Instituição.

O Banco está organizado em dez grandes áreas, as quais garantem a operacionalidade da instituição e o cumprimento dos princípios que imperam no sistema financeiro, conforme mostra a figura abaixo:

Organigrama 2020



2. Descrição das funções e responsabilidades de cada membro do órgão de administração da instituição

No Banco prevalece o princípio da aplicação de um conjunto de normas que consagram políticas, regras e procedimentos, de forma transversal a todas as unidades que o integram, sem prejuízo das adaptações que em cada caso sejam necessárias, face às especificidades legais ou regulamentares de cada área em causa.

Nesse contexto, estão estabelecidas competências a um conjunto de departamentos do Banco para, no quadro das suas atribuições, promoverem a aplicação transversal no Banco das Normas Internas em vigor ou que venham a ser adotadas, numa lógica de articulação funcional direta com todas os departamentos. Nesse âmbito, são criados e/ou atualizados normativos que se entendem aplicáveis para o sistema normativo nacional, sendo todos ratificados em sede da Comissão Executiva do Banco.

A Comissão Executiva tem plenos poderes na gestão diária do Banco, cuja atribuição decorre dos estatutos da Sociedade, competindo-lhe exercer os mais amplos poderes de gestão e representação e praticar todos os atos necessários ou convenientes à prossecução das atividades compreendidas no seu objeto social, sendo, nesse fórum, discutidas e aprovadas as decisões estratégicas de gestão.

A Comissão Executiva tem mandato para constituição de mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecimento.

3. Unidades de Negócios

O iibCV, à semelhança do restante sistema financeiro nacional, opera, desde a sua criação, numa vertente puramente comercial, oferecendo produtos e serviços a clientes bancários, nomeadamente a particulares e empresas.

Visando a diversificação do risco e o alargamento da base operacional, e aproveitando os *skills* do seu staff num momento de pura contenção de contatos presenciais, numa atitude de ousadia, o Banco se reinventou, apostando em outras vertentes de negócios.

3.1. Comercial

O Departamento Comercial tem a seu cargo o segmento de vendas do Banco, sendo a responsável pela dinamização comercial, manutenção e prospeção do relacionamento comercial, junto de clientes particulares e empresas, ao nível nacional e internacional.

Encarregue de assegurar as condições necessárias para o incremento da atividade comercial, esse departamento sustenta sua estratégia na excelência da seleção, no *pricing* e na gestão do risco, dentro de um quadro de elevados níveis de eficiência, em linha com a estratégia do Banco, garantindo um acompanhamento comercial baseado na especialização dos diversos segmentos e na captação e geração de valor, sempre numa perspetiva de plena satisfação dos clientes, por um lado, e de otimização de recursos, por outro.

A excelência é um objetivo constantemente preconizado, através de um posicionamento de proximidade e atendimento personalizado, procurando adequar os seus produtos às necessidades e à dimensão dos clientes e mercado.

3.2. Tesouraria

O Departamento de Tesouraria tem como competência desenvolver e acompanhar a gestão financeira do Banco, bem como a execução do seu plano de financiamento, tendo a seu cargo, igualmente, a gestão da liquidez e a gestão dos riscos de mercado e de liquidez.

Criada em 2020, com vista a diversificar os negócios do Banco e alargar a base de clientes e de oferta de produtos e serviços, essa estrutura é responsável pelas relações institucionais do Banco, através da gestão e manutenção da rede de Correspondentes e de Parceiros de negócios.

Este departamento está dedicado exclusivamente ao negócio bancário transaccional, nacional e internacional, atuando diretamente nos mercados financeiros e na estruturação e cotação produtos de mercado de capitais.

international investment bank

Faz o acompanhamento constante do mercado, criando e atualizando produtos e preçários, de acordo com a tendência do mercado e os objetivos do Banco.

É uma área de atuação transversal e, no âmbito do cumprimento das suas responsabilidades, relaciona-se com todos os órgãos e departamentos do Banco e com todas as instituições do Grupo IIB Holding.

4. Sistema de Controlo Interno e de Gestão de Riscos

Relativamente à atividade do Sistema de Controlo Interno (SCI), o papel do controlo interno, no geral, foca em organizar e coordenar métodos e medidas que salvaguardem o património e os interesses do Banco, promovendo a eficiência operacional e conferindo fiabilidade às informações contabilísticas e financeiras, a sua sistematização assenta, essencialmente, na atuação de três áreas que compõem a linha de defesa: Risco, Compliance e Auditoria Interna.

Assim, encontra-se em curso a finalização de elaboração das normas e procedimentos para o pleno cumprimento do Aviso nº 4/2017 que estabelece os requisitos a que deverá obedecer os Sistemas de Controlo Interno das Instituições Financeiras, bancárias ou não bancárias, sujeitas a supervisão do Banco de Cabo Verde.

4.1. Risco Global

O Departamento de Risco Global, uma das linhas de defesa e de controlo de risco (em conjunto a Auditoria Interna, o Compliance e demais Unidade de Negócios), tem a atribuição de monitorar os riscos que ameaçam as atividades do Banco, desenvolver ferramentas e metodologias de gestão dos mesmos, estabelecer e monitorar os limites e emanar recomendações, com o intuito de reduzir o impacto dos riscos no resultado e no capital do Banco.

Este departamento tem como missão identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos materiais inerentes às atividades do Banco, visando a mitigação dos mesmos, a redução das perdas e a observância dos resultados pretendidos, ajustando-se, sempre que necessário, ao modelo de negócio do Banco. Atua como coadjuvante direto da Administração na definição de políticas de gestão de risco, assegurando o seu cumprimento através do desenvolvimento de metodologias, ferramentas e processos que, em linha com os objetivos de criação de valor, sustentem a assunção, o controlo e a mitigação dos vários riscos da instituição.

Suas principais competências prendem-se com a gestão de todos os riscos inerentes à atividade bancária, a monitorização da evolução do perfil de risco do Banco, definindo políticas e processos de identificação, mensuração e mitigação de cada um deles, em articulação direta com a Administração, permitindo aos decisores ter sempre uma visão global e atual da situação da instituição, ocupando-se ainda do tratamento e reporte de situações sensíveis aos riscos e do seu acompanhamento junto às autoridades.

international investment bank

Acompanha, de forma permanente, a carteira de recursos e de crédito, o que possibilita um maior controlo da liquidez e a identificação atempada dos casos com *triggers of default*, sujeitos à aplicação de imparidade, sendo responsável pelo cálculo do provisionamento dos créditos, de acordo com os parâmetros definidos pela autoridade supervisora, garantindo uma prudente gestão do risco de crédito.

O modelo de Gestão de Riscos do Banco é suportado por políticas, princípios e procedimentos adequados à estrutura organizacional do Banco, que delimitam as decisões de concessão de crédito, definem os limites e apetência ao risco e definem os procedimentos de monitorização, controlo, mensuração e reporte dos riscos materiais.

As políticas, os manuais de procedimentos, as normas e as metodologias de gestão de riscos são documentados e revistos regularmente, permitindo adaptá-los às alterações do mercado e às melhorias introduzidas nos processos de gestão de risco, com prévia aprovação da Gestão.

As atividades de Gestão de Riscos são desempenhadas de forma independente das demais unidades responsáveis pelo controlo e supervisão de riscos, em conformidade com as recomendações do Banco de Cabo Verde (Aviso nº 02/2013) e com as melhores e mais recentes práticas internacionais.

4.2. Compliance

A Função Compliance, tal como exigido pela regulamentação, caracteriza-se por ser uma função independente, que assume como missão promover o cumprimento das obrigações e deveres legais, regulamentares, operacionais, éticos e de conduta que, a cada momento, são aplicáveis às instituições de crédito, bem como aos seus órgãos sociais, diretores e colaboradores, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e pelo normativo legal a que se encontram sujeitos.

Esta função é exercida pelo Departamento de Compliance que reporta, hierarquicamente, à Comissão Executiva, através do seu Administrador de pelouro. Adicionalmente, mantém uma linha de reporte funcional com o *Head of Compliance* do IIBG Holding e o Conselho Fiscal, com o objetivo de se assegurar uma adequada difusão de informação e discussão de temas relevantes no exercício da atividade da função Compliance.

Enquanto responsável por uma das funções de controlo do Banco, o Departamento de Compliance coopera com as restantes funções de controlo (Gestão de Risco, Auditoria Interna), no sentido da implementação de um efetivo sistema de Controlo Interno, através

international investment bank

da apresentação dos respetivos planos anuais de atividade, no sentido de uma conjugação de interesses das funções.

A atividade do Sistema de Controlo Interno (SCI), no geral, se foca na organização e coordenação de métodos e medidas que salvaguardem o património e os interesses do Banco, promovendo a eficiência operacional e conferindo fiabilidade às informações contabilísticas e financeiras. A sua sistematização assenta, essencialmente, na atuação das três áreas que compõem a linha de defesa: Risco, Compliance e Auditoria Interna.

O Compliance do iibCV está vocacionado para a deteção e prevenção de atividades passíveis de constituírem lavagem de capitais e financiamento do terrorismo, decorrente diretamente do conhecimento de determinados elementos-chave relativos às transações e suas respetivas contrapartes.

Deste modo, no que concerne à prevenção e à abordagem baseadas no risco, o Banco tem implementado mecanismos, sujeitos a revisões periódicas, que permitem efetuar uma avaliação prévia e adequada das contrapartes no início do estabelecimento da relação de negócio, caracterizando-os individualmente, quanto ao nível de risco associado, em termos de exposição de lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo.

Face ao crescente protagonismo do combate a esses dois fenómenos, o Banco tem tido um cuidado acrescido na identificação de fragilidades nas áreas de maior exposição, de forma a assegurar a aplicação de métodos adequados de controlo e de mitigação de riscos de transações e de contrapartes, mediante avaliação dos riscos de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo intrínsecos às atividades desenvolvidas, com especial atenção ao processo de abertura de contratos, às alterações de titularidade de contrato ou remediação de contrato existente, assegurando a correta identificação dos titulares, representantes e beneficiários efetivos e acompanhamento da transacionalidade do contrato, identificando situações atípicas, tanto preventivamente como por contato com o cliente após deteção da situação.

Para o iibCV, é determinante a existência de um quadro de valores, princípios e regras que conduzam as suas ações e os padrões que estabelecem a forma como realiza negócios e exerce a sua atividade. Para este fim, o Banco tem implementados, e em vigor, um Código de Conduta, uma Política de Conflitos de Interesses e as Políticas de Prevenção de Branqueamento de Capitais.

O novo Código de Conduta do iibCV, aprovado pelo Banco de Cabo Verde, entrou em vigor em Agosto de 2020 e é aplicável aos membros executivos do Conselho de Administração e aos colaboradores e, ainda, a todos os terceiros que, por solicitação do iibCV, ao mesmo

international investment bank

tenham aderido. O Código de Conduta promove um conjunto de regras e boas práticas a serem asseguradas pelos colaboradores no seu relacionamento com os clientes e com o próprio Banco e tem como objetivo que todos conheçam os princípios e normas de natureza ética e profissional que devem nortear a sua atuação e a necessidade e importância da sua observância, respeitando o interesse dos acionistas, colaboradores e clientes. O Código de Conduta do iibCV visa:

- a) Divulgar e formalizar os valores, princípios de atuação e normas de conduta pelos quais o iibCV deve pautar nas suas atividades;
- b) Promover uma conduta ética e alinhada com os valores do iibCV por parte dos Colaboradores;
- c) Promover o respeito e o cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicável;
- d) Criar um regime transparente de relações dos Colaboradores com o exterior;
- e) Promover a transparência na informação, nomeadamente no que diz respeito às condições de prestação de serviços e ao desempenho da organização, atuando com verdade e clareza.

Ao nível da prevenção e deteção de conflitos de interesses e de existência de créditos a partes relacionadas, em conformidade com o Aviso nº 3/2014 do Banco de Cabo Verde, alterada pelo Aviso nº 3/2019 de 14 de Março de 2019, artigo 16º (crédito a membros dos órgãos sociais), remeteu-se ao Banco Cabo Verde o relatório anual, referente ao ano de 2019, não tendo sido identificados pelo órgão supervisor factos de não-conformidade com a legislação bancária.

4.3. Auditoria Interna

A função da Auditoria Interna no processo de gestão de risco é a de fornecer segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão de risco da instituição, contribuindo para assegurar que os principais riscos do negócio estão a ser geridos de forma apropriada e que o sistema de controlo funciona eficazmente.

A Auditoria Interna local gere as atividades e funções relacionadas, mantendo como pressuposto a independência das análises que efetua ao cumprimento das políticas, procedimentos, leis e regulamentos, com vista a avaliar a eficácia e a eficiência dos controlos que mitigam os riscos associados aos processos e transações inerentes à atividade do Banco.

No que diz respeito às suas funções, num ano marcado pelo surto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) que assolou o mundo, prontamente, o Departamento de Auditoria Interna mostrou total disponibilidade à Administração no acompanhamento da

implementação de medidas de contingência, nomeadamente, as medidas de prevenção do contágio, com eventual impacto na estrutura, preparação para o teletrabalho e cumprimento das medidas de carácter económico, monetário e financeiro, decretadas pelo Governo de Cabo Verde.

Face à situação, a Auditoria Interna, em junho de 2020, atualizou o seu plano de auditoria, em cumprimento do Aviso n.º 4/2017, que indica que a função de auditoria interna é responsável por elaborar e manter atualizado um plano de auditoria para examinar e avaliar a adequação e a eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno da instituição.

Não obstante o ano atípico que se viveu, a Auditoria Interna realizou várias ações que já se previa no Plano de Atividades para 2020, estando, em 31 de dezembro de 2020, todas elas concluídas. Foram realizadas mais duas ações de auditorias não planeadas, igualmente concluídas, visando avaliar a eficácia do modelo organizativo, dos circuitos e procedimentos e do sistema de controlo interno implementados no desenvolvimento das várias atividades dos departamentos e processos auditados.

A função de Auditoria Interna tem como responsabilidade contribuir para o desenvolvimento sustentável das atividades e para o controlo interno do iibCV. Neste âmbito, a Auditoria Interna promoveu uma ação de formação de Controlo Interno para todos os colaboradores do Banco, reforçando, assim, a melhoria do Sistema de Controlo Interno.

O departamento primou por assegurar a avaliação regular das matérias relacionadas com o ambiente de controlo, através da atualização do repositório das deficiências reportadas no RSCI 2019 e das identificadas pela Auditoria Interna, e por acompanhar os planos de ação/compromissos assumidos pelos *sponsors* para resolução das deficiências de controlo, mantendo uma permanente articulação com os mesmos.

Ainda no âmbito do controlo interno, o ano de 2020 ficou marcado também por várias reuniões de articulação com as outras áreas de controlo, Compliance e Risco, onde foi elaborado um plano de atividades para a Função do Controlo Interno, com o objetivo de garantir a eficácia e adequação do sistema de controlo interno do iibCV.

5. Suporte ao Negócio

Toda a atividade do iibCV é suportada por um conjunto de funções e de expertise, relacionadas de forma integrada e transversal, cuja missão é garantir a execução de negócios, do montante à jusante, avaliando a fiabilidade de dados e de informações.

São os responsáveis pela satisfação dos pedidos dos clientes e por toda a dinâmica entre estes e o Banco, contribuindo, de forma inequívoca, para a prossecução dos resultados do Banco e, conseqüentemente, para o seu crescimento.

5.1. Tecnologias de Informação

O Departamento de Tecnologias de Informação (IT) tem por missão assegurar o adequado funcionamento do parque tecnológico da instituição, das ferramentas, recursos e serviços de informática, bem como responder às necessidades emergentes a nível de sistemas organizacionais, sejam elas exigidas pelo regulador ou provenientes das áreas internas, e garantir uma melhoria contínua dos sistemas tecnológicos implementados, visando a satisfação das necessidades tecnológicas para o normal desenvolvimento da atividade do iibCV.

Tendo o Banco sido confrontado com a enorme adversidade mundial que é a Covid-19, com todas as limitações que foram impostas às empresas e à sociedade em geral, 2020 se afigurou como um ano de grande responsabilidade para o departamento, uma vez que teve de se posicionar na linha da frente, por forma a garantir as condições necessárias ao normal funcionamento do Banco, para que este conseguisse continuar a prestar serviços aos seus clientes e ao mercado, em geral, sem impactos de maior monta.

Paralelamente, o departamento teve de conciliar o seu plano de atividades, na qual constava um dos objetivos primordiais do Banco para o ano, que se consubstanciou na reconfiguração do serviço de transferências internacionais através da plataforma da *Swift*, através da implementação de um novo projeto, que englobou a contratação de um serviço de ligação à *Swift Alliance*, através de um novo *service bureau*, passando pelas vertentes de filtragem de transações, através da plataforma da *Sanctions Screening*, e a conseqüente integração destes com o *Core Business System*.

Com as restrições decretadas pelas autoridades no fim do primeiro trimestre, foi implementado o plano de contingência, através de instruções do Banco de Cabo Verde, tendo o iibCV, através do Departamento de IT, criado e garantido todas as condições necessárias para o acesso remoto dos seus colaboradores aos sistemas do Banco para,

assim, assegurar o normal funcionamento das atividades e a cobertura das necessidades dos clientes.

Nesse contexto, o IT procurou manter o grau de cumprimento de suporte às atividades e assegurar o adequado funcionamento do parque informático e dos sistemas tecnológicos do Banco, implementando projetos de melhoria contínua interna, tanto para a própria área como para as demais, desenvolvendo novas ferramentas e dando mais autonomia às áreas na obtenção e tratamento de informações e de dados.

5.2. Operações

O Departamento de Operações é o responsável absoluto pela parte operacional da atividade do Banco, pelo processo efetivo de abertura de contas e pela gestão de cartões, de transferências e de outros meios de pagamento. Igualmente assume a atividade de elaboração e processamento de contratos de financiamento, nas diferentes vertentes, bem como a operacionalização das aplicações de clientes.

Ainda no âmbito das atribuições definidas no modelo de gestão do Banco, esta área funciona como *backoffice*, ocupando-se das tarefas operacionais ligadas às operações e à relação com os clientes, tornando toda a atividade comercial mais célere e segura. Além dessa função, o departamento ocupa-se ainda da gestão de custódia de títulos.

A principal missão do Departamento de Operações é alcançar a excelência na execução operacional, ao menor custo, contribuindo para o crescimento global do negócio do Banco, para a sua rentabilização e para a manutenção da satisfação e fidelização dos clientes.

5.3. Crédito e Recuperação

O Departamento de Recuperação de Crédito foi destacado do Departamento Comercial em 2020 e, enquanto departamento autónomo, desenvolveu a sua ação na perspetiva de promover e potenciar uma eficiente gestão da carteira de crédito, através de um acompanhamento dedicado de potenciais exposições em risco, bem como da recuperação de crédito concedido a Empresas e Particulares, em caso de incumprimento.

No âmbito do acompanhamento da carteira de crédito e numa perspetiva semanal, o departamento procura identificar, atempadamente, potencial ou efetivo incumprimento dos clientes aos quais o iibCV possua exposição de risco de crédito e reportando, no âmbito do Comité de Recuperação, ponto subordinado ao Comité de Risco de Crédito.

A atuação do departamento foi desenhada por forma a que, numa primeira fase, sinalizada a potencial exposição em risco, será da responsabilidade da estrutura que originou a exposição e, em específico, do gestor responsável pelo relacionamento, o contato e

enquadramento do cliente e, de forma subsequente, a apresentação da proposta de ações e medidas adequadas à reposição de uma condição de normalidade da exposição, sempre sobre o seu acompanhamento.

Perante a verificação de incumprimento ou em caso que a priori se revele necessário, é transferida a responsabilidade de acompanhamento do cliente para o departamento, que inicia, assim, um processo de recuperação integrado, que se estenderá, se aplicável, ao recurso a processos de contencioso, bem como recebimento, gestão e venda de ativos recebidos em pagamento.

O departamento tem como foco proceder à recuperação predominantemente por via não judicial, que poderá passar pela reestruturação das componentes da exposição detida, com potencial reforço de garantias recebidas, desde que os mesmos apresentem uma viabilidade mínima de serem cumpridos, bem como o recebimento de ativos considerados aceitáveis em dação de pagamento.

Esgotadas as abordagens de natureza negocial perante a manutenção do incumprimento, o departamento desencadeia o processo de execução judicial da dívida, acompanhando as várias fases do processo, bem como o resultado que dele deriva.

Numa perspetiva anualizada, a carteira de crédito registou uma redução significativa do percentual de créditos não-produtivos, passando de 5,61% para 2,49%, traduzindo o foco da instituição no acompanhamento diligente da sua carteira de crédito.

5.4. Contabilidade

O Departamento de Contabilidade tem como missão assegurar a produção e divulgação das demonstrações financeiras individuais, exercer o controlo de gestão do iibCV, bem como assegurar as obrigações fiscais.

Cabe ainda a este departamento assegurar as obrigações fiscais do Banco, através do apuramento e conseqüente liquidação dos diversos impostos devidos à administração fiscal.

É também da responsabilidade deste departamento a elaboração da reconciliação, com as Contrapartes, dos eventos financeiros associados às operações negociadas, elaborar relatórios variados, relacionados com a atividade e com a gestão, para entidades internas e externas, com destaque para os reportes ao Grupo.

No que concerne à atividade de fecho anual, a contabilidade tem a seu cargo a elaboração e divulgação das contas individuais do iibCV.

international investment bank

A função primária do Departamento de Contabilidade centra-se na supervisão e monitorização das atividades administrativas e financeiras do Banco, assegurando o fornecimento dos bens e serviços necessários ao seu funcionamento, bem como providenciando informação financeira relevante para a atividade. Através da combinação de funções, intervém diretamente na gestão administrativa, na gestão do património do Banco e na gestão da relação com as autoridades fiscais.

5.5. Jurídico

É comumente percecionado e aceite que a função jurídica nas organizações se limita a um órgão com competência e âmbitos de atuação em matérias legais e regulatórias e que a sua função se circunscreve na interpretação e aplicação da legislação e elaboração de peças jurídicas, de modo que a consultoria sobre assuntos específicos seria suficiente para este exercício técnico-jurídico.

Todavia, é imprescindível um órgão interno, dependente diretamente da Comissão Executiva, que apoie a coordenação técnica de qualquer atividade alusiva ao Banco e que suporte a sua atividade.

Tornou-se, assim, necessário proceder à internalização de um serviço que pudesse prestar assessoria jurídica à Comissão Executiva, nomeadamente na emissão de pareceres e elaboração de contratos e outros documentos jurídicos solicitados, que se assumam como verdadeiros instrumentos de trabalho e de base à tomada de decisão.

Nessa ótica, foi criado o Departamento Jurídico, também na perspetiva de colaboração com o órgão de recuperação de crédito, no desenvolvimento da ação pré-contenciosa e na definição dos critérios e orientações gerais que lhe respeitam, bem como para assegurar o suporte no acompanhamento dos processos a partir do momento em que estes tramitam para a fase de contencioso.

Com o normal desenvolvimento do Banco, este departamento é um pilar fundamental na prestação de apoio a todas as comissões e no auxílio de atos preparatórios das reuniões, bem como a elaboração e distribuição de atas.

6. Capital Humano

O Departamento de Capital Humano segue as diretrizes da estratégia do iibCV e do iibGroup Holding, tendo como missão fundamental definir, desenvolver e implementar as estratégias e as políticas globais de Capital Humano, de forma a contribuir para a motivação e para os elevados padrões de desempenho por parte dos colaboradores do Banco.

É um órgão transversal a toda a estrutura de suporte às atividades do Banco e depende diretamente da Comissão Executiva.

No cumprimento das suas funções, o Departamento relaciona-se com os restantes departamentos do Banco e com o Departamento de Recursos Humanos do Grupo, tendo em vista a prossecução dos seus objetivos.

Considerando as especificidades que caracterizam a gestão do Capital Humano, na perspetiva do melhor aproveitamento das competências e desenvolvimento de talentos, e a necessidade de garantir a coerência de políticas e normas, o Departamento tem como função promover uma interligação permanente com todas as áreas funcionais do iibCV.

A organização do Departamento envolve o alinhamento dos macros processos de recursos humanos (recrutamento e seleção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos, elaboração de contratos de trabalho, controlo de presenças e absentismo, processamento de salários e declarar obrigações fiscais associadas) ao *core business* do Banco, de forma a maximizar a criação de valor.